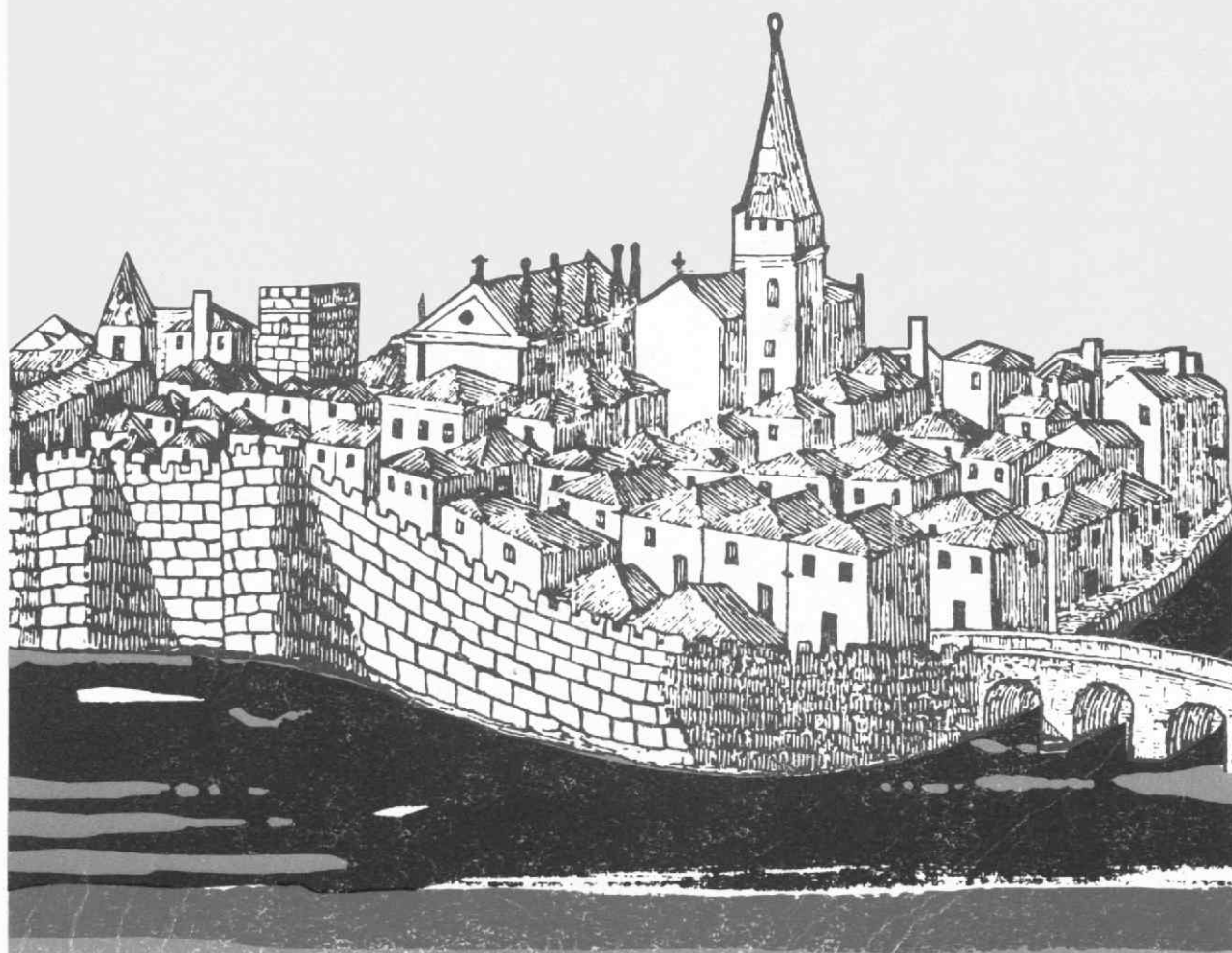


bibRIA



FL
908
141



BIBLIOTECA
municipal de aveiro

**FUNDO
LOCAL**

**INTERDITO
A
EMPRÉSTIMO**

OFERTA



BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA

bibRIA





As Muralhas de Aveiro

«O recinto muralhado era assaz pequeno, mas apesar disso continha oito portas, que eram as da Vila, do Sol, do Campo, do Cojo, da Ribeira, do Albói, de Rabães e de Vagos.

De tudo isto pouco ou nada existe hoje, porque a incoerência e o menosprezo com que em Portugal se tratam os monumentos do passado, fizeram com que os muros de Aveiro, uns caíssem desmoronados e outros fossem demolidos».

Marques Gomes

(«*Memórias de Aveiro*», 1875, pgs. 170-171)

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Ano VII — Dezembro de 1989 — N.º 13-14

bibRIA

BOLETIM N.º 13-14

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro – Vereador do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República – Aveiro – Tel. 24081/82

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A.

CAPA: Jeremias Bandarra (Design)

TIRAGEM: 1.500 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave – Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal n.º 12 442/86

ABERTURA – Prof. Celso dos Santos	7
MONUMENTO MEGALÍTICO DE MAMODEIRO – Maria Miguel Lucas	9
LUÍS DE MAGALHÃES – Aveirense de sangue e de coração – Aníbal Ramos	15
ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM AVEIRO – Redacção	20
O CONVENTO DE JESUS – Fausto Ferreira	21
O PRIMEIRO BISPO PORTUGUÊS NA ÍNDIA NASCEU EM AVEIRO – Maria Lucília Lencart	27
ESBOÇO DE INTRODUÇÃO METODOLÓGICA A UM ESTUDO SOBRE AVEIRO MEDIEVAL – Maria João Branco Marques da Silva ..	31
EFEMÉRIDES AVEIRENSES: 1989	38
FRANCISCO JOAQUIM BINGRE: nove anotações e um soneto inédito – Luís de Miranda Rocha	39
CIDADES IRMÃS – Redacção	43
NOVAS VILAS – Redacção	47
I BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA – Redacção	49
ESTÁTUA DE SANTA JOANA – Redacção	51
PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1989 – Redacção	54
NOVAS PUBLICAÇÕES – Redacção	55
EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	58
CENTRO CULTURAL DE EIXO – Arq. Rui Duarte Barreiras e Arq. Ana Paula Pinheiro	59
DOMUS ECCLESIAE — CENTRO PAROQUIAL DA GLÓRIA – Arq. José Quintão	61
ENCERRAMENTO DO ANO CULTURAL – Redacção	64
NOTICIÁRIO – Redacção	65
NOTÍCIAS BREVES – Redacção	90

7	ABERTURA - Fátima dos Santos
8	MONUMENTO MEGALÍTICO DE MAMUÍDEO - Maria Miguel Lucas
15	LUS DE MARGALHÃS - Evolução do sítio e de escavação
20	ELÉGIAS AUTÁUTICAS EM AVEIRO - R. B. B. B.
21	O CONVENTO DE JESU - Fátima dos Santos
22	O PRIMEIRO SÍTIO PORTUGUÊS NA ÍNDIA NASCEU EM AVEIRO
23	ESTUDO DE RETROLOGIA METEOROLÓGICA A UM ESTUDO
24	SOBRE AVEIRO MENTAL - Maria Miguel Lucas

bibRIA

A Câmara Municipal de Aveiro, pelos Serviços do Pelouro da Cultura, tem o gosto de colocar nas mãos dos Aveirenses mais uma edição do «Boletim Municipal»; desta vez é um número duplo (13-14), referente a 1989 – sétimo ano da sua publicação.

A primeira parte, como tem sido habitual, é preenchida por estudos de diversa índole. Maria Miguel Lucas descreve-nos os vestígios do monumento megalítico de Mamodeiro, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, e as conclusões a que chegou. Mons. Aníbal Ramos, evocando o primeiro centenário da inauguração da estátua de José Estêvão, diz-nos muito do «aveirismo» do Conselheiro Luís de Magalhães, filho do célebre tribuno. Fausto Ferreira debruça-se sobre um capítulo da história pós-conventual do Mosteiro de Jesus. Maria Lucília Lencart relembra-nos que o dominicano aveirense D. Frei Duarte Nunes foi o primeiro bispo português na Índia, nos inícios do século XVI. Maria João Violante Branco Marques da Silva dá-nos um esboço de introdução metodológica ao estudo que realizou sobre Aveiro Medieval e que ansiamos ver nos escaparates das livrarias. Finalmente, Luís de Miranda Rocha, com algumas achegas sobre a vida, a personalidade e a obra do «Cisne do Vouga», Francisco Joaquim Bingre, rectifica conceitos menos exactos e revela pormenores de interesse.

A segunda parte é totalmente preenchida com o noticiário sucinto de factos que se pretende destacar, dando especial relevo à elevação das povoações de Cacia e de Eixo à categoria honorífica de vilas, à I Bienal Internacional de Cerâmica Artística, à inauguração da estátua de Santa Joana, às novas publicações da Câmara Municipal e aos contactos havidos entre Aveiro e as Cidades Irmãs e Amigas.

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o trabalho com que quiseram enriquecer as páginas do «Boletim Municipal de Aveiro» e, por ele, recordar aos seus Patrícios algo da história e da vida da nossa Terra. Bem hajam!

Aveiro, Dezembro de 1989.

*O Vereador do Pelouro da Cultura,
Celso dos Santos*

bibRIA

Monumento Megalítico de Mamodeiro

Maria Miguel Lucas

INTRODUÇÃO

A leitura dos inéditos do Dr. Alberto Souto alertou-nos para um problema que não tem sido colocado no plano da evolução cronológica da região de Aveiro: o da Pré-História antiga. Como viveram as populações do litoral aveirense o fenómeno da neolitização? Quais as suas especificidades locais? Qual, e como era, verdadeiramente, o território que então ocupavam?

Talvez não consigamos responder, pelo menos inteiramente, a muitas das perguntas colocadas. No entanto, há que tentar abordar o problema.

Situada na costa atlântica, também esta região não escapou à ocorrência da «moda sepulcral megalítica», fenómeno atlântico por excelência. Apesar de tudo, as características climáticas e geomorfológicas da região terão contribuído para a progressiva eliminação dos vestígios monumentais desse período, paralelamente ao factor do franco desenvolvimento económico local, que

sempre viu necessidade de sacrificar a si o passado.

Quase por acaso, tivemos a oportunidade de identificar, e localizar, a subsistência de um desses monumentos megalíticos, não muito longe de Aveiro. Em péssimo estado de conservação, o seu tamanho deixa, ainda assim, supor a antiga monumentalidade, reflexo do *status* dessas populações autóctones. Alguns materiais de superfície, cronologicamente relacionáveis com a época, dão algumas pistas quanto às actividades económicas desenvolvidas, testemunhando, mais uma vez, a efectiva existência de populações «neolíticas» no local.

Deste modo, apresenta-se-nos uma ocasião quase única de proceder ao estudo do pouco que resta do passado pré-histórico da região, sendo um grave erro, quanto a nós, não aproveitar deste monumento os conhecimentos que nos pode vir a fornecer através da realização de uma escavação cientificamente planeada.



Fotografia 1 – Aspecto actual do sítio da Mamoa

RELATÓRIO

Tudo começou com um bocado de papel almaço, parte integrante do ficheiro pessoal do Dr. Alberto Souto, datado de Setembro de 1941 (anexo 1).

Numa época em que a Arqueologia começava a dar os primeiros passos em Portugal, procurando impor-se no seio das ciências pelo rigor técnico e pelo método científico que defendia, foram homens como Alberto Souto, a par de Santos Rocha ou Martins Sarmento (para só citar alguns nomes), os paladinos deste projecto a nível local e regional que elevaram à projecção nacional pelo seu próprio mérito, e pelo valor dos seus contributos científicos. Souberam, assim, destacar-se de uma multidão de intelectuais desafogados e curiosos bem intencionados, que, com melhores ou piores intenções, praticava a Arqueologia nas suas horas vagas.

Um enorme esforço de auto-valorização e actualização científica, bem como a dimensão polifacetada do seu carácter intelectual, fizeram de Alberto Souto um pioneiro em domínios tão variados como os da biologia, geologia ou arqueologia, já não falando da museologia em si. O seu espírito metódico tê-lo-á levado à pesquisa e inventariação regional dos mais variados âmbitos temáticos. Assim, encontrámos disperso em pequenas fichas e anotações pessoais o seu inventário de «monumentos megalíticos do distrito de Aveiro», que, infelizmente, não terá podido publicar com o rigor que lhe era característico, estando mesmo muitos desses monumentos para confirmar e localizar, permanecendo inéditos até hoje.

Não era esse o caso do *nosso monumento megalítico de Mamodeiro*, que chegou mesmo a ser prospectado por este estudioso, segundo testemunhos locais, que confirmam o do próprio Alberto Souto.

Fomos verificar. O monumento *situa-se no sítio da Mamoa do lugar de Mamodeiro*, o qual pertencia à antiga freguesia de Requeixo e actualmente se insere na freguesia de N. Sra. de Fátima (fotografia 1). Pudemos localizá-lo topograficamente nas Cartas Militares (coordenadas quilométricas – anexos 2 e 3):

1: 25 000 – n.º 185	1 : 250 000 – n.º 3
Long. 536,95	Long. 53,73
Lati. 4 493,28	Lati. 449,33

Pareceu-nos corresponder exactamente a um ponto de cota 78; de qualquer forma, implantado num *plateau* de cota 50/60, não seria provável uma altitude superior. A florestação actual não o permite visualizar no terreno, mas trata-se do ponto de cota mais alta nesse sítio, pelo que deve ter-se destacado bem na paisagem. O *tumulus* é

baixo, embora deva ter sido mais alto, encontrando-se agora desgastado pela acção milenar da erosão humana e atmosférica. O facto de se situar *no limite entre um pinhal, que cobre a mamoa*, e de um eucaliptal sugere a função secular de marco divisório de propriedade, frequente em monumentos deste tipo. A mamoa é de grande diâmetro (cerca de trinta metros), circular e ligeiramente alongada, sem couraça pétrea, apresentando cratera de violação. Esta, perfeitamente quadrangular, intriga-nos pelo seu aspecto recente. A população lembra-se das prospecções de Alberto Souto no local «há cinquenta anos», mas mais nada. Serão estes os vestígios de há cinquenta anos (fotografia 2)? A prática da «Arqueologia» por curiosos bem ou mal intencionados é de todos os tempos e, de qualquer modo, não é invulgar que se busque o ouro dos mouros ou, mais simplesmente, pedras para os umbrais de portas e janelas...

De qualquer maneira, como diziam as pessoas com quem falámos, batendo simultaneamente com a enxada no chão do monumento: «Soa a oco, menina. Soa a oco!!». E soava. Qual o tipo arquitectónico da estrutura subjacente? Alberto Souto cita-a como *tendo «galeria e cripta»*, embora tivessem roubado os esteios⁽¹⁾. Tratar-se-ia de um monumento de câmara e corredor? Este tipo arquitectónico não é o mais característico do norte de Portugal, embora haja a ter em conta o carácter inédito do estudo deste fenómeno na região... Só uma exploração sistemática do monumento poderá responder à questão⁽²⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aveiro e a sua região parecem caracterizar-se, nos manuais, pela relativa recência do seu passado histórico. O próprio período medieval quase não foi abordado e no estudo, já efectuado, das idades proto-históricas e da romanização, urge fazer necessárias revisões e actualizações, passados que foram os tempos áureos de Rocha Madalhil, Alberto e Dulce Souto, entre outros. Aveiro parece assim emergir de um passado nebuloso por alturas dos séculos XIV e XV. E se a romanização foi (e vai sendo) mais ou menos abordada, o mesmo não se passou com a Pré-História, que só agora começa a ser detectada a nível de megalitismo⁽³⁾.

Novos métodos surgem para a abordagem de um problema que persiste como um dos mais complexos e enigmáticos de uma pré-história já de si perplexa perante a falta de fontes seguras de informação. Às teorias difusionistas iniciais sucederam-se outras, cientificamente e progressivamente melhor alicerçadas. Hoje, as teorias de ponta sobre o problema são as de autores amadurecidos pelos métodos da Nova Arqueologia e

pelo desenvolvimento da «point pattern analysis» da Arqueologia Espacial. Deste modo, o que até aqui era explicado em termos de cronologia ou influências externas (de tipo invasão ou aculturação) é agora atribuível, dentro de um mesmo período cronológico (*grosso modo* definido dentro do período temporal em que se pensa ter ocorrido o fenómeno megalítico – entre o 4.º e o 3.º milénios a.C.), a diferentes estádios de hierarquização social, a diferentes economias e estruturas políticas, etc.

Pensa-se ter detectado o modo de vida base das populações megalíticas: vivendo em estado de semi-nomadismo, praticariam uma economia mista em que a pesca, a caça, a criação de gado e a recolha teriam tanto ou mais peso que uma agricultura rudimentar e pouco produtiva, geralmente do tipo itinerante de queimada, talvez a única forma conhecida de fertilizar os solos. Seria esta dependência do meio a determinar a instabilidade dos seus *habitats*, sendo a mamoa – o cemitério – o único ponto fixo no território habitado por uma população de (re)colectores-caçadores-pescadores que alternavam sazonalmente, no interior da sua zona de exploração, o seu local de *habitat* e a respectiva área de cultura. Esta forma de determinismo geográfico implicava, assim, a existência de um meio que se caracterizasse pela relativa proximidade de terrenos de cultura, de linhas de água, e pela existência de caça e/ou pastagens.

A mamoa servia, assim, como marca de delimitação territorial a uma comunidade populacional relativamente restrita (que teria de sobreviver do

que retirasse daquela área de exploração), servindo, simultaneamente, como forma de evidenciar, pela sua maior ou menor monumentalidade, o *status* dessa tribo.

Estas teorias, defendidas por autores como Renfrew ou Chapman, derivam directamente das principais constantes passíveis de detecção, até ao momento, na ocorrência de fenómenos megalíticos, a nível europeu⁽⁴⁾:

- o tipo de construção em grandes pedras;
- a inumação colectiva;
- a relativa pobreza do espólio;
- a sua distribuição essencialmente litoral (e atlântica).

Procurando adequar-se e responder-lhes pontualmente, com base nestas premissas, e visando comprová-las, o estudo deverá ser desenvolvido aos seus três níveis – o do *túmulo*, o da *necrópole* em que este se insere, o da *região* – na medida em que só assim poderão ser identificadas e caracterizadas as especificidades locais de um fenómeno que prima, essencialmente, pelo seu acentuado polimorfismo local, regional, e inclusivamente atlântico. E estes três níveis de observação puderam ser concebidos na medida em que se verificou também a raridade da ocorrência do fenómeno de uma forma isolada no terreno⁽⁵⁾. Também para este problema se procurou encontrar um modelo de explicação adequado e, assim, teoreticamente, o caso é justificado, com base nos contributos da etno-arqueologia comparada, da antropologia e sociologia, pela hipótese de se tratar, não de um (ou vários) grupo tribal independente, mas, sim, de vários sub-grupos, habitando áreas



Fotografia 2 – Outro aspecto actual do sítio da Mamoa

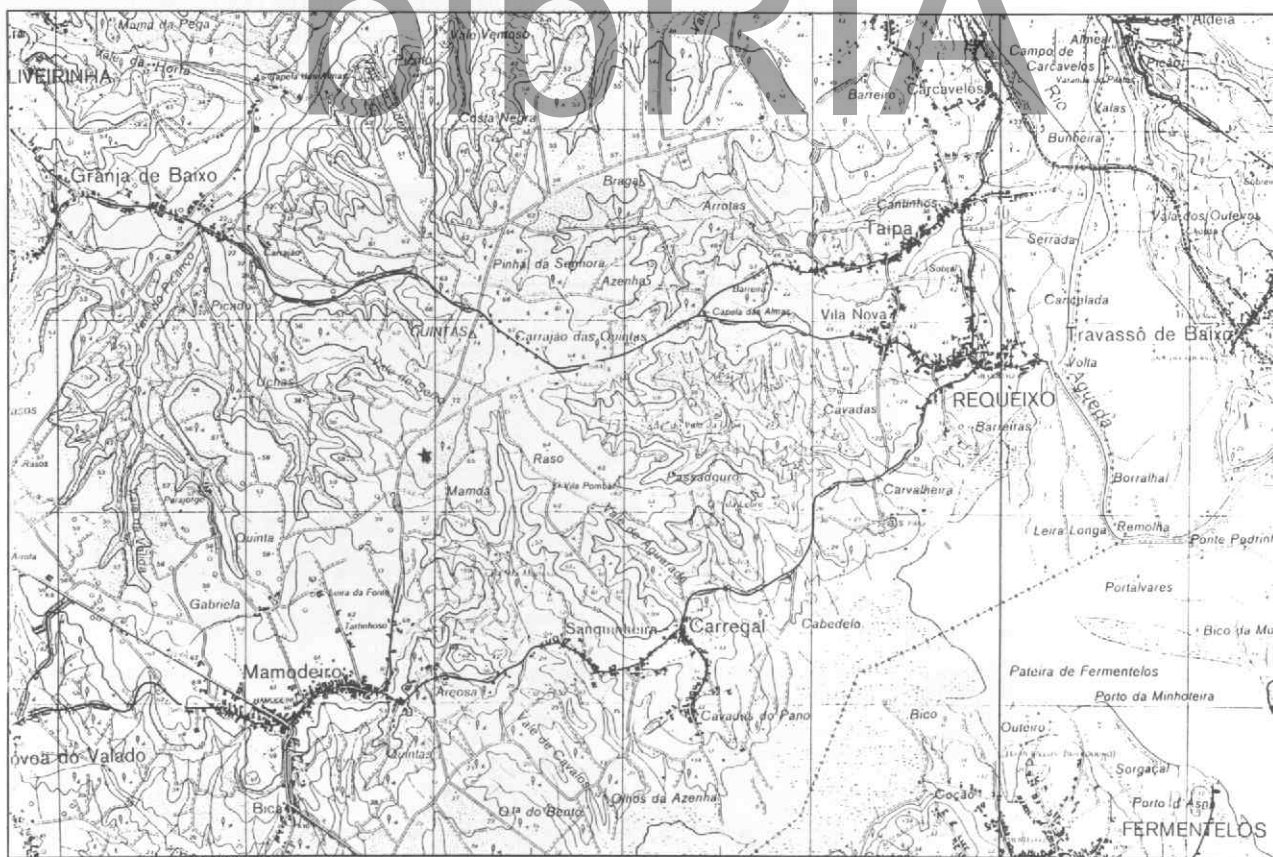
de exploração confinantes e unidos por um antepassado comum, cada um enterrando os seus mortos na respectiva mamoa (também, por isso, de inumação colectiva).

O nosso monumento não destoa no que diz respeito a estas constantes: ainda hoje rodeado de terrenos de cultura, tendo servido até aqui de marca de delimitação territorial, localizado próximo de linhas de água, e de implantação geográfica eminentemente litoral e atlântica, os problemas põem-se aqui ao nível da medida e macro escala. põem-se aqui ao nível da medida e macro-escala. Qual a necrópole em que se inseria a mamoa? E, actual linha de costa, qual a sua distância do mar, ou do rio, na época?

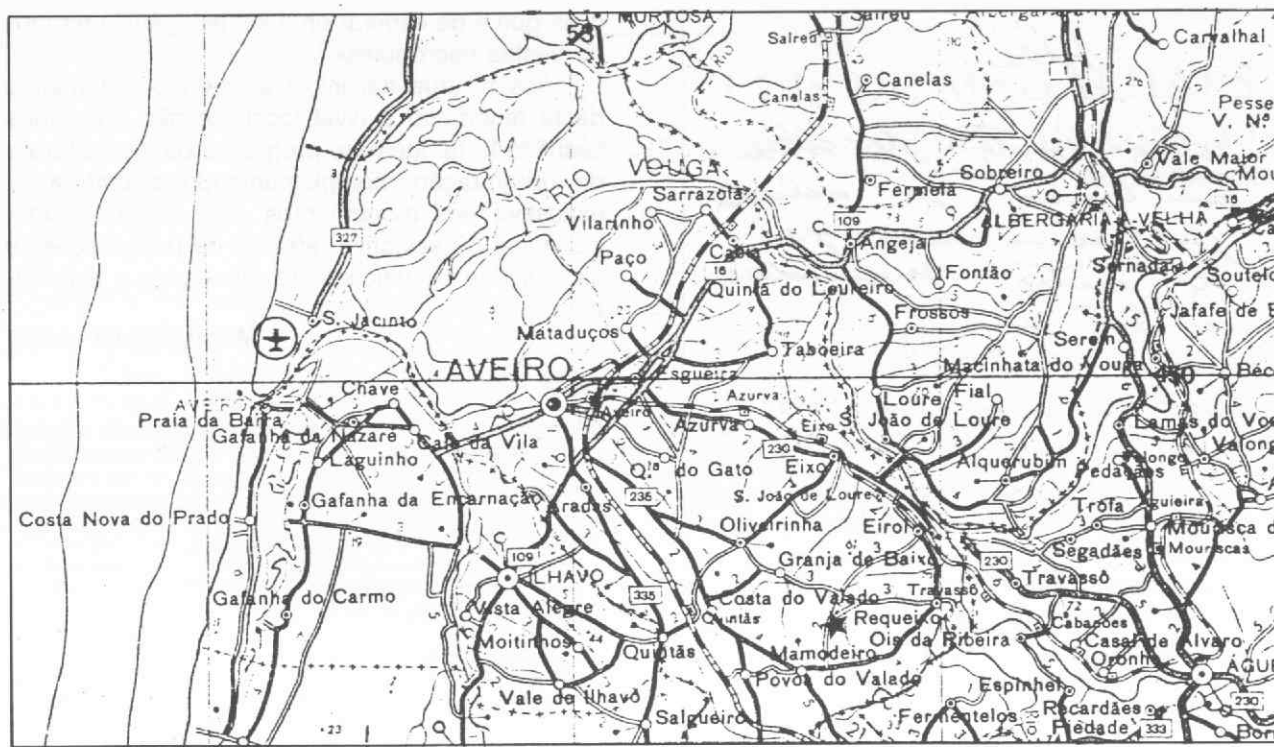
Não nos interessa aqui tanto o problema da evolução da linha do litoral: não é que não fosse de extraordinária importância, para geólogos como para arqueólogos e historiadores, mas porque ainda hoje não foi resolvido e não está no nosso âmbito fazê-lo. Calcula-se a recência quaternária da formação da costa actual, mas as opiniões dividem-se quanto à sua idade absoluta. Amorim Girão⁽⁶⁾ e Alberto Souto⁽⁷⁾ terão sido os primeiros a tentar uma abordagem global do problema, logo após as observações de Paul Choffat terem estabelecido a sua cronologia quaternária. E, já na época, não conseguiam estar de acordo quanto ao problema⁽⁸⁾.

Areiro
Mamoa de
(Mamodeiro)
x
Vigila-se com o
Monte Stanazio de
Cervantes e
setembro de
1941
e' a mais proxima
da praia - mas, uni-
-ca nos arredores de
Areiro

Anexo 1 - Apontamento de Alberto Souto



Anexo 2 - Carta Militar 1: 25 000 - n.º 185

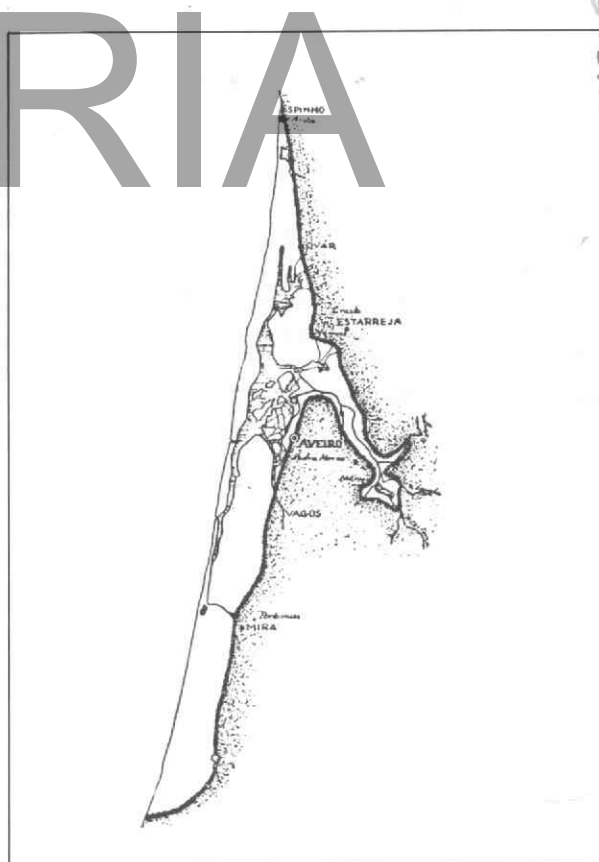


Anexo 3 – Carta Militar 1: 250 000 – n.º 3

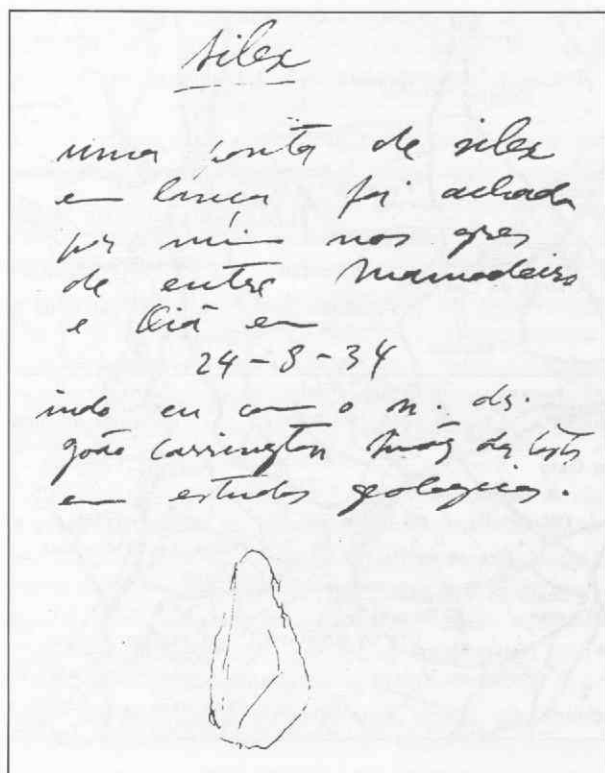
Os seus escritos interessam-nos de sobremaneira, no entanto, na medida em que nos podem responder, de certo modo, às questões anteriormente levantadas. Na verdade, ambos procuraram fundamentar as suas opiniões não só em dados fornecidos por observações de carácter geográfico, mas também em dados de ordem toponímica (e micro-toponímica) e arqueológica que recolheram para o efeito. Assim, A. Girão via nesses vestígios os resquícios subsistentes das populações neolíticas e proto-históricas autóctones que, então, habitavam o primitivo litoral. E, um dos informes utilizados para o efeito foi precisamente o da nossa Mamoa⁹⁾, juntamente com a Pedra Moira (a SE de Aveiro) e a Mamoa de Estarreja.

Ainda quanto à proximidade das linhas de água, actualmente, a distância à laguna de Fermentelos é relativamente curta e alguns ribeiros correm no local. Esta laguna foi outrora considerada como a antiga foz do Vouga. Hoje a teoria está posta de lado, mas, mesmo assim, apresentamos o mapa elaborado por A. Girão (anexo 4) em que localiza a nossa mamoa em relação à que defendia ser a primitiva linha da costa. Embora hoje se não concorde com a localização da foz, o seu traçado antigo não foi muito posto em causa.

Concordamos com este autor quanto ao carácter destes informes enquanto «pistas» de um passado que agora só pode ser convenientemente conhecido ao nível arqueológico. E, deste modo,



Anexo 4 – Reconstituição do antigo litoral junto da foz do Vouga.
(in Amorim Girão, Coimbra, 1922)



Anexo 5 – Apontamento de Alberto Souto

ficamos certos (se algumas dúvidas havia) da existência de populações megalíticas no litoral aveirense. Que, efectivamente, terão praticado a agricultura, ou qualquer outro tipo de actividade económica, nesta zona do litoral aveirense, parece testemunhá-lo um achado a que faz referência um outro inédito do ficheiro pessoal de Alberto Souto: «uma ponta de sílex em lança» (anexo 5)⁽¹⁰⁾ ...

Mas qual a necrópole dolménica em que o monumento se inseria? Seguindo os mesmos passos dos dois antigos arqueólogos, procurámos outros micro-topónimos na zona que nos pudessem elucidar. Assim, descobrimos alguns que falam por si: *Azenha da Mamoal*, *Arrôtas*, *Mama da Pega* (Oliveirinha), etc. Serão, efectivamente, os vestígios da necrópole de que só o nosso monumento sobreviveu? Não o podemos afirmar, mas fica a hipótese, ou a teoria...

Pensamos com isto ter comprovado a ocorrência de um fenómeno pré-histórico – o megalítico – numa área que até agora foi abordada no âmbito da sua recência histórica, predominantemente. Pensamos ainda ter contribuído, modestamente, para o início do estudo da Pré-História da zona, com a localização rigorosa do que parece ser o último sobrevivente litoral do fenómeno. Temos consciência, no entanto, de que a própria cartografia rigorosa destes monumentos só terá interesse na medida em que possamos saber com clareza o que está a ser cartografado, «uma vez que, no mesmo núcleo ou conjunto monumental se podem ter sobreposto diferentes lógicas, tanto

mais que é de esperar uma longa vigência temporal destas necrópoles»⁽¹¹⁾.

Assim, urge dar início ao estudo sistemático deste fenómeno a nível local, se não quisermos sacrificá-lo também ao progresso da agricultura e da urbanização, complementando a cartografia exaustiva dos monumentos com o seu estudo, individual ou selectivo, através de prospecções e escavações cientificamente planeadas e elaboradas.

Maria Miguel Lucas

NOTAS

- (1) Infelizmente, a ficha de que retirámos esta informação desapareceu desde que a vimos em 1985, pelo que não podemos documentá-la. Referimo-lo, no entanto, na medida em que consideramos ser de bastante importância.
- (2) Agradecemos o apoio concedido pela Câmara Municipal de Aveiro e a ajuda prestada pelos habitantes de Mamodeiro, e, nomeadamente, aos senhores Jaime e Porfírio Carvalho que, amavelmente, nos conduziram ao local.
- (3) Fernando Pereira da Silva encontra-se a estudar o núcleo megalítico de Escariz, tendo feito a cartografia dos monumentos do concelho de Arouca. Ana Bettencourt começou recentemente o estudo do núcleo megalítico da Serra do Arestal, com o apoio da Câmara Municipal de Sever do Vouga. O concelho de Vale de Cambra começou, também, recentemente, a preocupar-se com estes problemas.
- (4) V. Jorge, *Projectar o passado...*, Lisboa, 1987, p. 219-221.
- (5) Ibidem, p. 245: «os monumentos surgem geralmente agrupados em pequenos núcleos que, por sua vez, se integram em conjuntos mais ou menos extensos; tais agrupamentos aproveitam normalmente zonas planas situadas a diferentes altitudes».
- (6) A. Girão, *A Bacia do Vouga*, Coimbra, 1922.
- (7) A. Souto, *Origens da ria de Aveiro*, Aveiro, 1923.
- (8) A. Girão remontava o início da formação da «ria» à época romana; A. Souto punha-o numa época pré-romana.
- (9) A. Girão, idem, p. 58; Investigando os livros de registos das matrizes prediais, na 2.ª Repartição de Finanças, referentes às propriedades da antiga freguesia de Requeixo, descobrimos, efectivamente, a antiguidade da utilização deste micro-topónimo.
- (10) Objecto que se deve encontrar no Museu Regional de Aveiro, mas o estado de desorganização a que foram deixando chegar os materiais de Pré-História, não nos permitiram identificá-lo na amálgama existente, a maior parte já sem a indicação de proveniência.
- (11) V. Jorge, idem, p. 244.

«Situada na costa atlântica, também esta região de Aveiro não escapou à ocorrência da moda sepulcral megalítica, fenómeno atlântico por excelência. Apesar de tudo, as características climatéricas e geomorfológicas da região terão contribuído para a progressiva eliminação dos vestígios monumentais desse período, paralelamente ao factor do franco desenvolvimento económico local, que sempre viu necessidade de sacrificar a si o passado».

Maria Miguel Lucas

LUÍS DE MAGALHÃES

Aveirense de sangue e de coração

Aníbal Ramos



Conselheiro Luís de Magalhães
(por Joaquim Costa)

O recente falecimento de D. Maria José de Lemos Coelho de Magalhães da Mota, última neta de José Estêvão e, como suas irmãs, senhora distinta, culta, bem formada e profundamente fiel às tradições familiares – faz-nos evocar naturalmente a memória de seu pai, o Conselheiro Luís de Magalhães.

Apesar de ser filho do grande tribuno aveirense e de ter o seu nome numa das ruas da nossa cidade – justamente, a que principia na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho e termina no Largo de Maia Magalhães – Luís de Magalhães é uma figura muito pouco presente na memória do nosso povo, mesmo do mais ilustrado e sabedor.

Luís de Magalhães – de seu nome completo, Luís Cipriano Coelho de Magalhães – nasceu em

Lisboa no dia 13 de Setembro de 1859 e faleceu no Porto a 14 de Dezembro de 1935.

Estas duas cidades aparentemente nada têm a ver com Aveiro, mas Luís de Magalhães está intimamente ligado à nossa cidade e à sua região lagunar pela mais constante, profunda e estranhada paixão, como se poderá concluir das múltiplas e eloquentes provas que se irão apresentar, embora muito sucinta e despretensiosamente.

Comemorou-se este ano, no dia 12 de Agosto, o centenário da inauguração da bela e imponente estátua de José Estêvão que preside ao largo municipal no coração da cidade.

Quando foi da sua inauguração, fizeram-se ouvir em sessão soleníssima os melhores e mais empolgantes oradores do nosso País. A Luís de Magalhães coube a vez de falar depois de António Cândido, o príncipe da oratória no seu tempo. Pois nesse discurso, que o saudoso Eduardo Cerqueira (1), – então a memória viva do passado aveirense – comentou e deu à estampa juntamente com um outro proferido no centenário do nascimento de seu pai, Luís de Magalhães referiu-se a Aveiro nestes termos apaixonados:

«Esta festa é minha e vossa. É a festa da grande família aveirense – de que tenho a honra de fazer parte».(...)

«É sempre com o peito transbordando das mais vivas emoções e repassado da mais profunda saudade que eu entro nesta adorada terra de Aveiro. Estão aqui as raízes da minha vida; vivem aqui as minhas tradições; encerram-se aqui as mais santas, as mais veneradas relíquias da minha íntima religião doméstica. Sinto bem que esta é a minha pátria; sinto bem que este é o meu berço civil; sinto bem que este é o meu lar».

E, não satisfeito em chamar a Aveiro a sua pátria, o seu berço e o seu lar, acrescenta, emocionado:

«Tudo aqui me fala ao coração. Em cada nome de família há para mim como que um legado de antigas amizades fraternas. Não há um canto, não há uma pedra da velha cidade, que me não segrede uma lembrança daqueles de quem venho.

Parece-me vê-los errar como sombras, como imagens luminosas de um sonho, por estes sítios familiares que tantas vezes os contemplaram na plenitude da vida, cercados por essa auréola incomparável do amor e do respeito de uma população inteira».

Luís de Magalhães tinha apenas três anos quando perdeu o pai. O pouco que dele sabia foi-se completando com as conversas íntimas e saudosas da mãe, viúva dedicadíssima que guardou junto de si até à morte, em preciosa urna de mármore, o coração do marido, e também com as constantes e vivas evocações que ouvia aos familiares e amigos de Aveiro, como reconheceu logo adiante no referido discurso:

«É com verdadeira piedade que aqui recolho da boca dos contemporâneos as lendas, as pequenas histórias, os breves traços que nos fornecem à imaginação os elementos por meio dos quais logro reconstituir essas figuras amadas – umas desconhecidas, outras apenas entrevistas no vago e indeciso crespúsculo das tradições da primeira infância».

E, entre estas «figuras amadas», evoca, «com o mais íntimo encanto, a sacratíssima memória paterna», para concluir com chave de ouro:

«É por todas estas santíssimas memórias, que eu voto a Aveiro uma afeição profunda, resistente a todas as ausências e a todos os acasos da vida que me afastam do seu seio. Mas esta afeição duplica-a, centuplica-a hoje o grande e generoso acto que acabais de consumir».

Não admira que a assistência aplaudisse longamente, com entusiasmo e emoção, este discurso, a todos os títulos brilhante, já que o próprio Manuel de Arriaga, também ele grande tribuno, não se conteve sem comentar, arrebatado, em voz alta: «Mais um milagre de José Estêvão. Produziu um orador!»

Por ocasião do centenário do nascimento de José Estêvão realizou-se em Aveiro, a 26 de Dezembro de 1909, uma significativa homenagem, durante a qual Luís de Magalhães discursou eloquentemente e evocou aqueles que participaram na inauguração da estátua e dormiam agora, «a seu lado, o bom e sereno sono do túmulo, nesta modesta jazida fúnebre, onde amanhã iremos em devota romagem, e que, se é para vós como que o Panteon, onde repousa o vosso Santo e o vosso Herói, é para mim um relicário de amor, urna cinerária, que guarda o pó sagrado de tantos corações que eu adorei, adoro, e hei-de adorar até que o meu nela seja por sua vez encerrado, tão piedosamente como eles o foram!» (2)

Segundo a mais sólida e fidedigna tradição familiar, Luís de Magalhães alimentou sempre o sonho de viver em Aveiro, um sonho «resistente a todas as ausências», como reconheceu publica-

mente no discurso acima citado. Exceptuando o tempo em que aqui foi governador civil, as visitas frequentes que fazia aos seus familiares e amigos, entre os quais é justo salientar o seu cunhado Jaime de Magalhães Lima, e o veraneio anual no Palheiro da Costa Nova, com paragem em Aveiro e embarque no Canal Central, Luís de Magalhães só veio para esta cidade em Dezembro de 1935, passando então a repousar definitiva e serenamente na paz dos justos, ao lado de seus pais e filhos.

A correspondência, sempre amiudada, familiar e amistosa, que manteve com Jaime de Magalhães Lima – cunhados por se terem casado com duas irmãs, D. Maria da Conceição e D. Maria do Cardal de Lemos Pereira da Lacerda, filhas de Francisco de Lemos Ramalho de Azeredo Coutinho, morgado da Casa de Condeixa – é testemunho de uma afeição rara e modelo de um estilo epistolar que honra tanto o remetente como o destinatário e faz a cobertura de meio século de história política, social e literária do nosso País, merecendo, por isso, um estudo objectivo e até uma publicação própria. Jaime de Magalhães Lima e Luís de Magalhães eram um para o outro o amigo fiel, o confidente seguro, o colaborador generoso, o correligionário constante, o conselheiro escutado com atenção e, por vezes, o confessor a quem se confiavam os segredos mais íntimos da alma e os mais dedicados problemas familiares.

Outra família de Aveiro, a quem Luís de Magalhães dedicava profunda afeição, era a dos Couceiro da Costa. As filhas de ambos os casais visitavam-se com relativa frequência e conservaram-se amigas fiéis até à morte. Maria Clementina e Maria José Couceiro da Costa passavam temporadas em Moreira da Maia, na Quinta do Mosteiro, que a viúva de José Estêvão, filha do Dr. Custódio Luís de Miranda, amigo e discípulo do Dr. Luís Cipriano, pai de José Estêvão, adquirira à família Vieira de Castro. Estas duas irmãs (3), cuja beleza física e perfil moral se impunham à admiração de todos, vieram a consagrar-se à vida religiosa: uma, Maria Clementina, uniu-se-ia à Ir. Carolina Sousa Gomes, em Coimbra, e fundaria com ela a Congregação das Criaditas dos Pobres, onde receberia o nome de Ir. Emanuel, embora fosse popularmente conhecida por Irmãzinha Emanuel; a outra, Maria José, entraria na Congregação Portuguesa das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena com o nome de Irmã de Santo Agostinho, vivendo presentemente no lar de Santa Joana Princesa em Aveiro. A Irmãzinha Emanuel, depois de uma longa doença, foi chamada à presença de Deus no passado dia 3 de Janeiro e teve em Coimbra um funeral que mais parecia a apoteose de uma Santa do que o préstito fúnebre de uma pessoa mortal.

A estas então jovens irmãs Luís de Maga-

lhães, que na opinião de Miranda de Andrade, o crítico literário que melhor conhece a sua obra, foi «um dos melhores poetas parnasianos portugueses» (4), dedicou um admirável soneto, que foi composto na Costa Nova, no dia 19 de Outubro de 1924, e cujas primeiras quadras definem, a traços largos, os dois perfis(5):

Duas jovens irmãs, ambas formosas,
Manhãs cerúleas, dois Abris em flor!
Mas, na alma duma, abrem purpúreas rosas,
Na da outra, lírios de esvaecido alvor.

A uma as faces lhe anima e as faz radiosas
Constante riso de jovial fulgor;
À outra, envolve-a em graças penumbrosas
Seu ar um pouco triste e sonhador.

Quem conheceu as duas irmãs, sabe, sem qualquer sombra de dúvida, que a Irmã de Santo Agostinho é a que tem na alma as «purpúreas rosas», «as faces radiosas» e um «constante riso de jovial fulgor»; e que a Irmãzinha Emanuel é a dos «lírios de esvaecido alvor» e de «ar um pouco triste e sonhador».

Costumando passar o verão na Costa Nova e vendo aumentar a sua família, Luís de Magalhães não pôde conservar as proporções e o mesmo espaço do Palheiro herdado e teve, por isso, de o tornar mais amplo e acolhedor. Segundo a informação que recolhi da tradição familiar, o Palheiro original fora oferecido a D. Rita por José Estêvão, como prenda de noivado. O actual Palheiro é de parede de adobo, por dentro, e de madeira, por fora. No primeiro andar, fica o gabinete de trabalho ao lado da sala de jantar e com uma janela voltada para a Ria. Numa das suas paredes, encontra-se, reproduzido à mão, o soneto «Evocação» (6) que Luís de Magalhães dedicou a seu pai e que não resisto à tentação de transcrever na íntegra:

Destes ocasos d'oiro e este cerúleo mar,
Desta mesma risonha e plácida paisagem,
Quantas vezes, meu Pai, a luminosa imagem
Se reflectiu no teu embevecido olhar!

Era aqui, nesta paz, que vinhas descansar,
Refazer, para a luta, as forças e a coragem,
Vendo a planície verde ao fundo e, sob a aragem,
Brancas, no azul da Ria, as velas deslizar...

Por isso o coração aqui me prende assim!
E, da saudade, quando ao remorder acerbo,
Tua figura evoco e ressuscito em mim,

Vejo-te errar na praia – emocionante engano! –
Buscando a inspiração do teu ardente verbo
No esplendor do Infinito e o tumultuar do Oceano!

No ambiente de sonho em que se via envolvido quando admirava, extasiado, esta original e belíssima paisagem lagunar, Luís de Magalhães não podia deixar de se sentir fascinado, ele que a si mesmo se definiu como «poeta virgiliano, cuidando as terras e meus versos com amor» (7).

Não se limitando a cantar a Ria com versos de grande inspiração, publicou um magnífico estudo, intitulado «Os barcos na Ria de Aveiro», (8) na revista «Portugália» no qual descreve com os respectivos desenhos os vários tipos de barco que se destinam à exploração das salinas, à apanha das algas ou moliços, ao transporte de pesca marítima e à pesca fluvial.

No fim deste estudo, presta uma calorosa homenagem aos varinos e aos murtoseiros, cuja «inalterabilidade de tipo, continuidade de costumes e fixidez de hábitos tornam esta raça um raro exemplar de pureza étnica entre as outras que compõem esta família política e histórica, que é a nação portuguesa».

Tanto ou mais que Eça de Queirós, também aveirense pela ascendência paterna e pelo contacto prolongado com a nossa região, Luís de Magalhães poderia dizer de si mesmo que era «filho de Aveiro, educado na Costa Nova, quase peixe na Ria».

Num trabalho seu sobre «A Arte e a Natureza em Portugal» que o Guia de Portugal, reeditado pela Fundação Gulbenkian (9), cita parcialmente, Luís de Magalhães descreve assim a cidade tal qual a conheceu no seu tempo:



José Estêvão com sua esposa, D. Rita de Magalhães, e seu filho, Luís de Magalhães.

«A cidade actual nada tem de arcaico: os restos das suas antigas muralhas desapareceram totalmente; as pesadas moles dos seus seis conventos ou foram demolidas ou transformadas em quartéis e repartições; das velhas arcarias dos seus pitorescos aquedutos já não resta o mínimo vestígio. Afora a casa da Câmara com a sua torre central, o pórtico da renascença da Misericórdia, o cruzeiro de S. Domingos, o convento de Santa Joana, a interessante arcada dos Balcões, a capela do Senhor das Barrocas, uma ou outra das suas lindas casas do fim do século XVIII, de escada exterior com patim alpendrado, como a da Granja, a do Carril, a do Carmo, a do Seixal, a do Morgado de Vilarinho – todos os seus outros edifícios, públicos ou particulares, fundem-se na característica banalidade das construções modernas».

Mas Aveiro não é só a pedra, a história e a arte dos seus conventos, das suas igrejas ou capelas, das suas casas solarengas e dos seus edifícios públicos. «Duas coisas há que imprimem à cidade de Aveiro um cunho inconfundível e a tornam uma das mais bonitas e interessantes povoações de Portugal: são a vasta Ria que a envolve e a penetra com os seus canais de parapeitos de cantaria, sobre que se lançam elegantemente as curtas pontes em arco, dando-lhe uma vaga fisionomia veneziana, e a larga, desafogada, verdejante, luminosa e variadíssima paisagem em que ela, na sua alvura de povoação marítima, muito caiada e limpa, nos aparece engastada, como uma pérola num esmalte policromo e brilhante».

Falta espaço para podermos transcrever toda a bela descrição da cidade vista da Ria, e da

«longa rua aquática» que é «a principal artéria da vida da cidade» – «coração económico e administrativo duma vastíssima região fluvial e rural, região densamente povoada e intensamente laboriosa».

Nesta moldura de talha dourada, o centro da tela é «a multidão rumorejante e alegre», são «os barqueiros esbeltos e ágeis», são «os mercantéis, os negociantes de pescado e as peixeiras da praça», são «os almocreves», são «os embarcadigos de Ílhavo, os pescadores da Murtosa, as salineiras e os marnotos das marinhas», e são, por fim, «as graciosas tricanas, duma elegância magra e nervosa, marchando num ritmo curto e ligeiro sobre as pontas das minúsculas e agudas chinelas, e todas esguias em seus longos xailes caídos e nas suas leves e compridas saias de chita clara, que, fluindo, se lhes evolum à linha fina das pernas, como as roupagens das estatuetas de Tanagra».

Dos lenços e vestuários femininos, o seu pincel de artista, enamorado da paisagem e das suas gentes, passa para o «sombrio burel dos varinos, as alvas camisas e manaias dos pescadores e barqueiros», e ainda para o rodar dos carros rústicos puxados por juntas de tostados *marinhões* ou de louros *arouqueses*, entre o circular das canastras faiscantes de sal de neve ou com lampejos de aço da escama azulada das sardinhas, nessa faina do negócio e do trabalho». E não conclui este quadro sem gravar «o ruído das vozes (que ondula, subindo, descendo, aumentando, smorzando-se nas notas constantes e arrastadas duma das mais doces e mais características falas do povo português».



Gabinete de trabalho de Luís de Magalhães, na casa da Quinta do Mosteiro (Moreira da Maia).

Havemos de convir que os cultos realizadores do Guia de Portugal, seleccionando este texto, aqui só parcialmente transcrito, optaram pela tela mais luminosa, mais viva, mais realista e mais evocadora que podiam descobrir para pintar plasticamente a cidade que se manteve inalterável até meados do século XX e que alguns de nós ainda conseguem vislumbrar na aquarela maravilhosa de Luís de Magalhães.

Aníbal Ramos

NOTAS

- (1) In «José Estêvão apreciado pelo Filho – Dois Discursos», Aveiro, 1962.
- (2) *Ibid.*, p. 9
- (3) Cfr. «*Maria Carolina Sousa Gomes e as Criaditas dos Pobres*», de D. Manuel de Almeida Trindade, Coimbra, 1987.
- (4) «*Luís de Magalhães e a evolução do seu lirismo*», de Miranda de Andrade, Separata de «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos», n.º 15, 1968.
- (5) *Anoitecer (Últimos Sonetos)*, de Luis de Magalhães, *ibid.* n.º 18, 1971.
- (6) *Frota de Sonhos*, de Luis de Magalhães, Porto, 1924, p. 40.
- (7) *Ibid.*, p. 41.
- (8) O Museu de Ovar reproduziu este estudo no Caderno n.º 3 da Coleção Usos e Costumes Antigos, 1980.
- (9) Guia de Portugal, III, Beira-I. Beira Litoral, 1984, pp. 472-473.



Uma das fontes da Quinta do Mosteiro (Moreira da Maia)

OBRAS DE LUÍS DE MAGALHÃES

Em verso:

Primeiros Versos (1878-1880)
As Navegações (1881)
Odes e Canções (1880-1883)
D. Sebastião (1898)
Cantos do Estio e do Outono (1908)
Frota de Sonhos (1924)
Anoitecer, Últimos Sonetos (1971)

Em prosa:

O Casamento (1880)

As Últimas Proesas Judiciárias do Conselho de Decanos e da Faculdade de Direito (1883)

O Brasileiro Soares (romance-1886)

A Corista (uma «história triste» publicada na «Revista de Portugal» dirigida por Eça de Queirós – t. I, 668-693 – 1889)

Notas e Impressões (1884-1889)

A vida de Antero (publicada *In Memoriam* de Antero de Quental-1896)

Revista de Política Interna («Revista de Portugal», t. III, 479-500, 620-632, 739-762 – 1981)

A Dívida e o Déficit (1900)

O Problema da Vida (Manuscrito com 320 folhas de um romance incompleto, escrito de 1899 a 1909, e de que Miranda de Andrade publicou algumas «Páginas Inéditas» no «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. XXX-Fascs. 3-4 – 1973)

Os Barcos na Ria de Aveiro (Revista «Portugália», t. II, fasc. I – 1905)

Eduardo VII (1910)

Portugal e a Guerra (1915)

Perante o Tribunal e a Nação (1925)

Tradicionalismo e Constitucionalismo (1927)

Oliveira Martins (Prefácio do livro «Perfis»-1930)

A Crise Monárquica (1934)

Antero em Vila do Conde (Conferência-1942)

Campo Santo (Ensaios e artigos críticos-1971)

Eleições Autárquicas no Concelho de Aveiro

No dia 17 de Dezembro, decorreram as eleições para as autarquias locais: Assembleias de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Como resultado desse acto cívico, os diferentes partidos políticos ficaram assim distribuídos, em número de mandatos, para os próximos quatro anos (1990-1993):

ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA	CDS	PSD	PS	PCP/PEV	TOTAL
ARADAS	8	3	2	—	13
CACIA	5	2	2	—	9
EIROL	5	2	—	—	7
EIXO	4	5	—	—	9
ESGUEIRA	4	4	4	1	13
GLÓRIA	7	2	3	1	13
NARIZ	5	2	—	—	7
N.º SR.ª DE FÁTIMA	5	4	—	—	9
OLIVEIRINHA	2	7	—	—	9
REQUEIXO	5	2	—	—	7
SANTA JOANA	2	5	2	—	9
SÃO BERNARDO	5	3	1	—	9
SÃO JACINTO	—	1	6	—	7
VERA-CRUZ	4	3	3	3	13
TOTAL	61	45	23	5	134
CÂMARA MUNICIPAL					
	5	2	2	—	9
ASSEMBLEIA MUNICIPAL					
Por eleição directa	11	9	6	1	27
Pelas Assembleias de Freguesia	9	4	1	—	14
TOTAL	20	13	7	1	41

O Convento de Jesus

Fausto Ferreira

*(À minha filha Maria Celeste e ao
meu genro José Barbosa)*

Na sessão da Câmara Municipal de Aveiro de 5 de Março de 1874, o seu Presidente, Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, informou que a última religiosa dominicana que ainda existia no «Real Convento de Jesus», de Aveiro, a Priora D. Maria Henriqueta Osório Barbosa (ou Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa Osório), natural de Ovar mas da família do Visconde de Almeida, da Casa do Terreiro (hoje local onde se encontra o edifício do Governo Civil), havia falecido em 2 daquele mês pelo que, ao abrigo do Art.º 11 da Lei de 4 de Abril de 1861, o Convento de Jesus seria considerado extinto e, portanto, o edifício e todos os seus pertences tornar-se-iam propriedade da Fazenda Nacional.

Na mesma acta foi registado um voto de pesar pelo falecimento daquela religiosa.

A Câmara, apercebendo-se dos prejuízos que causaria à cidade a perda do imóvel e, por conseguinte, desta casa de recolhimento e de tradição

histórica e religiosa, que sempre a prestigiaram, alegava, também, existir dentro das suas paredes, o túmulo da Princesa Santa Joana que deveria pertencer à cidade, e expôs ao Governo, nesta mesma data, a petição que a seguir se transcreve, dirigida ao deputado pelo círculo de Aveiro, o Conselheiro José Dias Ferreira:

«Senhor!

Desde o dia 2 do corrente que o Real Mosteiro de Jesus, d'esta Cidade, pertencente à Ordem Dominicana, se acha compreendido nas disposições da lei de 4 de Abril de 1861, pelo falecimento da última religiosa professa, que n'elle vivia.

Este Convento, Senhor, mereceu sempre o maior respeito dos habitantes d'esta Cidade pelas altas virtudes das que o habitavam, e pelas memórias históricas que a elle se prendem.

Alli viveu e morreu como Santa a Sereníssima Princesa Dona Joana, filha do Senhor Rei Dom Affonso V e suas cinzas n'elle existem guardadas em precioso tumulo de mosaico, justamente considerado como um dos mais estimados monumentos que tem o Reino.



Mosteiro de Jesus
- Fachada -

Fecharem-se inteiramente as portas d'aquella casa onde ainda habitam 30 senhoras entre recolhidas, educandas e criadas, algumas d'avanzada idade, outras sem familia nem parentes a quem recorram, faria grave violência aos sentimentos de todos os moradores d'Aveiro, e seria malbaratar um capital, que pode vantajosamente ser aproveitado em beneficio da instrução e da caridade.

Por Provisão do Principe Regente o Senhor D. João, de 12 de Fevereiro de 1807, foi obrigado o Senado e Camara d'Aveiro a tomar sob a sua protecção a festividade e procissão, que no dia 12 de Maio de cada anno se faz no referido convento em honra da Santa Princesa, «devendo assistir com suas insígnias principais e praticar o mesmo que nas outras festas e procissões reaes se pratica».

É este um título, Senhor, com que esta Câmara Municipal se abona no pedido que respeitosamente vai fazer a Vossa Magestade:

O Convento está extinto.

Mas pôde no lugar d'elle surgir um estabelecimento de educação como já existem outros em outras Cidades do Reino.

O edificio é de fabrica modesta e está em grande parte muito deteriorado.

Não servia para outra applicação, e vendido em hasta publica daria apenas o preço dos materiais.

Mas pode bem utilizar-se para aquelle fim, e talvez por muitos annos sem reparos dispendiosos. Poderão servir de mestras as proprias senhoras que já o habitam, e cuja competencia, posto que provada, haveria meios de legalmente conhecer.

A utilidade d'um estabelecimento d'esta ordem, n'uma terra como Aveiro onde escasseiam, como em quase todas as da provincia, os meios de educação para o sexo feminino escusa demonstrar-se.

Não aproveitaria só a Cidade, aproveitaria também ao Districto.

Não seria educação brilhante a que elle poderia proporcionar, mas educação moral, fundada em principios de severa virtude, tendo simultaneamente a illustrar e a desenvolver a intelligencia e a formar a mulher de familia.

É esta talvez de todas as educações a mais proveitosa e a mais necessária.

Se o Governo de Vossa Magestade não julga conveniente proceder directamente e por iniciativa própria a esta fundação, a Camara pede que lhe seja concedido o Convento para n'elle instituir uma casa semelhante ou analoga a que o Municipio do Porto sustenta no largo de S. Lasaro, com o tittulo de recolhimento de orphãs e d'outros que sob diversas formas existem no paiz, e alem d'isso pode uma subvenção annual, pelo averbamento d'inscripções, ou por qualquer outro meio

que melhor se julgue, que venha em auxilio da exiguidade dos seus recursos, e seja exclusivamente destinada a prover ás despesas d'uma instituição, que ao mesmo tempo que é de interesse local, tem incontestavel utilidade publica.

O art.º 11 da citada lei de 4 de d'abril de 1861 determinando «que todos os bens que nos termos della, constituiram propriedade ou dotação d'algum Convento que for supprimido na conformidade dos canones, serão exclusivamente applicados á manutenção d'outros estabelecimentos de piedade e instrução e á sustentação do culto e clero» tem applicação obvia ao caso presente.

É um estabelecimento de educação que vai fundar-se sobre os alicerces rasos d'uma instituição monastica derrocada.

Pela extinção do Convento percebe o Estado uma avultada somma que elle possuia em inscripções, e ainda em bens por desamortisar.

Não se augmenta, pois, com o pedido da Camara a despesa publica.

Da-se o destino que a lei designou aos redditos provenientes d'essa extinção.

E nem todos seriam precisos para o fim que se indica, porque uma parte d'elles seria bastante para habilitar a Camara para a fundação que pretende.

A superintendencia d'este estabelecimento d'instrução, quando mesmo á Camara pertença fundal-o, inutil parece tambem dizer, que ficaria inteira ao Estado nos termos da legislação vigente, e a Camara aceitaria, nem podia deixar de aceitar, todas as condições que a este respeito se lhe impoessessem, para regularidade do ensino, e completo aproveitamento dos fins da instrução.

A egreja e o tumulto da Santa Princesa, é justo que pertençam á Cidade – a Camara por consequencia que a respeita –.

Nem sequer duvida a Camara que Vossa Magestade completando o pensamento do Augusto Avô de Vossa Magestade D. João VI haja por bem conceder-lhe.

As alfaias do culto pertencentes ao Convento, e principalmente as que servem na festividade de 12 de Maio, a Camara igualmente as pede, com a condição expressa de não poderem ser distrahi-das ou applicadas a outro uso ou fim, sob pena de volverem, ou o valor dellas, á posse do Estado.

Senhor!

Esta Camara Municipal interprete dos seus municipes espera que Vossa Magestade Se Digne acolher benignamente a sua supplica e Haja por bem deferir-lhe.

Aveiro em sessão de 5 de Março de 1874».

Na mesma data seguiu um pedido, a El Rei D. Luís, das recolhidas do Real Convento de Jesus em número de 20 e, ainda, outro a S. Majestade a Rainha, Senhora D. Maria Pia, como se segue:

«Senhor!

É entre lágrimas e suspiros, que, prostradas aos pés de Vossa Magestade, vamos humildemente pedir uma graça, que o bondoso coração de Vossa Magestade nos anima a pedir.

Acaba de baixar á sepultura a ultima religiosa do Real Mosteiro de Jesus d'esta cidade.

Nós, abaixo assignadas, recolhidas n'este Real Mosteiro, ficamos na posição mais infeliz, que imaginar se póde, se por ventura formos obrigadas a deixarmos esta casa, que nos tem servido de abrigo e amparo.

Umas de nós estão n'uma idade avançada, outras n'uma idade inexperiente.

Umas e outras, sem meios ou sem familia, terão de soffrer os horrores da fome, e talvez algumas os d'uma posição vergonhosa.

Muitos dos Augustos Antecessores de Vossa Magestade protegeram e honraram esta casa desde a sua fundação. O Senhor D. Affonso V lhe lançou a primeira pedra, o Senhor D. João II lhe fez doações e deu privilegios como o fizeram os Senhores D. Manuel, D. João III, D. João IV e D. João V. A Princeza Santa Joana, filha do Senhor D. Afonso V, aqui se recolheu e aqui jazem as suas reliquias em magnifico sarcophago, obra a expensas do Senhor D. Pedro II.

A magnificencia das festividades que se tem feito na egreja d'este Real Mosteiro; as muitas virtudes, imitadas por todas as Religiosas até á ultima que baixou á sepultura; a caridade, que sempre n'esta casa foi exercida; as muitas tradições historicas, que enobrecem este Mosteiro, são motivos mais que poderosos para que Vossa Magestade ordene a conservação d'este Mosteiro como recolhimento ou como casa de educação e ensino.

É esta a graça, que humildemente pedimos a Vossa Magestade. Duvidar de que Vossa Magestade a conceda, seria duvidar da bondade do Coração de Vossa Magestade.

Senhor!

Quando a Augusta Mãe de Vossa Magestade visitou este mosteiro, dignou-se declarar que, em quanto viva fosse, sempre a Sua mão se recusaria a assinar o decreto, que o extinguisse. Vossa Magestade, herdeiro do trono da Senhora D. Maria II, não poderá tambem deixar de ser o herdeiro das virtudes, que ornaram aquelle coração magnanimo, e assim não sanccionará o que Ella não sanccionaria.

Além das razões apontadas para que Vossa Magestade nos attenda, ha muitas, que longo fôra ennumerar, mas acima de todas falla o nosso pranto, a nossa dôr e a nossa saude, por deixarmos estas paredes, se Vossa Magestade não attender o nosso humilde rogo.

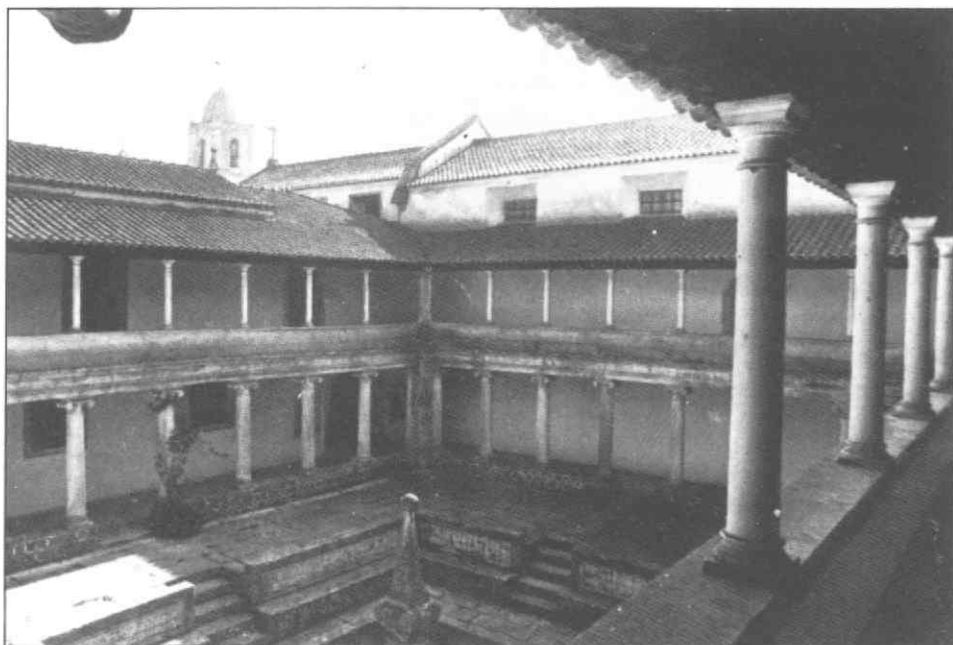
E.R.M.

Aveiro 5 de março de 1874».

«Senhora!

Vertendo as mais sentidas lagrimas e com o coração trespassado de dôr, vamos implorar o valimento de Vossa Magestade, para que nos proteja n'uma pretensão, cuja graça já imploramos do Magnanimo Esposo de Vossa Magestade.

Nós abaixo assignadas, recolhidas no Real Mosteiro de Jesus d'esta cidade d'Aveiro, somos obrigadas a deixarmos esta casa, visto que a ultima religiosa acaba de baixar á sepultura. As nossas lagrimas fallam mais, que as nossas vozes.



Mosteiro de Jesus
- Claustro -

Não temos coragem de deixar estes tectos que, por tanto tempo, nos protegeram e abrigaram.

Muito esperamos do magnanimo e religioso coração do Esposo de Vossa Magestade; entre-tanto ninguém melhor do que Vossa Magestade pôde interessar-se pela nossa sorte. O coração da mulher é sempre mais sensível; e nós, infelizes mulheres, privadas de meios e de protecção, sem familia nem amparo, a ninguém melhor poderíamos recorrer, do que a Vossa Magestade, que, como pessoa do nosso sexo pôde melhor attender ao nosso humilde rogo, comprehender a nossa dôr e interessar-se por nós.

Ah! se Vossa Magestade presenciasse as nossas lagrimas, se o nosso pranto pudesse ir banhar os pés de Vossa Magestade, certas ficaríamos de que Vossa Magestade tocara em nosso favor o coração do terno, benigno e compassivo Esposo de Vossa Magestade. Mas não será preciso tanto.

Senhora! Já pedimos a Sua Magestade El Rei, que nos conserve n'este Mosteiro, fundando-se aqui um recolhimento, ou uma casa de educação e ensino. A bondade de Sua Magestade El Rei pôde tudo em nosso favor, mas se a ternura de uma Esposa pôde muito no coração d'um Esposo, pôde também Vossa Magestade interessar-se por nós, pedindo a Sua Magestade El Rei nos conceda o que tanto desejamos.

A nossa petição a Sua Magestade El Rei é fundada principalmente nas tradições, que honram e enobrecem esta casa; a petição que dirigimos a Vossa Magestade não tem argumentos possiveis, porque o pranto e a saudade nos embargam as palavras. Compadeça-se, pois, Vossa Magestade d'estas infelizes, attenda ao nosso humilde rogo; peça por nós a Sua Magestade El Rei. É de joelhos e banhadas em pranto, que pedimos a Vossa Magestade se amercêe de nós. Se não fôr deferida a nossa humilde supplica, nós no mundo, e sem amparo, morreremos de saudade, de miséria, e talvez de vergonha...

Se de Vossa Magestade conseguirmos o que esperamos, mostraremos a nossa gratidão rogando a Deus pelos preciosos dias de Vossa Magestade e pelos dias do Esposo e filhos de Vossa Magestade.

E.R.M.

Aveiro 6 de março de 1874»

(seguem-se as mesmas assinaturas da petição anterior)

Estas duas últimas representações foram redigidas por Rangel de Quadros.

Ainda em 8 de Março foi dirigida a El Rei D. Luís novo requerimento do povo de Aveiro com 750 assinaturas pedindo a conservação da casa de educação e ensino, como se segue:

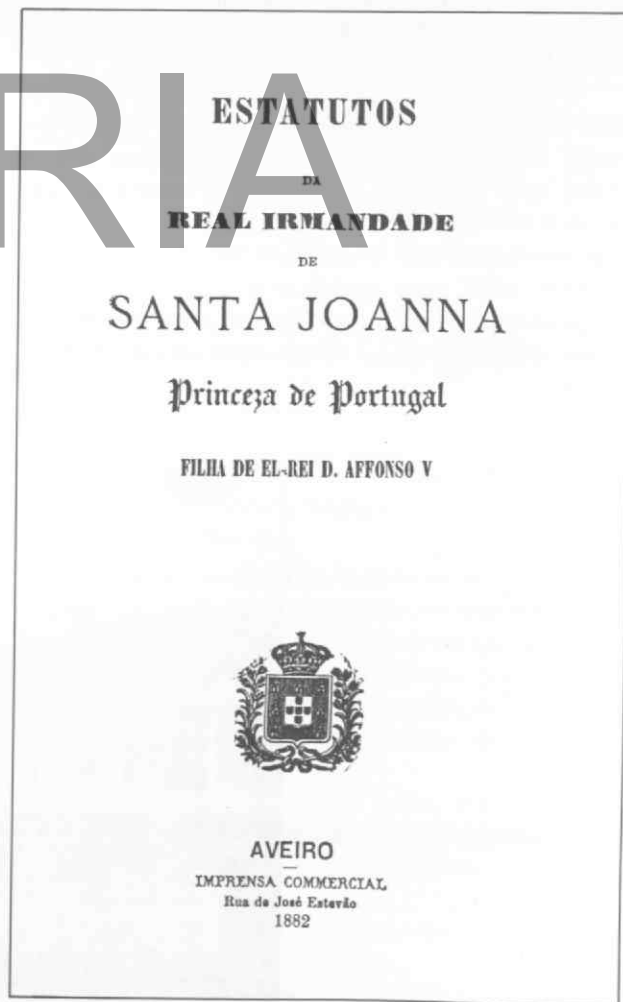
«Senhor!

No meio de geral consternação, que opprime

os corações dos Aveirenses, o povo d'esta Cidade vem aos pés de Vossa Magestade implorar uma graça, que o magnanimo coração de Vossa Magestade lhes dá direito a pedir.

A ultima religiosa do Real Mosteiro de Jesus, d'esta Cidade acaba de baixar á sepultura. Muitos e poderosos são os motivos, por que o povo d'Aveiro se anima a pedir a Vossa Magestade a conservação d'aquelle Mosteiro, já como casa de educação, já como recolhimento. N'aquella casa existe um grande numero de recolhidas, que ali se teem conservado ou por falta de meios ou por vocação. Se por ventura se fecharem aquellas portas, muitas recolhidas, sem familia, sem meios, ou já em idade avançada ou ainda enexperiente, terão de soffrer os horrores da fome ou estender a mão á caridade. Bem poucas são as casas, que, como aquella, estão azadas para um collegio de educação, ou para recolhimento de pessoas, que querem fugir ao bulicio do mundo, ou sejam desfavorecidas da fortuna.

Aquelle Mosteiro tem incontestáveis direitos á sua conservação.



Fac-símile da primeira edição dos Estatutos da Real Irmandade de Santa Joana.

Muitas são as tradições históricas e religiosas, que o enobrecem.

O Senhor D. Affonso V lhe lançou a primeira pedra; o Senhor D. João II o honrou algumas vezes com a sua presença, visitando Sua Augusta Irmã, a Princeza Santa Joanna; no dia 23 de Maio de 1852 a Augusta Mãe de Vossa Magestade e também Vossa Magestade visitaram este mosteiro; finalmente alli repousam em magnifico sarcophago, feito por ordem do Senhor D. Pedro II e a expensas suas, as reliquias da Princeza Santa Joana, modelo de virtudes e penhor sagrado, de que Aveiro tão justamente se ufana.

A virtude das fundadoras d'esta casa, virtudes imitadas e seguidas até hoje por todas as senhoras alli existentes, tanto professoras como recolhidas; a magnificencia da sua igreja, bem como do resto do edificio; o respeito e devoção, que inspiram as festividades alli feitas; as tradições históricas já apontadas, bem como outras muitas, que longo fôra enumerar, são motivos mais que sufficientes, para que Vossa Magestade se digne ordenar a conservação d'aquelle Mosteiro, já como recolhimento, já como casa de educação e ensino.

E. R. M.

Aveiro, 8 de março de 1874».

Em sessão da Câmara de 23 de Maio, do mesmo ano, foi lido um officio, com data de 18, do Governador Civil do Distrito, Dr. Manuel José Mendes Leite, natural de Aveiro, que acompanhava uma cópia de outro de 16 do Ministro da Justiça no qual mandava aquella autoridade informar a Câmara e as recolhidas no extinto Convento de Jesus, de Aveiro, que havia sido suspensa a venda do edificio em face das representações recebidas.

Nesta mesma sessão o seu Presidente, Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, e todos os vereadores congratularam-se com a decisão acertada tomada pelo Governo de Sua Magestade.

Foi resolvido responder que, pela leitura do citado officio, concluiu-se que o Governo, anuindo às representações atrás transcritas e a outras também apresentadas, quis que o edificio onde se encontrava o túmulo de Santa Joana Princesa, um dos mais valiosos monumentos da Cidade e do País, não fosse demolido, ratificando o pedido feito, para que aquella casa lhe fosse entregue a fim de a destinar a um recolhimento de educação do sexo feminino aproveitando-se «os elementos já existentes e o merecimento de virtudes e instrução das recolhidas que nele se conservam e foram do extinto Convento e isto se dignasse S. Ex.» levar ao conhecimento de Sua Magestade».

Mais solicitava, ainda, ao Governador Civil que empregasse todos os esforços no sentido de lhe serem entregues os paramentos e alfaia do culto que pertenceram ao extinto Convento com prioridade às que servem nas festividades de

Santa Joana cujas festas a Câmara manda celebrar, já há muito tempo, e tem a obrigação de nela se incorporar por Régia Provisão de 12 de Fevereiro de 1807.

Embora as alfaia do culto e paramentos não possam ser-lhe entregues, definitivamente, o sejam como depósito, sendo proposto um voto de louvor ao deputado pelo círculo de Aveiro, Conselheiro José Dias Ferreira, pela forma como apoiou a pretensão da Câmara e das recolhidas.

A fim de justificar mais e reforçar a pretensão pensou-se na organização de uma Irmandade.

Em 4 de Março de 1877, após diversas reuniões preparatórias, convocou-se uma Assembleia Geral onde foram apresentados os 6 capítulos, divididos em 51 parágrafos, dos Estatutos da «Irmandade de Santa Joana» que foram aprovados por unanimidade e cujas assinaturas, em número de 110, foram reconhecidas pelo tabelião Arnaldo Augusto Álvares Fortuna, em 16 do mesmo mês.

A mesa eleita era constituída pelas seguintes personalidades:

Presidente – Agostinho Duarte Pinheiro e Silva

Vogais – João Augusto Marques Gomes e Joaquim Gonçalves

Tesoureiro – António Rodrigues Soares

Secretário – Francisco Vitorino Barbosa de Magalhães



Madre Maria Inês Champalimaud Duff – a Directora do Colégio de Santa Joana desde 1884 até 1909.

O primeiro bispo português na Índia nasceu em Aveiro

Maria Lucília Lencart

Agora que levantamos do pó os arquivos e do esquecimento todos aqueles que contribuíram para que Portugal, um pequeno país no extremo ocidental da Europa, tivesse podido lançar-se na senda dos Descobrimentos, verifica-se que a Igreja teve um papel preponderante que, para muitos, passa despercebido. É que, cada nau que partia, cada frota que saía a barra das costas portuguesas e se fazia ao mar, levava a bordo sacerdotes que iam sofrer, ao lado dos soldados e dos grandes capitães, todas as vicissitudes de uma longa viagem às vezes sem regresso.

Falo hoje do primeiro bispo português que partiu para a Índia na armada que no ano de 1518 deixou Lisboa, a bordo da qual seguia também o novo governador da Índia que ia por capitão-mor da armada e ia suceder a Lopo Soares de Albergaria. O novo governador era Diogo Lopes de Siqueira e o bispo que levava na nau capitã era D. Fr. Duarte Nunes, bispo titular de Laodiceia.

Natural de Aveiro, nessa altura Bispo de Coimbra, era filho de Fernando Afonso e de sua esposa D. Mécia Nunes, filha de Nuno Frz. de Gouveia e de D. Aldonça Vaz Cardiza. Tomara o hábito na Ordem dos Pregadores no Convento de S. Domingos de Aveiro, onde professou.

Era um insigne pregador, erudito, cheio de zelo apostólico e entusiasmo. Em 1503, o Rei D. Manuel I pediu ao Papa Alexandre VI e obteve para D. Fr. Duarte Nunes o título de bispo de Laodiceia. Laodiceia seria na Frígia Capaciana, sufragânea do Patriarcado da Constantinopla. Havia também uma Diocese episcopal de Laodiceia na Síria, sufragânea ao Arcebispado de Damasco e ainda a Metrópole de Laodiceia sujeita ao Patriarcado de Antioquia. Na Crónica que consultei, era opinião do seu cronista que se trataria de Laodiceia na Síria, sufragânea de Damasco, porque só esta cidade tinha o título de Bispo e as outras de nome logravam a honra de Metrópoles.

Desta forma, tinha o bispo D. Fr. Duarte Nunes uma situação que lhe permitia vir a tomar conta de um outro cargo de que não fosse meramente titular. Assim, em 1516 a rogo de D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, teria partido para a Ilha da Madeira e com comissão sua administrou o Sacramento do Crisma aos moradores daquela

Ilha e sagrou a Igreja Catedral da cidade do Funchal. Teria então voltado ao Continente. D. Manuel I iria enviá-lo para a Índia. Segundo a Crónica que tive a possibilidade de compulsar, não levou este prelado jurisdição ordinária, pois esta pertencia então ao bispo do Funchal D. Diogo Pinheiro, já que à Diocese do Funchal estavam nesse tempo adstritas e sujeitas todas as conquistas de além-mar e da Índia. Levou contudo autoridade delegada pela Sé Apostólica para governar as Igrejas e Cristandades de todo o Estado da Índia, administrando o Sacramento da Confirmação aos novos cristãos, sagrar Santos Óleos e pedras de ara e desempenhar todas as demais funções pertencentes à Ordem Episcopal. Chegado a Goa, principiou



Fachada da igreja do Convento de S. Domingos (actual Sé de Aveiro), após a reforma de 1719.

a exercer o seu múnus com grande gosto e foi muito bem aceite por todos. Em Goa pregou com grande fruto e conversão de cristãos e gentios da cidade e dos seus termos.

Encontrou em Goa os religiosos de S. Francisco e alguns da sua mesma Ordem, que o receberam com inexplicável amor e benignidade e foram seus coadjutores no exercício do seu ministério pastoral. No mesmo ano fundaram estes religiosos franciscanos um convento da sua Ordem, na cidade de Coulão, na costa de Cravanor, e erigiram a Custódia de S. Tomé que constava então unicamente de três conventos que eram o de Goa, o de Cananor e o de Coulão, tendo sido seu primeiro custódio o Padre Fr. António Padrão que neste mesmo ano chegara de Portugal para onde tinha ido da Índia, em 1507.

O ano de 1519 vai encontrar o bispo D. Fr. Duarte Nunes na cidade de Cochim, onde a sua pregação do Evangelho atrai e converte ao Cristianismo muitos gentios.

De Cochim a sua itinerância levou-o à cidade de Coulão, onde os religiosos de S. Francisco tinham edificado cinco igrejas paroquiais; nesta cidade e reino continuaram a ser muitos os gentios que buscaram o seu Baptismo e se fizeram cristãos.

A Igreja cresce com a construção de muitas novas igrejas, sendo consagrados muitos novos altares.

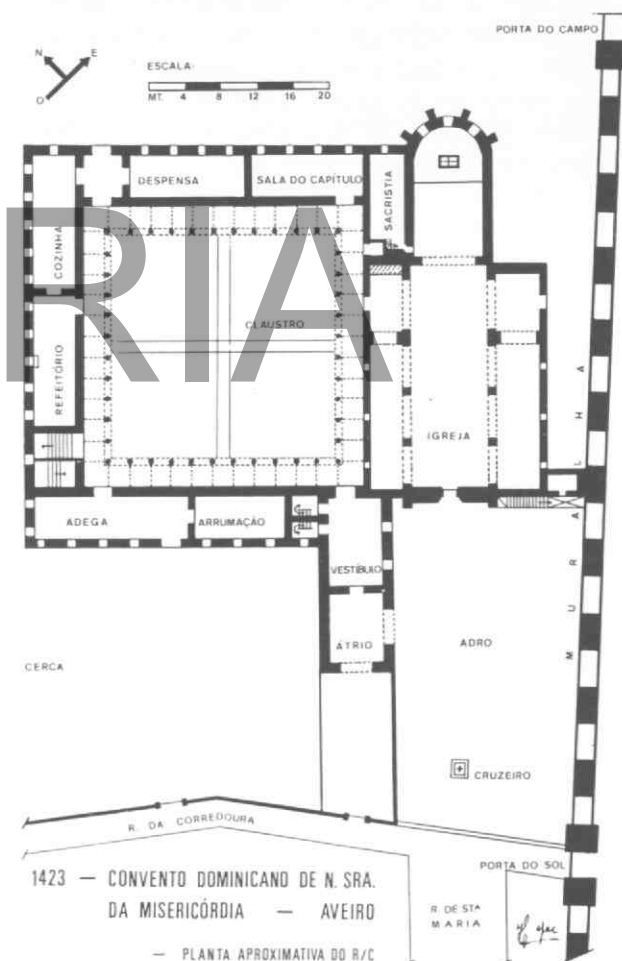
No ano de 1522, o bispo D. Fr. Duarte Nunes estava de novo na cidade de Goa, ocupado com os seus antigos ministérios e levando, por doura e sábia palavra, muitos gentios a reflectirem sobre a sua vida. Tratava-se de um povo profundamente religioso no sentido amplo da palavra; necessitava apenas que uma via, que correspondesse ao seu espiritualismo natural, lhes fosse aberta pelos sacerdotes de Cristo.

Em Goa, juntaram-se-lhe outros religiosos da mesma Ordem que a sua, entre os quais figuram nomes gravados para a posteridade: Padres Fr. João de Haro e Fr. Luís de Vitória, que passaram à Índia em 1522 com autoridade do Sumo Pontífice Adriano VI e do Rei de Portugal D. João III.

Em Setembro de 1522, chegou à barra de Goa uma nau das três que naquele ano haviam saído de Portugal, da qual era capitão D. Pedro de Castelo Branco. Trazia a notícia da morte de D. Manuel I, sucedida em Lisboa a 13 de Dezembro de 1521. Foram necessários nove longos meses para a notícia da morte do Rei de Portugal chegar à cidade de Goa, que pertencia à Coroa de Portugal. Era nessa altura governador D. Duarte de Meneses que estava na Sé Catedral, onde pregava o bispo D. Fr. Duarte Nunes. No fim do sermão e da Missa, a notícia foi lida; e logo o governador mandou lançar pregão de que todos tomassem dó (luto) e que o dessem a seus escravos, não

ficando exceptuados desta Lei nem mouros nem gentios. Na Sé Catedral de Goa, foi levantada uma eça e celebradas solenes exéquias por D. Manuel I e, no dia seguinte, se lhe cantou o Ofício, e disse Missa de Pontifical o bispo D. Fr. Duarte Nunes em cujas palavras evocou as acções e virtudes do falecido Monarca.

Nesse ano, houve um grande levantamento dos mouros contra os portugueses na cidade de Ormuz e nas vilas de Mascate, Curiate, Soar e Baharém, sujeitas a Termuxa, Rei de Ormuz, em que ficaram mortos no campo mais de uma centena de portugueses e onde sofreu glorioso martírio pela fé de Cristo, o Rei Boto, português, escrivão da Feitoria de Baharém. Quiseram os mouros que ele abjurasse a sua Fé em Cristo e abraçasse a de Mafamede. Corajosamente recusou, pelo que foi torturado pelos mouros durante muitos dias até que, não resistindo mais a tantos sofrimentos físicos, faleceu, confortado com a sua inabalável fé.



No 1.º andar do edificio conventual:

- a) Sobre o átrio e o vestibulo — a biblioteca ou livraria do Convento, com duas janelas para o adro e três para a frente: esta fachada, sobre a janela do meio, ostentava o brasão da Ordem Dominicana, hoje no interior do edificio existente.
- b) Sobre a arrumação — botica ou farmácia. Estas duas dependências, além de portas para a varanda do claustro, tinham serventias para o vestibulo da entrada, por meio de escadas.
- c) Sobre a adega — hospedaria de pessoas leigas.
- d) Sobre o refeitório e a cozinha — aposentos do prior, aulas e hospedaria de clérigos.
- e) Sobre a despensa e a sala do capítulo — dormitório dos frades.

Em 1523, os religiosos de S. Francisco da Custódia de S. Tomé de Goa ergueram um convento na cidade de Cochim, dedicado a Santo António de Lisboa. A construção foi feita a expensas da Fazenda Real por ordem de D. João III e o convento seria reconstruído em 1580 com esmolas dos moradores da cidade de Cochim. Era um dos maiores conventos do Oriente, albergando 60 religiosos, e a igreja estava enobrecida com muitas relíquias dos Santos Mártires do Japão. Segundo o cronista, teria sido no ano de 1523 que voltou para o seu Convento de S. Domingos de Aveiro o bispo D. Fr. Duarte Nunes. Lá tinha sido criado; agora lá ficaria até à sua morte no ano de 1528. Deixaria os seus bens ao Convento e aí jaz sepultado. Na sua sepultura, indica o religioso cronista, foi colocada uma lápide com o seguinte epítáfio: (1)

VIRTUTUM SPECIMEN JACET HIC, ET
PRAESUL EOUS

QUI PRIMUM SACRIS INITIAVIT EOS
INDORUM POPULOS, QUOS LUSITANIA
VICIT.

HIC EDUARDUS ERAT RELIGIONE SACRA.
INFRACTOS MAUROS POSTQUAM NON
VINCERE POSSE

VIDIT, AD IMPERIUM PRINCIPIS IPSE REDIIIT.
QUEM DOMUS HAEC GENUIT, BUSTO
HUNC SUSCEPIT AVITO.

RELIGIO HIC PEPERIT, RELIGIO HIC TUMU-
LAT.

Deixou-nos ainda o cronista o seu retrato, dizendo que foi de disposição alta e proporcionada: o semblante agradável e edificativo: alvo na cor, os olhos vivos: o queixo de baixo agudo: o cabelo povoado de cãs e bastante calvo. O seu retrato devia existir em Goa, onde o religioso cronista o observa e relata para a posteridade em sua crónica, pois nos revela ainda que no seu retrato se deixa ver vestido do hábito da sua Religião, com murça preta e cruz peitoral: na mão direita tem o Rosário da Senhora e na esquerda uma Bula Apostólica. Descreve então as suas armas: um escudo terçado em três palas e partido em duas faixas com seis quartéis. No primeiro, quarto e quinto, em campo de prata, duas palas de vermelho; no segundo, terceiro e sexto, em campo de prata, dois lobos pardos; e, sobre tudo, um escudete da Ordem dos Pregadores.

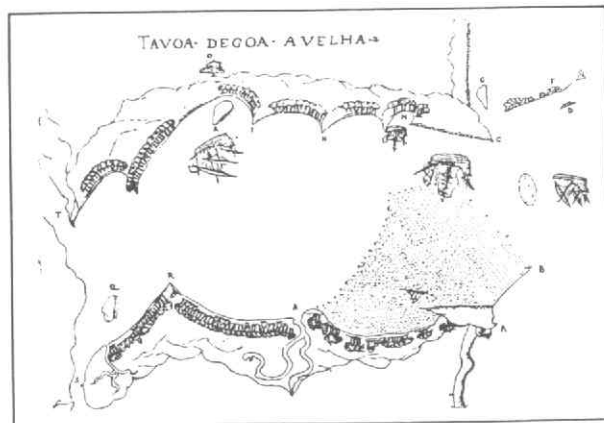
Porque respeita à História de Portugal, à História da Igreja Católica Romana, à História de Aveiro, achei que devia trazer à luz do dia na Diocese onde iniciou a sua vida religiosa e onde a terminou, o vulto eminente do Prelado D. Fr. Duarte Nunes que, por ordem do Rei D. Manuel I, foi o primeiro bispo português da Índia, onde em 1622 presidiu aos ofícios solenes da morte do Rei de Portugal.

Sem o auxílio e sacrifício extremo dos membros da Igreja, nunca teria sido possível a fixação dos portugueses pelo mundo. Ao lado dos soldados e dos capitães das fortalezas onde tremulava a bandeira de Portugal, ao lado dos vice-reis e governadores, os sacerdotes portugueses, renunciando a si mesmos, foram mestres da Palavra de Cristo, foram professores em colégios que fundaram, foram enfermeiros e vigilantes junto dos enfermos portugueses, gentios ou mouros que aos seus hospitais chegavam ou então, de casa em casa, no litoral ou no sertão, debaixo de sol tórrido ou de chuvas intensas características daquelas regiões, os iam curar física e moralmente. Foram eles que ergueram igrejas, conventos e recolhimentos especialmente para mulheres, já que nesses tempos a mulher era um ser brutalmente tratado e abandonado à sua sorte. Eram eles que proviam ao transporte dos defuntos e ao seu enterramento condigno como seres humanos. Na Índia longínqua, muitos sacerdotes portugueses deixaram as suas vidas. Uns, por morte natural, outros porque, durante as revoltas, os mouros os massacravam. Sofreram sedes, fomes, pestes, guerras. Nada os desanimava. Não se instalavam. Eram permanentes caminheiros em sua missão sagrada. Climas doentios que os faziam voltar por vezes ao Continente. Mas, logo em seguida, se encontram de novo os seus nomes na Índia, na China, por todo o lado onde foi levado o nome de Portugal.

Maria Lucília Lencart

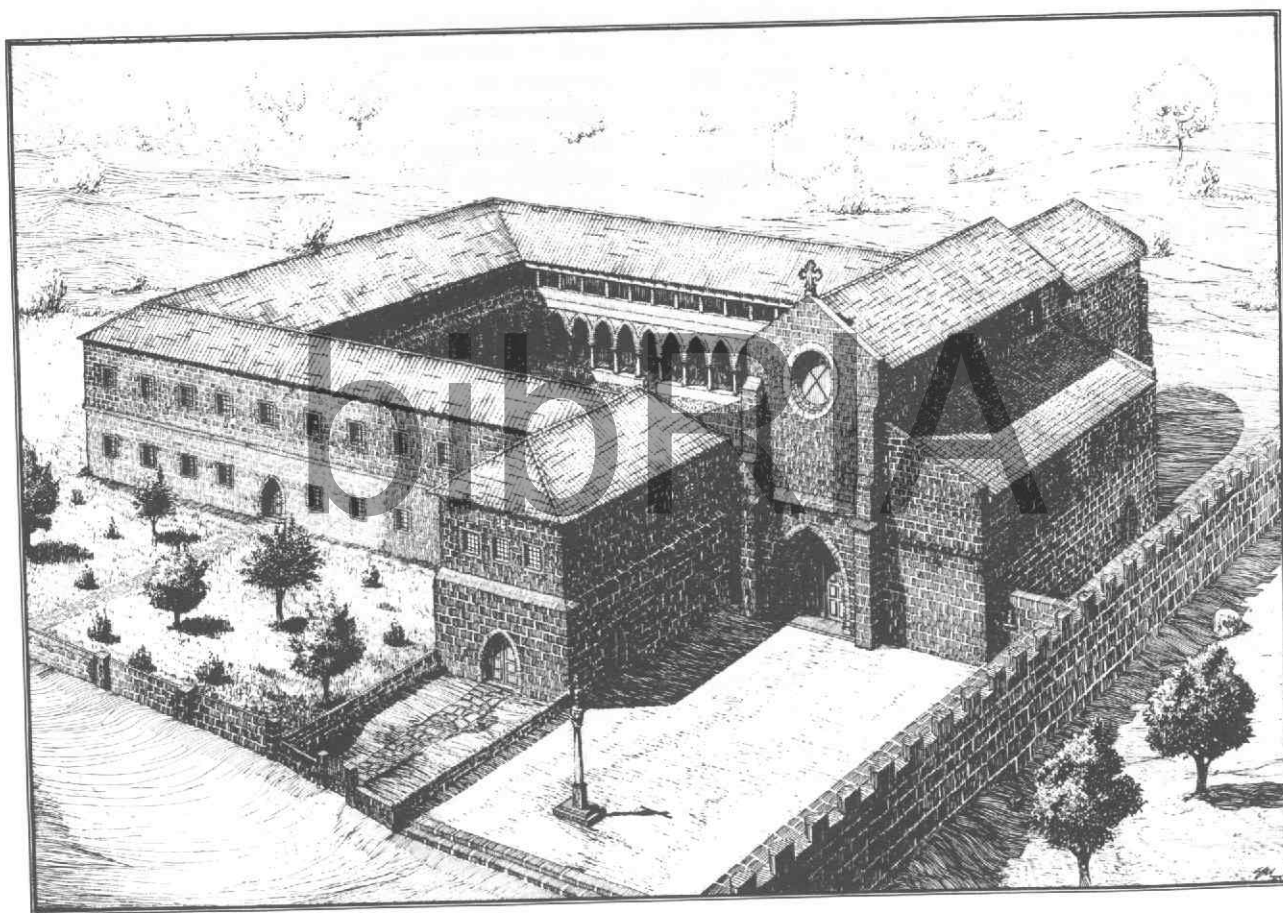
(1) – Tradução:

Aqui jaz um espelho de virtudes e prelado do Oriente que primeiramente iniciou nos mistérios sagrados aqueles povos da Índia, que Portugal venceu. Este era Duarte, na sagrada religião. Como visse que não podia vencer a pertinácia dos mouros, regressou ao Reino do Príncipe. Esta casa, que o gerou, recebeu-o na sepultura dos antepassados. Aqui a religião o gerou, aqui a religião o tem sepultado.



Aspecto da velha cidade de Goa, no século XVI (A.N.T.T., Coleção de S. Vicente de Fora, Livro 15, Título III).

CONVENTO DOMINICANO DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA
AVEIRO — SÉCULO XV



Reprodução feita em 1985 por João G. Gaspar e Saul Ferreira, com base na descrição de Rangel de Quadros, na igreja e na portaria do velho Convento, em fotografias antigas e nos Conventos Dominicanos de Vila Real e de Guimarães, da mesma época e de planta semelhante.

Esboço de introdução metodológica a um estudo sobre Aveiro Medieval

Maria João Violante Branco Marques da Silva
(*Bolseira do INIC*)

Quando, no âmbito do Seminário sobre Cidades Medievais, cadeira do meu Mestrado em História Medieval, me foi pedido que escolhesse uma cidade para estudar, imediatamente me lembrei de Aveiro, por a ela me ligarem razões sentimentais. Com efeito, casada com um gafanhão muito ligado a Aveiro, acabei, naturalmente, por também muito me interessar por esta cidade, eu que, nascida e criada em Lisboa, me vejo considerada naquela categoria de pessoas que não têm «terra»...

Um trabalho deste tipo deve obedecer a critérios metodológicos rigorosos, critérios sem os quais qualquer investigação histórica carece de validade nos nossos dias. É esta a razão por que pretendo apresentar aqui alguns dos passos fundamentais para a realização do trabalho que me propus fazer, em termos de pesquisa bibliográfica e documental, e ainda demonstrar a utilidade que cada um dos tipos de documentos pode ter para o nosso objectivo em vista, i.e., retratar a vida da Aveiro Medieval.

Assim, como em qualquer outro estudo, devemos começar pela sondagem bibliográfica e arquivística, de forma a definir o que já existe publicado sobre a cidade e a dimensão da massa documental a estudar.

No que respeita à bibliografia impressa, devemos começar pelas úteis e bem conhecidas obras de bibliografia regional (1), que nos remeterão para outros trabalhos mais específicos. Outra consulta indispensável será a dos dicionários geográfico-corográficos e etimológicos (2), que constituem uma primeira aproximação ao tema, preciosa, quer pelas informações e bibliografia, quer sobretudo pelas pistas que fornecem.

Para lá destas obras mais genéricas existe variada produção bibliográfica sobre Aveiro medieval: um leque de temas bem diversos, que vão da geologia à etimologia, da arqueologia à genealogia e às pequenas biografias de personagens variadas, tem sido objecto de estudos levados a cabo pelos aveirenses com pendor mais histórico, desde antanho, trabalhos dentre os quais se podem destacar alguns.

Do século passado, podemos salientar José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, que apesar

de ter sido figura destacada da aveirografia do fim de Oitocentos, não deixou nenhuma obra impressa sobre a vila, tendo o seu labor vindo à luz em artigos de jornal, até há bem pouco tempo praticamente inacessíveis; foi só devido às recentes diligências do Padre João Gaspar que a Câmara de Aveiro conseguiu recolher o conjunto dos artigos de jornal em volumes que, organizados cronológica e tematicamente, nos fornecem interessantes pistas e referências, sobretudo no que se refere a documentação hoje em dia desaparecida (3).

Também trabalhando documentação hoje perdida, um outro oitocentista, Marques Gomes, elaborou uma obra muito útil, que, se bem que deva ser tratada com certas cautelas, por alguns anacronismos e erros em que incorre, nos fornece muitos e seguros dados sobre aspectos da cidade que nos interessam sobremaneira, como a muralha, o comércio, a confraria de pescadores e a sociedade medieval (4). Este trabalho tem o grande mérito de não só procurar ter uma base documental para o que se afirma, mas ainda, o que é muito importante, apontá-la e citá-la frequentemente, o que lhe confere bastante rigor.

Este gosto pela história de Aveiro, que desde sempre se sentiu, parece ter aumentado de intensidade no século seguinte e deu origem a uma das iniciativas que mais contribuiu para o progresso da historiografia aveirense: o começo da publicação do *Arquivo do Distrito de Aveiro* (5), obra que, em quarenta e dois volumes publicados entre 1935 e 1976 sob a cuidadosa direcção de Francisco Ferreira Neves, António Rocha Madahil e José Tavares, permitiu e fomentou a produção de múltiplos estudos sobre Aveiro. Esta publicação reveste particular interesse pela quantidade de material recolhido, pelo cuidado que foi posto na sua selecção e pela validade metodológica e histórica que apresenta. De entre muitos artigos que não se dedicam às épocas medievais, destacam-se outros que buscam cartografar topónimos, explicar a evolução geológica da região, definir senhorios, encontrar linhagens, justificar antepassados romanos, procurar a formação do distrito administrativo e retratar vias, comércio e outros viveres, podendo-se desde já inferir do interesse na sua leitura. A preocupação com a publicação de fontes ocupou

também estes aveirógrafos, que empreendem a tarefa de trazer à estampa nesta mesma publicação textos tão importantes como os forais manue-
linos, os registos paroquiais, excertos dos cartó-
rios de mosteiros e de inquirições.

Muitas outras fontes foram publicadas, mesmo fora do âmbito do «Arquivo», e quase sempre com o apoio da edilidade; é o caso do *Milenário de Aveiro* (6), que saiu à estampa aquando das comemorações do milenário, e que é um inestimável repositório de documentação sobre o agregado humano.

Fruto ainda do labor científico e rigoroso de Rocha Madahil, a quem devemos render aqui homenagem como o aveirógrafo medievista de maior destaque, saiu, não só nesta colectânea de documentos, mas ainda em toda uma série de publi-
cações de textos, como o da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro* (7), ou o das *Constituições do mesmo* (8), ou o *Livro de Títulos do Mosteiro de Santa Maria da Misericórdia de Aveiro* (9). É de notar, ainda, a publicação de excertos do *Tombo da confraria de pescadores de Aveiro*, por Francisco Ferreira Neves, que fez conhecer o documento (10), de inestimável valor para a história deste grupo populacional, do qual, esta publicação nos dá algum relato. Hoje em dia, e mais uma vez devido aos esforços dedicados de Monsenhor João Gaspar, existe na Biblioteca da Câmara Municipal de Aveiro uma fotocópia do original, que pode ser consultada na sua totalidade.

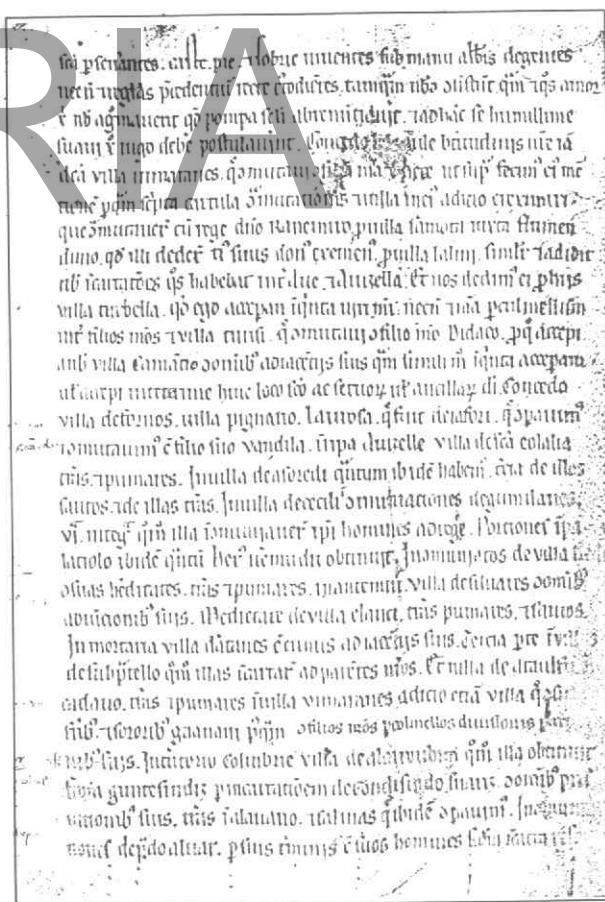
Injusto seria não referenciar trabalhos mais recentes como o monumental *O Mosteiro de Jesus de Aveiro* (11), de Domingos Maurício, que, publicado em 1963 e 1967, nos fornece elementos sobre a vida da vila do século XV e que, fruto da acuidade e critério que o autor põe no seu trabalho, nos dá garantias de segurança muito grandes na apreciação da sua obra.

Mais recentes ainda são os numerosos trabalhos de João Gaspar, que à sua cidade de eleição tem dedicado a sua investigação histórica, embora não a concentrando numa só época. Dos seus trabalhos permitimo-nos destacar como de muito interesse para o nosso âmbito cronológico a sua *Aveiro, Notas Históricas* (12), os trabalhos sobre a infanta Santa Joana e a sua recentíssima publicação, de parceria com António Christo, *Calendário Histórico de Aveiro* (13).

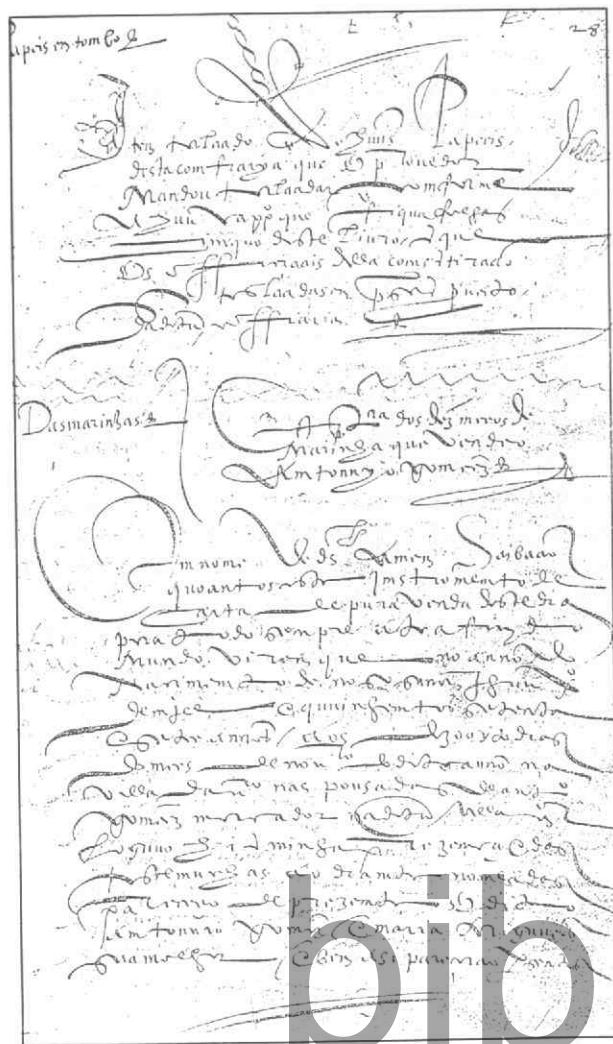
A actual vereação do pelouro cultural da Câmara Municipal de Aveiro está a tentar modernizar e dinamizar a investigação histórica sobre a cidade, tendo para tal começado por organizar o seu Arquivo Municipal que foi totalmente inventariado, e publicando desde 1983 o *Boletim Municipal de Aveiro*, onde, juntamente com artigos de carácter geral, se procura sempre incluir algum sobre aspectos variados do passado da cidade ou seu distrito. A política camarária tem vindo ultima-

mente a levar a cabo a publicação anual de várias obras sobre a cidade, obedecendo sempre à procura de um critério de qualidade na escolha desses trabalhos, pelo que se têm feito progressos em termos de historiografia aveirense nestes últimos anos.

Muito mais haveria a referir, nomeadamente no campo da história de arte onde o *Inventário Artístico de Portugal* preencheu parte de uma lacuna que existia, mas que tem vindo a ser complementada por recentes trabalhos sobre a arte de Aveiro (14); no entanto a exiguidade de espaço a que nos devemos aqui limitar obrigou-me a seleccionar somente as obras mais destacadas; o mesmo se poderá afirmar em relação a um imenso leque de bibliografia especializada em determinadas áreas, cuja consulta e estudo se tornam indispensáveis à compreensão da vila e à reconstituição de certos traços do seu viver que só se podem visualizar se se puder integrar o seu desenvolvimento em movimentos e tendências mais englobantes; para uma mais profunda abordagem da busca bibliográfica permito-me remeter para a bibliografia a apresentar no meu trabalho sobre Aveiro.



Página da escritura de doação da Condessa Mumadona Dias, onde se encontra a referência a Aveiro (penúltima linha), na transcrição do Cartulário do século XIII, conhecido por «Livro de Mumadona» e outrora pertencente à Colegiada de Guimarães (A.N.T.T.).



Página 28 do livro do Tombo da Confraria de Santa Maria de Sá (Aveiro).

No que respeita à sondagem arquivística, a documentação respeitante a Aveiro encontra-se, na sua maioria, em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dispersa pelos núcleos das Chancelarias, Leitura Nova, Corpo Cronológico, Gavetas e Cartórios de alguns mosteiros que detiveram bens na vila, como é o caso dos núcleos de Celas de Coimbra, Santa Cruz de Coimbra, Sé de Coimbra e Lorvão. S. João de Tarouca, que em tempos foi senhor de dois terços de Aveiro, viu a sua documentação resumida ao que foi copiado nas chancelarias, pois o seu núcleo mais importante perdeu-se.

Também em Coimbra existem elementos para a história da nossa cidade, patente, na sua maioria, no fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro existente no Arquivo da Universidade: um núcleo de Maços de Pergaminho constituído por seis gavetas de emprazamentos e aforamentos trazem luz a uma parte da vila que nos seria desconhecida de outro modo. Ainda no mesmo Arquivo, no fundo do Mosteiro de Santa Maria da Misericórdia de Aveiro, se podem encontrar, em cópias do séc.

XVII, alusões e dados muito elucidativos em certos aspectos. Ainda em Coimbra, mas com menos importância, existem na Biblioteca da Universidade pergaminhos de índole variada, cartas régias sobre problemas relativos à cidade e ainda alguns documentos do Livro Vermelho de D. Afonso V de consulta indispensável. Também o Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra possui certas cartas do século XV, das Chancelarias dos infantes, que nos podem interessar.

No Porto, o Gabinete de História do Porto possui, nos Livros de Pergaminhos e no Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Srs. Reis D. Afonso V e D. João II, referências a Aveiro em documentação normativa.

Em Aveiro, fruto de incêndios no edifício onde se guardavam os documentos, fruto ainda de várias «limpezas» levadas a cabo nos cartórios de igrejas já desaparecidas, só restam quatro documentos respeitantes à Idade Média, que são três pergaminhos de D. Manuel com sentenças e um outro do séc. XIV, traslado de cartas de D. Fernando sobre besteiros do conto. O Arquivo do Museu Nacional de Aveiro também escasseia em documentação para esta época; no entanto, no livro de Registos da Câmara da Vila de Aveiro, do século XVII, podem encontrar-se cópias de documentos do século XIV e XV, que nos dão elementos para a reconstrução da vila. Patente neste arquivo está ainda a Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, obra inestimável para o retratar da vivência cultural, religiosa e social da vila do século XV, bem como as Constituições pelas quais se regia o Mosteiro, e algumas cartas e um testamento. Como já vimos, estes valiosíssimos documentos já foram felizmente publicados.

Arquivos particulares, como o da Casa de Rocha Madahil de Ílhavo ou da Casa da Oliveirinha ou dos condes de Camarido, embora quase inacessíveis, possuem ainda elementos sobre a vila, quer em originais quer em cópias setecentistas e oitocentistas, cuja fiabilidade pode ser posta em dúvida nalguns casos.

Foram estes os fundos compulsados em que encontrei documentação sobre a Aveiro Medieval; evidentemente que não tenho a pretensão – sempre falsa – de ter esgotado exhaustivamente todos os fundos documentais onde pudessem existir vestígios desta vivência. Limitei-me a tentar, dentro do possível, ser o mais exhaustiva que estive ao meu alcance.

Da análise da massa documental recolhida, que alcança as várias centenas de espécies, foi-

-me possível a tentativa de reconstrução deste agregado urbano. Cabe agora perguntar da importância que os diversos tipos de documentação disponível puderam ter na elaboração do produto final, que o mesmo é dizer, cabe agora tentar explicitar a utilidade que cada tipo de testemunho do passado pode ter para nós e que dados podemos tirar da sua análise.

Estes núcleos, aparentemente tão variados, contêm documentação semelhante, sob o ponto de vista tipológico, composta de doações régias, privilégios e isenções, confirmações, escambos, aforamentos, empraçamentos, vendas, compras, licenças de alargamento ou início de certas actividades ou construções, actas de cortes, forais, cartas régias e outros.

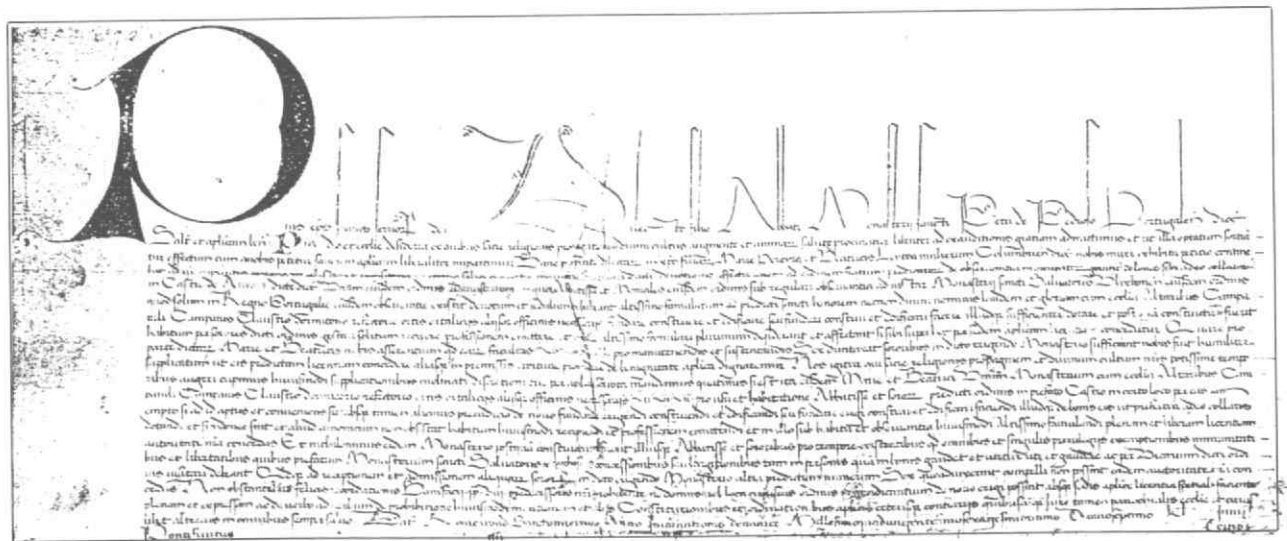
Referiremos em primeiro lugar os aforamentos e empraçamentos, documentos muito comuns e aparentemente pouco importantes, que na realidade são dos documentos mais férteis em termos de campos de análise que proporcionam.

Dum aforamento ou empraçamento consta normalmente a notação do bem aforado ou empraçado, a sua localização ou descrição, o nome dos contractantes, o foro ou renda pagos e o nome das testemunhas, para além da notação dos tabeliães ou escrivães. Vejamos pois o bem aforado: casais, casas e eixidos, hortas, fornos, azenhas, lagares, moinhos, marinhas de sal, tojas; o estudo comparativo do crescimento do número de aforamentos de determinado tipo de bens ou de outro pode ser um indicio do crescente interesse neste ou naquele tipo de propriedade e, consequentemente, da mudança no modo de vida, economia, sociedade, enfim, de mentalidade a que a cidade vai assistindo. Meras escrituras de arrendamento, elas podem dar-nos, quando o seu número é suficiente, pela indicação das confrontações, não só a topografia da cidade, como ainda

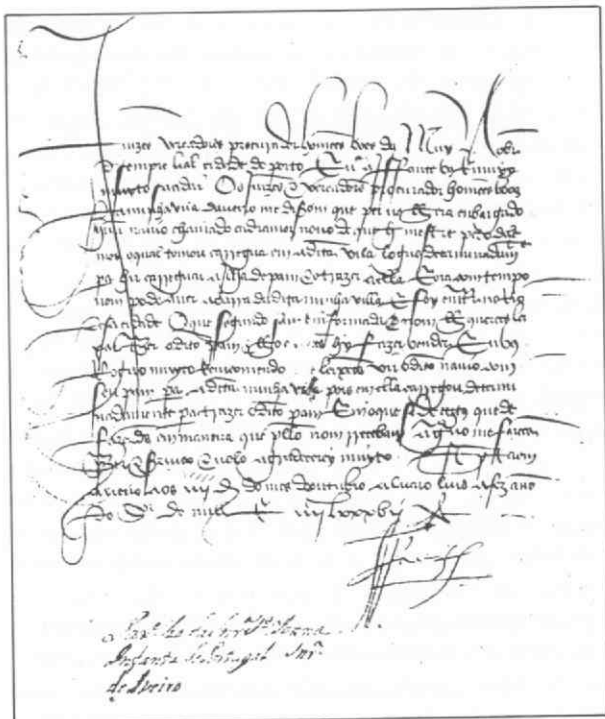
a rede de estradas e a organização social da vila em termos de distribuição das várias camadas sociais pela cidade. Geralmente os contractantes identificam-se, permitindo-nos assim saber a que grupo social pertencem, e que tipo de foreiros ou arrendatários são, pela simples notação da sua profissão ou estatuto social, ou mesmo pela mera referência ao tipo de trabalho que se espera do foreiro. O conhecimento dos grupos sociais quer dos foreiros quer dos aforadores (e o mesmo é válido para os empraçamentos) permite ainda detectar estratégias de domínio dentro do agregado urbano, a variarem com as épocas, nomeadamente quando dentro do próprio corpo do aforamento existem cláusulas restritivas quanto à transmissão de propriedade e quanto ao estatuto social do foreiro dever ser sempre o mesmo. A distribuição da propriedade resulta por isso tanto mais clara quanto maior for o número de aforamentos que possuímos sobre a cidade; no caso de Aveiro, podemos fazer este estudo por «ilhas», zonas em relação às quais temos abundância destes documentos, mas não em relação a todos os locais.

O foro a pagar é outro elemento importante pois o seu crescimento ou diminuição, o tipo de pagamento pedido (em género ou espécie), pode também por seu turno indicar crescimento económico, valorização de um tipo de propriedade em relação a outros, uma progressiva monetarização da vida da cidade ou não.

A anotação das testemunhas tem importância para a história social, para estudos demográficos que considerem o crescimento relativo do seu número, e até para estudo da administração pelo conhecimento que proporciona da existência de determinados funcionários e do número mínimo destes. O seu nome, patronímico e apelido, tantas vezes referidos, podem indicar movimentos migra-



Bula do Papa Pio II, autorizando a fundação do Mosteiro de Jesus - 16 de Maio de 1461.



Carta de Santa Joana para a Câmara do Porto, com assinatura autografada, pedindo que o navio «Cadramoz» não fosse impedido de vir para Aveiro – 4 de Outubro de 1487.

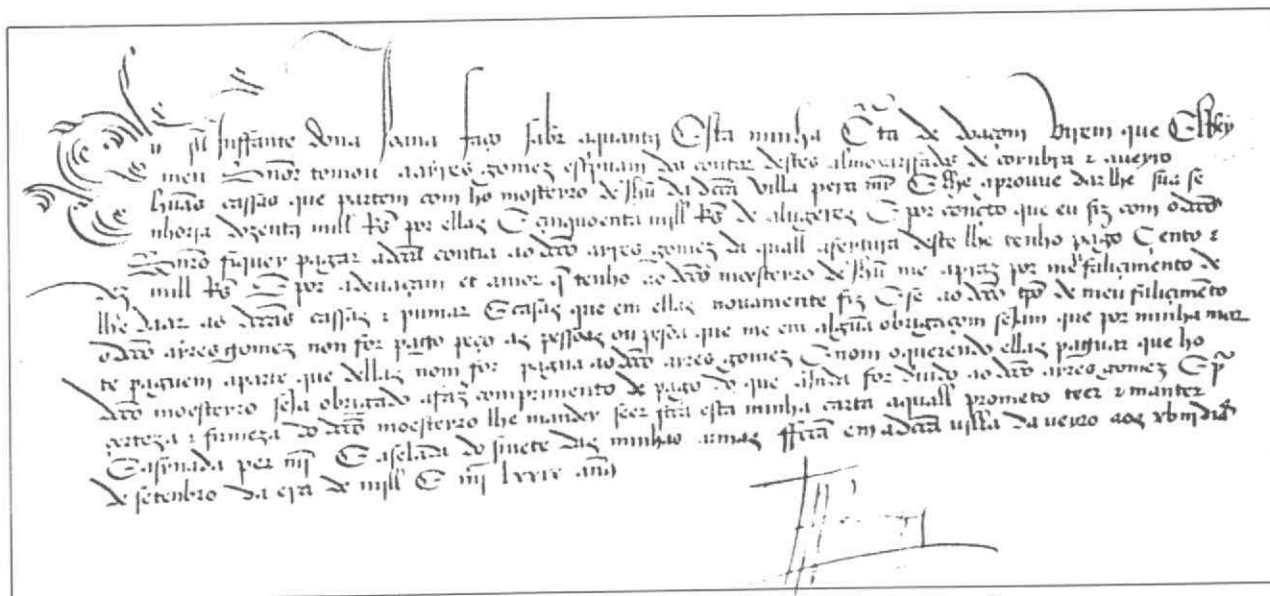
tórios, proveniência social e até características físicas ou mentais veiculadas pelos apelidos, a anotação das suas profissões permite-nos conhecer a sua existência de uma forma que de outra maneira seria impossível, e a reconstrução parcial do quadro social e até certo limite administrativo da vila; a referência a determinado número de funcionários em determinado documento atesta, por exemplo,

da existência de pelo menos aquele número, e estes dados comparados com outros semelhantes em momentos diferentes podem indicar crescimentos e diminuições demográficas, se tivermos em conta que, por exemplo no caso dos tabeliães, estes existem num número proporcional ao número de habitantes de cada núcleo populacional.

A importância desta documentação cresce em relação ao seu número, sendo que um número restrito de aforamentos, ou a variedade muito grande na forma que assumem, podem alterar os dados a reter.

Os escambos, trocas de uma propriedade por outra, bem como as vendas e compras fornecem dados semelhantes aos aduzidos pelos aforamentos e emprazamentos; permitem também e sobretudo avaliar o interesse que certas regiões e tipos de propriedade têm para certas instituições, ou mesmo para particulares, e nessa medida reflectem crescimentos económicos, preferências por certas localidades e nítidas vontades de criar zonas de influência de certos poderes. As compras e vendas permitem ainda avaliar o valor relativo dos diversos tipos de propriedade, bem como o seu valor absoluto.

As doações régias, como os privilégios e isenções, são uma parte não despidianda da documentação; contemplando todos os grupos sociais, esta documentação permite observar as estratégias do poder central em termos de fomento de regiões ou delimitação de poderes. Com efeito, é conveniente procurar sempre compreender a concessão de um privilégio dentro da conjuntura em que surge, pois normalmente reflecte sempre uma intenção subjacente, quer ela seja garantir melho-



Carta de Santa Joana, com assinatura autografada, doando ao Mosteiro de Jesus, para depois da sua morte, as casas anexas que tinham sido de Aires Gomes – 18 de Setembro de 1470.

res condições aos povoadores daquela zona (despovoada por que razões, que se quer povoar ou repovoar por que factores) ou conceder isenções ou privilégios a determinados grupos para limitar os poderes a outros. As concessões de privilégios ou doações a particulares devem ser encaradas doutro modo e reflectem a confiança do monarca ou o interesse em beneficiar alguém. A concessão destas benesses a funcionários da administração central ou local são também mais uma achega para a reconstrução dessa estrutura.

Inquirições e forais são documentos essencialmente fiscais; se as primeiras estabelecem um utilíssimo cadastro da propriedade rural, os segundos dão-nos sobretudo a fiscalidade citadina, o que neste caso é notório, pois só dispomos do foral manuelino de Aveiro.

Outra documentação de inestimável valor são, sem dúvida, os capítulos de cortes. Através dos relatórios das representações dos procuradores do concelho às cortes, temos acesso a descrições detalhadas dos problemas que afligem a população da vila, por testemunhos directos. Todo um rosário de conflitos sociais e económicos, de lutas pelo domínio económico, de abusos dos funcionários administrativos, de descrições que nos auxiliam na compreensão de aspectos tão variados como a rede de vias que ligava Aveiro ao exterior e as ambições e usos dos comerciantes da cidade podem ser analisadas a partir desta deliciosa fonte. Os capítulos de cortes costumam proporcionar a base conjuntural para o enquadramento de dados dispersos pelo conjunto do resto da documentação, dando-lhes mais vida, alegria e no fundo realidade.

Colorido e vivacidade é o mínimo que se pode dizer do contributo que dão ao estudo de Aveiro três documentos esplêndidos que são apanágio do espólio desta cidade: trata-se da Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, das Constituições que regem o mesmo cenóbio e do Tombo da confraria dos pescadores de Aveiro. Requerem tratamento diferente todas as três, mas têm de comum o darem à cidade uma dimensão que normalmente nos escapa. O Tombo da confraria, com os seus preciosos estatutos quatuorcentistas, permite-nos reviver a organização que este grupo social assumia e a força e influência que exercia, bem como os meios pelos quais o fazia.

Quanto às Constituições por que se rege o Mosteiro de Jesus de Aveiro é um documento raríssimo, pois embora saibamos que cada casa tinha uma regra interna, adaptada da regra por que se regiam, raramente se conhece a própria. Neste caso esse documento, normativo, permite-nos uma abordagem da vida quotidiana das monjas ou pelo menos das regras que as regiam que não corre o risco de ser deturpada pela visão encomiástica do redactor.

Já o mesmo se não pode dizer da Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, feita nos começos do século XVI por uma freira que tinha sido testemunha ocular de grande parte da história anterior do mosteiro e a quem tinham contado a parte que não presenciaria. Este documento, elaborado por uma freira, tendo dos acontecimentos uma visão muito parcial, requer um estudo mais crítico, pois temos de ter cuidado uma vez que estamos a ser postos face à sua [dela] realidade, vista pelos seus olhos, e filtrada pelas suas ideias e conceitos de bem, rectidão, virtude e moral. No fundo, o seu relato é fruto da sua própria visão do mundo e não ditado por formulários normativos ou minutas sobre como escrever um testamento, um empraçamento ou mesmo um foral. A riqueza interior que nos é dado sondar é também um perigo e é com estas reservas que temos de considerar o que nos é dito, não deixando porém de considerar que este documento é também um testemunho do posicionamento mental de determinada camada populacional da Aveiro da época. A religiosidade é assim um ponto sobre o qual possuímos mais dados que usualmente.

*

Foi com estes pressupostos metodológicos e com esta documentação que procurei construir o meu trabalho sobre Aveiro Medieval, procurando sempre tomar uma posição crítica em relação à documentação e ao que ela pudesse enfermar de susceptível de me induzir em erro. Pareceu-me indispensável tentar saber relacionar, equacionando-os uns com os outros, os dados que a documentação proporcionava, sem nunca perder de vista a indispensável correlação com elementos retirados de estudos similares e especializados, para tentar dar-lhes uma coerência inteligível. Tudo isto sem nunca esquecer a gratidão que a estes testemunhos do passado devo; é que, no fundo, apesar de a massa documental compulsada ser, em si, incapaz de veicular uma imagem inteligível da vida, apesar de a tarefa de os tornar compreensíveis (razão de ser da existência de qualquer historiador) ser minha, a reconstrução de Aveiro Medieval, afinal, é fruto da existência da documentação e não da minha...

Maria João Violante Branco Marques da Silva

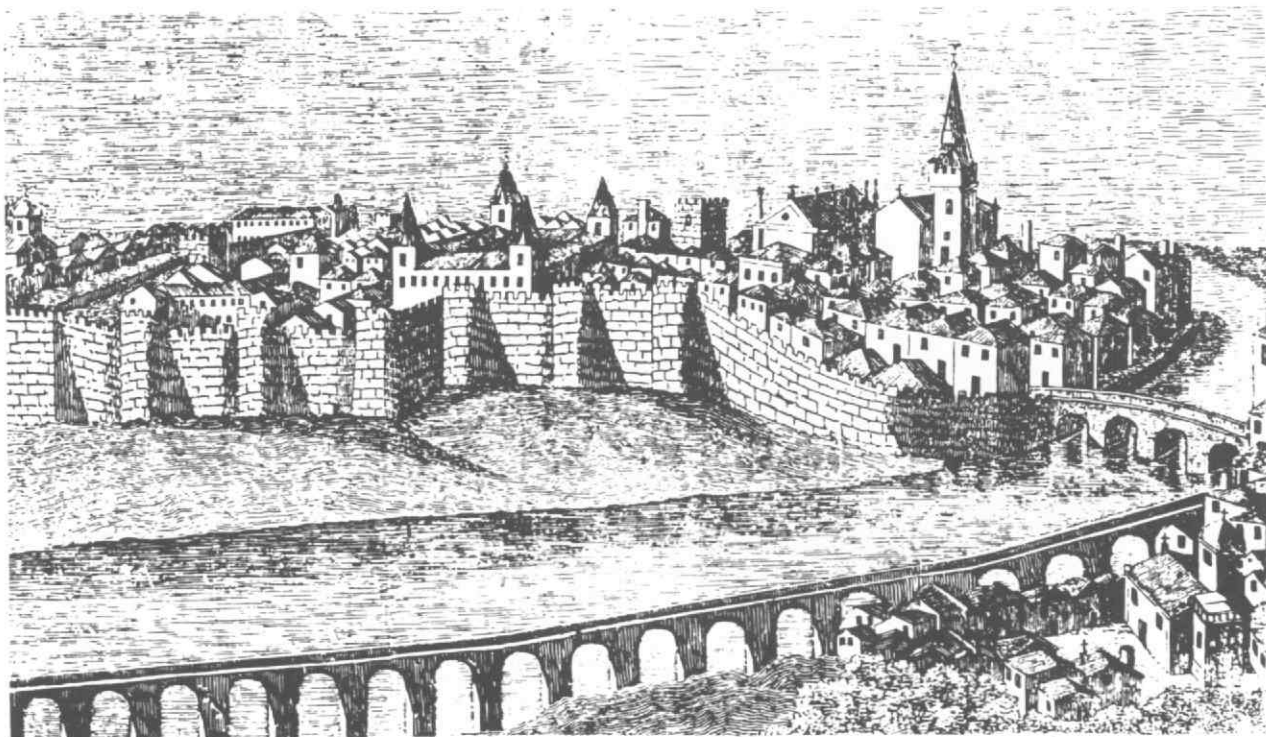
Notas:

- (1) Nomeadamente as bibliografias apresentadas por FIGUEIREDO, Ant.ª Mesquita de, *Subsídios para a Bibliografia da História local Portuguesa*, Lisboa, Henrique Torres, 1933. LAUTENSACH, Herman, *Bibliografia geográfica de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1948; LIMA, Durval Pires de, *Bibliografia Corográfica de Portugal*, Lisboa, Bib. Pop., 1962.

- (2) A título de exemplo podemos indicar de entre os mais significativos AMARAL FRAZÃO, A.C., *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, Porto, Domingos Barreira, s.d.; CARDOSO, Luis, *Dicionário geográfico ou notícia histórica de todas as cidades*, Lisboa, Regia Oficina Sylviana, 1747-51; CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3 vols., Lisboa, Patriarcal, 1763; COSTA, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Typ. Domingos de Oliveira, 1929; LIMA, Batista de, *Terras Portuguesas, Arquivo Histórico e Corográfico*, Póvoa do Varzim, ed. Camões, 1932; PINHO LEAL, A.S. A.B., *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, ed. Matos Moreira, 1873, e ainda, no que se refere aos dicionários etimológicos e obras de etimologia, MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, livros Horizonte, 1977, bem como NEVES, F.F., *Origem e etimologia de Aveiro*, Fig.ª da Foz, Popular, 1936, e SERRA, Pedro Cunha e, «Toponímios do Distrito de Aveiro», separatas do A.D.A., Aveiro, Coimbra ed., 1960, 1966, 1967, 1968, 1970, 1971, 1973.
- (3) Cf. Colectânea de recortes de jornal, reunidos pelo padre João Gaspar, fotocopiados e encadernados, VII vols., Bib. Câmara Municipal de Aveiro, s.d.
- (4) Especialmente nos seus dois livros: *Memórias de Aveiro*, Aveiro, typ. Comercial, 1875, e *Subsídios para a história de Aveiro*, Aveiro, typ. Campeão das Províncias, 1899.
- (5) Cf. NEVES, Francisco Ferreira, MADAHIL, António Rocha, TAVARES, José (drs.), *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vols. I-XLII, Aveiro, Coimbra ed., 1935-1976.
- (6) Trata-se da publicação da Câmara, levada a cabo por ROCHA MADAHIL, *Milenário de Aveiro, colectânea de documentos históricos*, vol. I (959-1516), Aveiro, Câmara Municipal, 1959.
- (7) Cf. MADAHIL, A. G. Rocha, *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e memorial da Infanta Santa Joana, filha del Rey D. Afonso V*, Aveiro, ed. F.F. Neves, 1939.
- (8) Cf. IDEM. *Constituições que no século XV regeram o mosteiro de Jesus de Aveiro, na ordem de S. Domingos*, separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, Aveiro, 1951.
- (9) Cf. IDEM, *Livro dos títulos do Convento de S. Domingos da cidade de Aveiro, séculos XV a XVIII*, Coimbra, ofic. Gráficas, 1961.
- (10) Cf. NEVES, Francisco Ferreira, «A Confraria dos pescadores e mareantes de Aveiro (1200-1855)» in A.D.A., n.º 156, vol. XXXIX, 1973, pp. 240-278.
- (11) Cf. MAURÍCIO, Domingos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, vol. I e II, Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, 1963, 1967.
- (12) Cf. GASPAR, João Gonçalves, *Aveiro, notas históricas*, Aveiro, Câmara Municipal, 1983.
- (13) Cf. Idem e CHRISTO, Ant.º, *Calendário Histórico de Aveiro*, Câmara Municipal, Aveiro, 1986.
- (14) É o caso de NEVES, Amaro, *Aveiro, História e Arte*, Aveiro, Lito-Águeda, 1984.

Em face do propósito decidido da Princesa Santa Joana em se fixar em Aveiro (em cujo Mosteiro de Jesus acabaria por entrar no dia 4 de Agosto de 1472) ...«O Príncipe seu Irmão e sua Tia e os outros Senhores com grande ímpeto e desprazer trabalhavam por embargar a ida sua a tal lugar, parecendo-lhes mui pequeno e desprezível e em edifícios pobre e pouco sumptuoso para tal Princesa haver de entrar nem estar um só dia», o qual «mais parece ilha de desterro que vila; em aquele tempo era esta vila mui pobre e desapovoadá de gente e moradas».

(Memorial da Princesa Santa Joana, fls. 65 v b – 66 r a)



Aveiro no século XVIII, com as muralhas quatrocentistas.

Efemérides Aveirenses — 1990

05-01-1965	O Papa Paulo VI declarou e constituiu oficialmente a Princesa Santa Joana como padroeira da Cidade e da Diocese de Aveiro.	25 anos
07-01-1865	Na sessão da Câmara Municipal de Aveiro foi presente um requerimento do Dr. Bento de Magalhães no qual se expunha a grande falta de casas, principalmente para a classe pobre dos pescadores, e se lembrava que tal bairro se poderia acrescentar com a construção de novas habitações no terreno municipal da marinha rossia; a Edilidade deliberou que se procedesse ao estudo do terreno e ao trabalho das ruas e que a parte a destinar àquele fim se desse de aforamento em hasta pública, em lotes iguais.	125 anos
16-01-1940	O notável aveirense D. João Evangelista de Lima Vidal foi nomeado bispo da Diocese de Aveiro pelo Papa Pio XII.	50 anos
20-01-1540	Com oitenta e quatro anos de idade, faleceu nas pousadas de Esgueira o egrégio aveirense Mestre Aires Barbosa, célebre humanista e eminente professor da Universidade de Salamanca.	450 anos
19-03-1490	A Princesa Santa Joana fez o seu testamento, que é um modelo de humildade e de caridade, sendo de excepcional importância a disposição relativa aos escravos e escravas e seus descendentes, que deixou forros, exceptuados alguns legados, que discriminou, deixou tudo o que lhe pertencia ao Mosteiro de Jesus.	500 anos
12-05-1490	Cerca das duas horas da madrugada, faleceu no Mosteiro de Jesus a «excelente Infante e singular Princesa» Santa Joana, cuja morte causou a maior consternação; contava trinta e oito anos e três meses de idade, e vivera em Aveiro durante quase dezoito anos.	500 anos
22-05-1965	O Governo criou, entre outros, o Arquivo Distrital de Aveiro.	25 anos
08-06-1515	El-Rei D. Manuel I deu carta de foral à Vila de Esgueira.	475 anos
16-06-1465	El-Rei D. Afonso V confirmou a doação da Vila de Aveiro, feita em 10 de Junho pelo conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, a sua filha D. Maria de Noronha, casada com D. Afonso de Bragança.	525 anos
04-08-1515	El-Rei D. Manuel I deu carta de foral à Vila de Aveiro.	475 anos
04-09-1815	Tendo falecido D. António José Cordeiro em 17 de Julho de 1813, foi escolhido para bispo de Aveiro D. Manuel Pacheco de Resende, cuja eleição foi confirmada nesta data pelo Papa Pio VII.	175 anos
06-10-1940	Iniciou a sua actividade beneficente e instituição de solidariedade social denominada «Florinhas do Vouga» — criada pelo arcebispo-bispo de Aveiro.	50 anos

Francisco Joaquim Bingre: nove anotações e um soneto inédito

Luís de Miranda Rocha

1.

No seu número 5, de Março de 1985 (mas de que só recentemente tivemos conhecimento), publicou este *Boletim* cinco poesias de Francisco Joaquim Bingre. Inéditas, diz uma apresentação, assinada por Honorinda Maria Cerveira da Costa. Também supomos que sim. Pelo menos não nos ocorre ter visto alguma delas impressa ou sequer referenciada.

Entretanto, gostaríamos de dizer alguma coisa a respeito da apresentação, de alguns erros ou imprecisões que aí ficaram. Passaram quatro anos, é certo, e parecerá um tanto tarde fazer comentários, a esta distância. Talvez. Mas é justamente esta distância de quatro anos que nos permite acrescentar também alguma coisa de novo a respeito do caso Bingre, relativo a factos mais recentes da história e da sorte póstuma que a sua obra tem conhecido.

Falemos primeiro da apresentação dos inéditos aqui publicados em 1985. Falaremos a seguir do que há de novo a respeito da obra, adiantando desde já que se trata da existência (descoberta, se assim se pode dizer) dum importante espólio em Mira, com mais de mil poesias escritas pela mão do próprio poeta.

2.

Há na apresentação pequenos erros de pormenor sem especial importância, que corrigiríamos rapidamente: 1 — os restos mortais de Bingre estão no cemitério de Mira, não em «campa rasa», como diz a apresentação, mas em jazigo de família, para onde foram trasladados em 26 de Março de 1933 (que antes estavam no adro da Igreja); 2 — é lenda sem fundamento sério a miséria e sobretudo a fome por que o poeta teria passado os últimos anos da sua vida em Mira; privações, certamente as teve, mas havia descendentes próximos que não o iriam deixar cair em situação de fome e de miséria. Não tem especial importância.

Alguma importância, porém, já a tem que se reduza praticamente a duas referências a bibliografia passiva de Bingre; o *Arquivo do Distrito de Aveiro* e um livro qualquer dum autor praticamente desconhecido.

E especial importância tem o erro de se atribuir a qualidade de livro o *Estro de Bingre*, quando se trata apenas dum plano. Os manuscritos de que haveria de resultar o livro quase se pode dizer que não chegaram a entrar na tipografia. A face que se reproduz é dum prospecto para angariar subscritores.

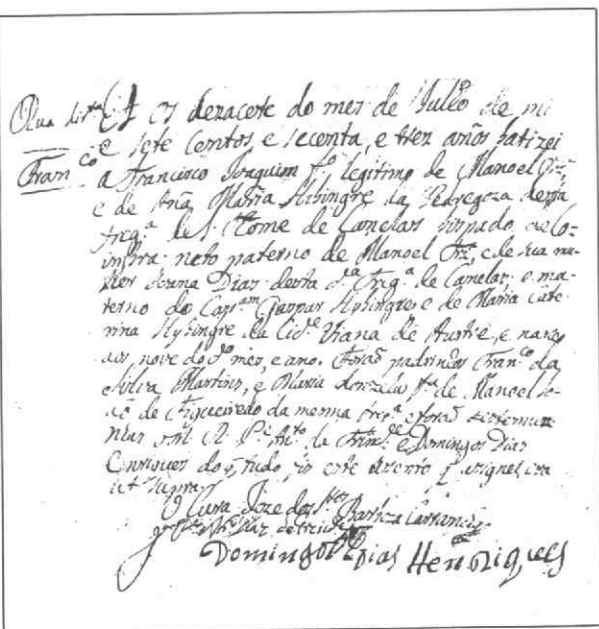
Vamos por partes.

3.

A peça mais importante da bibliografia — passiva e até activa, já veremos porquê — de F. J. Bingre é uma «Notícia do *Estro de Bingre*», de A.G. Rocha Madail, publicada no número 115 do *Arquivo do Distrito de Aveiro* em 1963. É a tal estudo que a apresentação se refere, e a importância dele é óbvia. Não se trata apenas da «Notícia» sobre o *Estro* e o seu achado quase ocasional: trata-se também de um conjunto valioso de informações sobre a vida e a obra do poeta, na reprodução da biografia de Calisto Luís de Abreu, da planificação da edição de tal obra, da publicação, pela primeira vez, dum conjunto não menos valioso de poesias do autor retiradas da selecção feita (pelo mesmo Calisto de Abreu) para o *Estro* cem anos atrás — de tal modo que está aí um acervo de peças como o qual — tão numeroso, pelo menos — nunca antes tinha sido (nem depois vem a ser) publicado. É, pois, a publicação de tal



Francisco Joaquim Bingre — Retrato feito por Francisco Cardoso (Bingre), neto do poeta, existente na colecção de manuscritos do espólio de Mira, na posse dos descendentes.



Assento do baptismo (e nascimento) de Francisco Joaquim Bingre – Arquivo Distrital de Aveiro, freguesia de Canelas. Livro de Baptismos n.º 3, 1744-1766.

«Notícia» no *Arquivo* mais do que um marco importante, o maior acontecimento na história póstuma do poeta e da sua obra. E, sem dúvida, a peça de Rocha Madail é capital na bibliografia (nas bibliografias) de Bingre.

Todavia, não desactualiza completamente um outro, esse de Álvaro Fernandes, publicado no mesmo *Arquivo*, números 19 e 20, em 1939. E não o desactualiza precisamente no arrolamento passivo-bibliográfico que Álvaro Fernandes aí faz e ainda hoje é de conhecimento indispensável. Por ele se pode ver que o que se escreveu sobre Bingre e a sua obra, desde logo até 1939, é bastante mais do que as duas referências que se fazem na apresentação dos cinco inéditos publicados neste *Boletim* n.º 5, em 1985.

Pode-se dizer que tal bibliografia não tem, há muito, perdurável validade crítica. Mas tem quase sempre valor informativo — e, se não (com a passagem do tempo) fundamental, central, essencial, pelo menos secundário, subsidiário, ainda quando não se trata de mais do que simples curiosidade. Sobre Bingre e sua obra, não se tendo escrito tão pouco como na apresentação de Honorinda Costa se pretende, também não se escreveu tanto que se possa dispensar muita coisa do que se escreveu sem ler detidamente do que se trata, e se mantém validade ainda, ou já não. Principalmente, ainda não se fez, sobre isso, um trabalho minimamente organizado e elaborado. Nessa altura, sim, poder-se-á dispensar o trabalho de Álvaro Fernandes, que é o que de melhor e mais complexo se fez até ao de Rocha Madail, o qual — repetimo-lo, — o não desactualiza por completo. Rocha

Madail, aliás, teve a percepção disso, e por isso remeteu para Álvaro Fernandes em muitos aspectos omissos no seu trabalho.

Acresce que aí (em Álvaro Fernandes) podemos encontrar informes sobre o «benefício» de 1852 (a 14, não a 12 de Dezembro), no Porto; a trasladação de 1933 (26 de Março); a descendência do poeta. Assuntos secundários, ou mesmo destituídos de interesse, para além da curiosidade que por vezes suscitam? Talvez. Mas há sempre quem se interesse por estes assuntos, e, no estado em que ainda se encontra a bibliografia (as bibliografias, aliás, a passiva e a activa) de Bingre, não podemos reduzir muito a importância desse interesse.

4.

Até 1939, portanto, está tudo (quanto foi possível apurar) em Álvaro Fernandes. E em Rocha Madail está tudo quanto foi possível apurar depois de 1939 e até 1963. E o que há de novo entre 1963 e 1985? Não se pode dizer que está — porque não está — tudo na apresentação deste *Boletim* em 1985. Também não era questão que se punha, na altura. Mas é questão que pode pôr-se agora. Registemos então os seguintes factos novos que, não sendo, certamente, de importância excepcional, têm pelo menos alguma importância:

— Um comentário crítico de Jacinto do Prado Coelho sobre «Notícia do *Estro de Bingre*», publicado, primeiro em jornais, mais tarde incluído no volume *Ao Contrário de Penélope* (1976). É bibliografia passiva de Bingre, mediada, embora;

— Uma referência na *História da Literatura Portuguesa*, de A.J. Saraiva e Óscar Lopes. Cito da 9.ª edição, de 1976. Fala-se aí de Bingre como um dos «filhos da Nova Arcádia», entre «certos poetas tão tardios e ainda tão altamente influente no seu tempo», (toda a primeira metade do Oitocentos, pelo menos). Parece pouco. Lembremo-nos porém de que Bingre não é propriamente uma figura central da História da Literatura. Talvez longe disso. E citamos esta *História da Literatura* porque é a melhor e mais conhecida, manual de consulta constante que vem sendo, há mais de um quarto de século, para os estudos literários, desde logo a nível escolar, e tanto no secundário como no superior. Assinale-se que Bingre aparece também em histórias do Teatro, além de histórias de Poesia, naturalmente. Mas talvez até com menos relevo.

Assinatura de Francisco Joaquim Bingre.

— O aparecimento de Bingre em duas antologias: uma de Cabral do Nascimento, primeiro com o título de *Colectânea de Versos Portugueses*, em data que não saberemos precisar, mas cremos que na segunda metade de 60, e depois com outro título: *Poesia Portuguesa, do século XII a 1915* (em 1972); outra de Álvaro Manuel Machado, *Poesia Romântica Portuguesa*, (em 1982). É tudo excepto desprezível o aparecimento de Bingre nestas antologias. Quer dizer, no mínimo, que Bingre ainda hoje é significativo, mais do que isso, representativo, importante, melhor: interessante (acepção etimológica: susceptível, capaz de nos interessar). Antologias: nas introduções não se fala particularmente de Bingre, mas o que nelas se diz é importante para a compreensão da obra do poeta no contexto do seu tempo.

É possível que no período compreendido entre a «Notícia» de Rocha Madail e o número 5 deste *Boletim* se tenha falado mais de Bingre e até mesmo publicado alguma coisa mais do poeta. Mas não temos conhecimento disso, ou não nos ocorre, pelo menos.

E depois de 1985?

5.

O mais importante é a divulgação da existência do espólio de Mira com mais de mil manuscritos. Foi feita, tal divulgação, em dois jornais, quase simultaneamente: o local *Voz de Mira* (n.º 122, 16 de Julho de 1985) e, um pouco antes, o *Diário de Lisboa* (24 de Junho de 1985). Mais recentemente, falou-se disto também no semanário de Aveiro *Litoral* (22 de Dezembro de 1988).

Nos mesmos jornais, e ainda no semanário *Jornal de Coimbra*, saíram entretanto escritos sobre Bingre, por vezes em apresentação de poesias dele dadas como inéditas.

Acrescente-se apenas que se trata de trabalho de quem escreve isto aqui. Poder-se-ia adiantar uma pequena relação bibliográfica. Mas talvez não seja esta a melhor oportunidade, já que mais coisas sobre Bingre e dele estão para sair. Dentro de algum tempo poder-se-á fazer uma relação disso — e, ao mesmo tempo, rever e actualizar o que já foi feito por Álvaro Fernandes e Rocha Madail (sem esquecer outros, obviamente, mas sem a mesma importância, em nossa opinião, à excepção, claramente, de Calisto Luís de Abreu). Poderá sair neste *Boletim*, se aqui, para isso, houver acolhimento.

Anote-se que não prezamos excessivamente o nosso trabalho. De qualquer forma, não deixemos que alguma falsa modéstia pessoal prejudique a memória do poeta e a sua obra: pelo menos a revelação da existência, em Mira, de tais manuscritos, isso é evidente que tem importância — e não pouca, quere-nos parecer.

Falaremos dessa existência. Lembremos porém, antes, Rocha Madail e o seu achado.

6.

O próprio Rocha Madail conta como foi, no seu trabalho, e não cabe aqui estar a repetir. Convém no entanto lembrar que era a obra poética selecta de Bingre, escolha a critério de Calisto de Abreu, que morreu antes de ver o seu trabalho feito livro (ou livros, que seriam quatro, livros ou volumes). Anos depois tentou-se de novo a edição — e foi então que se fez, ao que supomos, o tal folheto de que este *Boletim* no seu número reproduz a face. Era um folheto, digamos assim, de prospecção (do mercado) à procura de subscritores para a obra a mandar compor e imprimir (numa tipografia do Porto). Uma vez mais, não resultou, e a edição não se fez. Entretanto, os manuscritos desapareceram atrás das referências que lhes foram sendo feitas publicamente (por Inocência, Teófilo e outros). O achado de Rocha Madail, creio que é de fins de 50, princípios de 60, já muito próximo de nós, aqui há uns trinta anos. Ele próprio o diz, fez tentativas para publicar a obra. Não conseguiu. Pela terceira vez, o *Estro de Bingre* continuou em manuscritos. E entretanto que aconteceu aos manuscritos? Talvez haja em Aveiro quem saiba responder.

7.

Os manuscritos de Mira são outra colecção — muito mais vasta, não seleccionada: é, pode-se dizer, praticamente toda a obra do poeta. Deve tratar-se de cópias, que Bingre ia fazendo para conservar em sua posse, à medida que enviava os originais para efeito de eventual publicação ou apenas por exercício de correspondência epistolar.

Não é agora e aqui ocasião para pormenorizar tal colecção de manuscritos. Importa porém enfatizar a sua importância, sobretudo se não se souber onde estão os materiais que Calisto de Abreu tinha para publicar.

É que boa parte do trabalho de Calisto de Abreu — biografia, plano de obra, listagem dos sonetos e até publicação de alguns deles — já foi reproduzido por Rocha Madail, o que torna até dispensáveis os originais (sem esquecer o valor deles, obviamente).

Quanto às poesias, elas não somente são em muito maior número; também, e principalmente, entre elas figuram dezenas, centenas de peças que não teriam saído do *Estro* — nem quando da tentativa de Madail —, se acaso o *Estro* tivesse sido publicado.

Porquê?

Trata-se de poesia política, por assim dizer, e social, umas vezes protestatária, também por assim dizer, resistente, combativa, outras vezes satírica, burlesca. Poesia quase sempre dando conta das convicções liberais do poeta —, embora Bingre tenha sido, quere-nos parecer, sobretudo «cartista». Mas também foi «miguelista», pelo

menos numa fase de curta duração. São também muito abundantes as poesias nem propriamente eróticas, por vezes obscenas.

Quando se puser a hipótese de publicar Bingre há-de pôr-se a questão de saber o que deve ser publicado e o que conviria que não o fosse. Em tal situação deve impor-se critério coerente, rigoroso e actualizado — de qualidade, fundamentalmente.

É prematuro falar disso. Temos opinião pessoal sobre o assunto, naturalmente, mas já não cabe aqui expô-la com necessária minúcia. Digamos apenas que Bingre tem excelentes poesias em todas as áreas temáticas ou assuntivas. Também em todas tem peças de qualidade inferior. Em muitos casos, a memória do poeta agradeceria que não fossem publicadas, ou publicadas mas à parte, como curiosidade documental.

Isto é importante. Em vida, Bingre publicou apenas um livro: *O Moribundo Cisne do Vouga*, em 1850. (Antes, tinha publicado apenas folhetos, opúsculos). É uma fraca selecção — e foi Calisto Luís de Abreu quem a fez, certamente ao gosto do tempo, mais do que pessoal. Está longe de corresponder ao gosto, sensibilidade ou exigência de hoje. Mas adivinha-se que terá havido limitações, talvez interferências — do poeta, desde logo. Hoje, com os materiais que se conhecem, será perfeitamente possível fazer, da vastíssima produção de Bingre, uma antologia de poesia viva e em muitos aspectos (temáticos, assuntivos) actual.

8.

Parecerá lugar muitíssimo comum, mas é preciso dizer com ênfase que Bingre deve ser publicado — se não todo (certamente que não), pelo menos em parte. E quem o irá publicar? Naturalmente, ter-se-á de atribuir essa responsabilidade a instituições e organismos vivos e activos.

Não haja ilusões, porém, quanto à capacidade dos organismos e instituições centrais, a nível de Lisboa. É a nível regional e sobretudo local que a responsabilidade deve ser assumida — de início, pelo menos. Certo que Bingre tem alguma importância a nível nacional, mas a importância dele a nível regional e sobretudo local parece-nos mais óbvia. Bingre faz parte dum património cultural que, sem ele, ou com ele no esquecimento, é um património mais pobre. Antes disso, é um valor patrimonial local e regional imprescindível. Antes disso e depois.

Custa a crer, mas parece que não houve nunca — em Aveiro, em Estarreja, em Mira (sobretudo em Mira, onde o poeta viveu cerca de 50 anos e veio a morrer, e tem os chamados restos mortais no cemitério local) uma assumida, activa e consequente consciência ou noção disso.

É inacreditável que Bingre nem sequer faça parte das toponímias locais.

Dizem-nos que em Canelas há uma banda chamada Banda Bingre Canelense. Já é alguma coisa.

9.

Uma última anotação. Quando o conhecimento dos manuscritos de Mira se nos proporcionou, em 1985, estava a trabalhar em Bingre, e a fazer também o conhecimento desses manuscritos, Joaquim Correia, de Aveiro e docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde preparava a sua tese de doutoramento — sobre a poesia portuguesa neoclássica, as Arcádias, a Nova Arcádia, etc. Em conversa recente, Joaquim Correia disse-nos que, à margem da sua tese, tenciona escrever, em breve, sobre Bingre e a sua obra.

Um soneto

O soneto que aqui se propõe está nos manuscritos de Mira com o número 800, e com esta indicação liminar: «Um actor duma companhia dramática volante pediu-me o seguinte soneto, para agradecer aos cidadãos de Aveiro no dia do Santo Ofício, no acolhimento que lhe fizeram». Ao fundo da página, Bingre anotou dois versos: 1 — «Cidadãos de Talabriga fulgente», «diz que alguns historiadores querem que Aveiro seja antiga Talabriga, fundada por Brigo, Rei de Espanha»; 2 — «Vossos bravos avós África ardente», «refere-se a João Afonso de Aveiro». O soneto, damo-lo como inédito, porque nunca o vimos impresso, ou referido (sequer como inédito). Não tem data, e não dispomos de dados que nos permitam atribuir-lhe alguma. É, obviamente, uma poesia de circunstância, mais (ou menos) do que isso, uma «encomenda», decerto graciosa, mas sem especial motivo de interesse, para além do seu valor documental.

*Cidadãos da Talabriga fulgente,
Nobre raça de Nautas corajosos,
Que os campos de Neptuno procelosos
Aravam sem temor do seu Tridente:*

*Vossos bravos avós África ardente
Lá foram descobrir, audaciosos.
Enrostando os tufões, mares raivosos,
Fazendo a foz do Vouga florescente.*

*Vossos altivos incolas primeiros
Fizeram nosso porto assaz temido
Pela fama de vossos marinheiros.*

*Às vossas pandas asas acolhido,
Ilustres cidadãos hospitaleiros;
Eu venho confessar-me agradecido.*

Luís de Miranda Rocha

AVEIRO — BOURGES

No dia 13 de Maio, os representantes da cidade de Aveiro e de Bourges assinaram uma declaração conjunta, pela qual ratificaram o protocolo de amizade e irmanação celebrado naquela cidade francesa no dia 2 de Fevereiro passado. Participaram na cerimónia, que se revestiu de justificada solenidade, o «Maire» de Bourges, Mr. Jacques Raimbault, os Presidentes da Assembleia Municipal e da Edilidade Aveirense, Vereadores das duas Câmaras, representantes do Município italiano de Forlì, representantes do Instituto Politécnico de Bourges e do Instituto Superior de Contabilidade e de Administração de Aveiro, e ainda o Vigário Geral da Diocese, Mons. João Gonçalves Gaspar.

Francisco da Encarnação Dias, Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, abrindo a sessão, que teve lugar no salão nobre dos Paços do Concelho, enalteceu este intercâmbio de relações amigáveis, afirmando:

— «São as minhas primeiras palavras para saudar V.^{ma} Ex.^{ma}, dar-lhes as boas vindas, e fazer ardentes votos para que o dia de hoje constitua uma grata recordação.

Distantes vão os tempos em que os homens, separados por fronteiras, pela língua, por hábitos de vida ou mesmo religião, viam no seu vizinho o inimigo constante, a ameaça permanente, o elemento a abater.

Nas últimas décadas, com mais propriedade a partir da última grande guerra, este cataclismo mundial que devastou cidades, ceifou centos de milhares de vidas, encheu a humanidade de sofrimento, mas sem dúvida alguma — e como sempre acontece — também incentivou a criatividade, evoluiu a ciência e, muito especialmente, destruiu estruturas.

Estruturas que, uma vez enterradas, estão na origem duma outra dinâmica de sociedade, uma outra concepção de vida, sem dúvida menos fechada, menos egoísta mais alargada, e que se rege por outros parâmetros. Os novos conceitos acompanham uma nova geração, que se traduzem

e se alargam a uma criatividade invulgar, intensiva a todos os campos das ciências, das artes ou das letras.

A par de uma revolução de ideias, estamos na presença também duma verdadeira revolução de mentalidades.

Neste contexto, o homem movimenta-se em todas as latitudes e as nações vão-se organizando por grandes áreas territoriais chamadas de estratégicas e ainda económicas e sociais.

No caso específico de Portugal, com mais uma vantagem. A comunidade lusa é mais abrangente, mais universalista, está em tudo o que é sítio do globo. Presença física e presença histórica.

Talvez por isso, quero crer que por isso mesmo, nós estamos aqui hoje, nesta sessão mesmo solene, neste encontro de amigos com amizade de irmãos.

Confirmamos aqui — com os mesmos princípios — o compromisso de geminação assinado em Bourges.

E permitam-me V.^{ma} Ex.^{ma} trazer aqui a lembrança do Dr. Alberto Souto, grande francófilo e que foi ilustre presidente desta Câmara.

Na introdução ao prefácio do livro «Cartas de Fuzilados», num período difícil da vida da França e que é a história dos que morreram para que a França viva, escreveu o Dr. Alberto Souto: «Efetivamente, apesar das dores que as hostes napoleónicas nos causaram no período megalómano, mas brilhante, do primeiro império, e apesar das humilhações que o Napoleão, sem brilho, do segundo império nos impôs também, a verdade é que a França não deixou de ser para os portugueses, como diz a frase consagrada, uma verdadeira mãe espiritual».

‘Uma mãe espiritual...’ Estão aqui hoje os seus representantes, para ratificar o acordo de geminação. Que este acto possa servir os povos das duas nações, que na sua latinidade têm igualmente em comum duas histórias pátrias maravilhosas».

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira, depois de destacar a presença de representantes da Edilidade italiana de

GEMINAÇÃO

Chegou a altura em que BOURGES, a térrea, e AVEIRO, a vizinha do Oceano, se reconhecem e se ligam pelos laços da gemação.

A História une as nossas duas cidades no momento em que, numerosos, os valentes filhos da antiga Lusitânia procuram ainda um destino melhor nas terras da antiga Gália. Cuide-mos na perenidade duma estima recíproca.

Num passado longínquo, BOURGES e AVEIRO vibraram, ambas animadas pelo mesmo gosto de aventura e pela mesma e profunda fé.

Com a mesma audácia, as caravelas de Jacques COEUR e as dos grandes navegadores portugueses lançaram-se pelo mar desconhecido.

Igual fé religiosa erigiu a catedral SAINT ETIENNE e a Igreja de São Domingos e foi essa mesma fé que se revelou a Sainte Jeanne de France, filha de Luís XI, e a Princesa Santa Joana, filha de Afonso V.

Numerosos foram os homens, as mulheres e os jovens de BOURGES e de AVEIRO a conhecerem a cidade gêmea. AVEIRO tem a sua laguna imponente, a sua ria; BOURGES tem os seus pântanos verdejantes. AVEIRO glorifica a impetuosidade do rio Vouga; BOURGES honra os seus rios calmos. Tanto aqui como lá, a Natureza atrai os seus amigos e inspira os sonhadores.

O ano 2000 aproxima-se, com os seus riscos e as suas promessas, as suas aventuras e a sua necessidade de fé.

No momento em que BOURGES e AVEIRO embarcam nas caravelas da Europa, fiquemos atentos para que a Revolução de 1789 e a Revolução dos Cravos continuem a ser promessas de fraternidade!

Pelos laços de gemação, as Câmaras Municipais de BOURGES e de AVEIRO prometem obrar para a compreensão mútua dos povos francês e português.

— Documento assinado na «Mairie» de Bourges (França), no dia 10 de Fevereiro de 1989, e subscrito pelo Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal, respectivamente Francisco da Encarnação Dias e Dr. José Girão Pereira, e pelos seus homólogos franceses.

Forli que, como referiu, «a partir desta data passam a ser amigos de Aveiro», historiou o processo que conduziu à gemação das cidades de Aveiro e Bourges, destacando o papel importante que tiveram a Associação de Comerciantes da Rue d'Auron, e a Associação de Amizade Portugal-França, ambas ali representadas, pondo em destaque o desejo de que «as nossas cidades – pessoas – tenham a criatividade suficiente para levar por diante o que foi feito até hoje, e assim tudo fazerem para dignificar este tipo de relações».

Leandro Gasparrini, adjunto do Presidente da Comuna de Forli, salientou o sentimento espontâneo que se criou quando em Fevereiro passado, e pela primeira vez, delegações de Aveiro e daquela cidade italiana se juntaram em Bourges, manifestando-se de acordo com a afirmação do Dr. Girão Pereira, quando este referira que «fazemos hoje a primeira etapa para um longo caminho em comum», deixando o convite «para que os amigos de Aveiro visitem Forli num novo encontro Aveiro-Bourges-Forli».

Jacques Raimbault, «Maire» de Bourges, mostrou-se sensibilizado pelo acolhimento que foi dispensado a toda a comitiva francesa, reforçando-se também o papel desempenhado pelos

diversos agentes que possibilitaram este estreitamento de relações, salientando que «a Europa livre tem muito a ver com este relacionamento onde as culturas se intercalam pelo intercâmbio das nações». Concluiu depois com o desejo de que nos próximos anos as duas cidades e os dois países se aproximem ainda mais na multiplicação destes contactos.

No programa desta ratificação do acordo de irmanação, refere-se ainda a inauguração da Rua de Bourges em Aveiro e a plantação de três árvores na Baixa de Santo António, numa réplica do que foi a plantação no «bosque da fraternidade» em Fevereiro passado, na cidade francesa. Regista-se também a assinatura de um protocolo de intenções entre o Lions Clube de Santa Joana e o Lions Clube de Bourges e as visitas ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro e à Universidade de Aveiro.

Ao fim da tarde, as comitivas francesa e italiana foram recebidas na sede da Associação Comercial de Aveiro onde, depois das palavras do presidente daquela Associação, António Gregório Videira, foi feita a entrega de lembranças aos visitantes.

AVEIRO — CIUDAD RODRIGO

O Município Aveirense esteve representado na I Exposição de Ciudad Rodrigo (Espanha), inaugurada no dia 12 de Agosto e que se prolongou até ao dia 20 do mesmo mês. A Câmara de Aveiro montou um «stand», no qual se demonstraram as potencialidades turísticas e culturais, e o desenvolvimento económico, industrial e comercial da nossa região. Houve passagem de vídeos, ofertas de lembranças aos visitantes e informações sobre vários aspectos.

Esta iniciativa integrou-se nos contactos anuais com Ciudad Rodrigo, cidade com a qual Aveiro mantém relações de amizade, sobretudo depois da assinatura do protocolo de irmanação, ocorrida há anos.

O último dia da Exposição foi dedicado a Portugal, estando também representados os Municípios de Almeida, Gouveia, Guarda e Sabugal. Para esta comemoração deslocou-se uma delegação aveirense, constituída pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente da Edilidade e por dois Vereadores.

O dia de Ciudad Rodrigo é normalmente comemorado entre nós durante a Feira de Março ou nas Festas do Município.

AVEIRO — NEWARK

No dia 26 de Maio, nos Paços do Concelho, foi recebida uma delegação da cidade americana

de Newark, presidida pelo «mayor» daquela cidade, Sharpe James. Esta visita testemunhou a vontade das duas cidades – Aveiro e Newark – em estreitar laços de amizade de forma a que, no futuro, se venha a proceder à assinatura de um protocolo de geminação.

A região de Newark é das zonas dos Estados Unidos onde há mais emigrantes portugueses e, entre estes, uma grande colónia de naturais da Murtosa e seus filhos; aí se comemora anualmente o «Dia de Portugal» que chega a reunir trezentas mil pessoas, que assim se juntam aos portugueses aí radicados.

Esta foi a primeira vez que Aveiro recebeu um «mayor» dos Estados Unidos – o que não se deve estranhar, pois, conforme disse o Dr. José Girão Pereira, em Portugal não é muito habitual o encontro entre Edilidades nacionais e Câmaras americanas. «Temos mantido encontros habituais com Câmaras da Europa, da África e do Oriente, onde realizámos uma irmanação com a cidade japonesa de Oita; começa agora entre nós uma nova tradição neste campo que são estas relações com uma Câmara da América» — salientou o Presidente do Município Aveirense nas palavras iniciais da recepção oficial ao responsável de Newark. E acrescentou: — «É com grande agrado que vejo começar hoje e aqui a história das nossas relações, que marcam um passo no diálogo entre os povos, pois é a primeira vez, não só em Aveiro mas também em Portugal, que se estreitam laços de amizade e de cooperação com cidades americanas».

O «mayor» Sharpe James, na sua alocução, manifestou o desejo de que tais laços sejam fortes, dada a importância da comunidade portuguesa radicada na sua cidade. «É com agrado — disse — que vejo estreitarem-se os laços de amizade entre as nossas cidades, pois em Newark há uma comunidade de perto de sessenta mil portugueses e dez mil brasileiros. A comunidade portuguesa desempenha um importante papel no desenvolvimento económico da região; os portugueses decidiram abrir um banco português em Newark, e para isso são necessários pelo menos três milhões de dólares, e o banco foi aberto com um capital de nove milhões. Este facto é bastante significativo e por isso queremos estreitar os laços de cooperação».

No final da sessão solene, os dois responsáveis municipais trocaram entre si as medalhas das respectivas cidades.

AVEIRO — INHAMBANE

As cidades de Aveiro e Inhambane, no dia 30 de Maio, assinaram a ratificação do protocolo de geminação; foi o culminar de um processo principiado em 15 de Dezembro de 1988, na altura em que autarcas aveirenses se deslocaram àquela

cidade moçambicana. Com este gesto, pretende-se um intercâmbio cultural e económico, sem esquecer que as duas cidades são realidades diferentes.

A delegação moçambicana, composta por Luís Gabriel Muthisse, Assessor do Governador da Província e Procurador Provincial do Tribunal Popular de Inhambane, e Vitorino Macuvel, Presidente do Conselho Executivo da cidade de Inhambane, estabeleceu contactos não apenas com as autoridades locais mas também com diversos sectores de actividade com o objectivo de captar agentes económicos e encontrar plataformas de apoio aveirense para as deficiências na sua região. De facto, como foi amplamente referido, a cidade de Inhambane dispõe de condições para o investimento em alguns sectores como o da indústria pesqueira, o dos citrinos, o do algodão e o do café.

Das várias dificuldades sentidas na cidade de Inhambane, destaca-se, à semelhança da realidade nacional moçambicana, a falta de formação de técnicos. «Moçambique é um país em crescimento, tem problemas de vária ordem e não possui técnicos nacionais para cobrir as necessidades do país; por isso, estamos empenhados na sua formação, nomeadamente através do apoio técnico estrangeiro» — disse na ocasião da assinatura do protocolo Luís Gabriel Muthisse.

Vitorino Macuvel fez questão em salientar que «os portugueses sempre foram amigos; aliás — disse — nós lutámos durante dez anos contra o regime colonial português e não contra os portugueses; hoje temos uma visão diferente de Portugal; se antes o conhecíamos apenas pelos livros, agora levamos uma nova e boa imagem deste país para Inhambane».

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, em breves palavras, recordou que este protocolo de geminação se insere num programa global de «viragem à Europa dentro do espírito de integração europeia e de aproximação às relações com os países africanos de língua oficial portuguesa». Debruçando-se sobre os constantes actos que precederam este protocolo, o Dr. Girão Pereira afirmou que «estamos perante três realidades, uma virada para a América em função dos emigrantes lá residentes, a segunda virada para as relações ligadas à Europa e inserida nos acordos de adesão e no âmbito político do Estado europeu e a terceira referente às relações com os países africanos de expressão portuguesa». E, referindo-se às suas especificidades, acentuou que «das três realidades, como cidadão, a que mais me toca e a que me é mais querida, tendo de ser apoiada e correspondida, é a respeitante à colaboração com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP'S); para além dos traumas e dos factos políticos de anteriores décadas, há uma

realidade histórica e cultural pelo facto de nesses países se falar português; há uma história comum; é preciso não ficarmos marcados pelo que aconteceu e que os nossos povos não tenham o trauma de falar português, porque a língua é um dos seus elementos de independência».

AVEIRO — ARCACHON

Aveiro e Arcachon (França) são agora cidades-irmãs, tendo assinado quer lá, quer agora, cá, no dia 28 de Outubro, o seu protocolo de amizade fraterna, após um tempo de três anos em contactos de aproximação.

«Vai fazer três anos que a nossa cidade e Aveiro se conhecem. Foi um tempo de noivado e ao noivado sucede o casamento. Hoje, realiza-se, em Aveiro, o casamento de duas cidades». Estas palavras foram ditas por Pierre Lataillade, «Maire» de Arcachon, que, ao definir o espírito desta geminação, acrescentou: — «A Europa não é feita para tornar todos os homens iguais, mas para que todos os homens se conheçam e aceitem; que façam as coisas em conjunto, porque só assim se pode construir o futuro».

Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira, afirmou: — «Creio que estão criadas todas as condições para

que esta geminação não fique só no papel e no contrato que vamos assinar, mas que inicie um longo intercâmbio de vitalidade, não apenas de relações humanas, mas também técnicas, científicas e económicas». Acrescentou: — «É preciso que os homens se entendam; e não é o Estado nem as instituições que vão fazer a universalização dos valores; somos nós, cidadãos, a quem compete fazer uma Europa de pequenas comunidades, da cultura europeia, a Europa das geminações».

Aveiro soube receber a cidade-irmã. E foram muitos os gestos de amizade: Associação Comercial de Aveiro, Lions Clube de Sta. Joana, Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas, Grupo Folclórico do Baixo-Vouga (Eixo) — todos assinaram protocolos de amizade, irmanando-se com colectividades congêneres daquela cidade francesa.

Queremos referir a participação digna e piedosa do Coral Arcana na Eucaristia da Sé, no domingo, dia 29, onde o Vigário Geral da Diocese, em nome do Bispo de Aveiro, saudou a embaixada francesa de Arcachon. Uma palavra de realce também é justa para o bom espectáculo na noite anterior, no Teatro Aveirense.

«Um desafio conjunto para a construção de duas cidades, mais humanas e mais próximas» — oxalá sejam realidade concreta estas palavras do Presidente do Município Aveirense.



Aveiro — Canal Central da Ria

CACIA

Lei n.º 43/89
de 24 de Agosto

Elevação da povoação de Cacia à categoria de vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

Artigo único. A povoação de Cacia, do concelho de Aveiro, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 30 de Junho de 1989.

O Presidente da Assembleia da República, *Vítor Pereira Crespo*.

Promulgada em 26 de Julho de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, *MÁRIO SOARES*.
Referendada em 31 de Julho de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Lei n.º 43/89 da Assembleia da República que elevou a povoação de Cacia à categoria de vila



A leitura heráldica do brasão da Vila de Cacia, com os seus próprios atributos, diz-nos: – 1) a antiguidade luso-romana da velha povoação de Cacia, pela anforeta romana, encontrada em escavações; 2) o trabalho agrícola dos seus habitantes, pela espiga de milho com seu fruto; 3) o progresso industrial implementado em Cacia, pela chaminé altaneira; 4) e o factor secular do seu desenvolvimento – o Rio Vouga, pela faixa ondulante.

Lei n.º 45/89
de 24 de Agosto

Elevação da povoação de Eixo à categoria de vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

Artigo único. A povoação de Eixo, do concelho de Aveiro, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 30 de Junho de 1989.

O Presidente da Assembleia da República, *Vitor Pereira Crespo*.

Promulgada em 26 de Julho de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.
Referendada em 31 de Julho de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Lei n.º 43/89 da Assembleia da República que elevou a povoação de Eixo à categoria de vila



A leitura heráldica do brasão da Vila de Eixo vem lembrar: – 1) a protecção milénar do Arcebispo Isidoro, no pálio arquiépiscopal; 2) a fé e o progresso que sempre nortearam os seus habitantes, na estrela, em chefe, irradiando feixes; 3) as artes e as ocupações tradicionais da cerâmica, na ânfora de argila, feita em pala; 4) a agricultura e a floresta, na espiga de trigo com grãos maduros; o Rio Vouga que torna úberes os seus campos, no contrachefe ondado e faixado.

I Bienal Internacional de Cerâmica Artística

Por iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro, que contou com a prestimosa e imprescindível colaboração de uma Comissão Organizadora e de uma Comissão Executiva, realizou-se no pavilhão octogonal do Recinto de Feiras e Exposições a I Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, que teve o seu início em 11 de Novembro e encerrou em 16 de Dezembro. Conforme se lia no respectivo Regulamento, o certame destinou-se «a mostrar as tendências de maior relevância da cerâmica actual, contribuindo assim para uma formação didáctica e estímulo à criatividade e ao desenvolvimento de carácter cultural, além de uma procura de novos materiais, técnicas e formas». O número elevado de visitantes, que rondou os 8.000, mostra bem o interesse que as obras expostas despertaram não só em Aveiro como no país.

O júri, reunido em 25 de Outubro para efeitos de selecção definitiva e premiação, atribuiu o primeiro prémio ao artista Xoan Manuel Viqueira (Espanha), o segundo prémio ao artista Luís Ferreira da Silva (Portugal) e o terceiro prémio, ex-aequo, aos artistas Anisabel (Portugal) e Anne-France de Bruyn (Bélgica), para além das menções honrosas a Rosa Soler Garcia (Espanha), Osório de Castro (Portugal), Beatrix Weissflog (República Democrática Alemã), Cecília de Sousa (Portugal), Annelies Buchart (República Federal Alemã), Mário Ferreira da Silva (Portugal), Ana Domingos (Portugal), Vasco Afonso (Portugal), Bota Filipe (Portugal) e João Carqueijeiro (Portugal).

A Câmara Municipal também procedeu à edição primorosa do respectivo Catálogo, em quadricómia, cujo «design» foi do artista Artur Fino, que também foi o autor do logotipo; o texto é em português e em inglês, sendo a tradução de Celso Manuel dos Santos, Augusto Lopo, Anthony Laurel e Gaspar Albino. Dele transcrevemos as palavras de abertura, tanto do Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Girão Pereira, como do Vereador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos:

1 – DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL: NECESSIDADE URGENTE

«Uma Bienal Internacional de Cerâmica Artística em Aveiro, porque?»



Cartaz da I Bienal Internacional de Cerâmica Artística (Design de Artur Fino).

Para começar, por motivos geográficos e históricos. De facto, é a região pioneira em muitos dos aspectos com que a cerâmica (nas suas múltiplas facetas) se relacionam. Pelas características geológicas de grande parte dos seus terrenos, há que levar em consideração barros de boa qualidade. E viria a propósito evocar aqui a importância, a nível nacional, da actividade da Fábrica Jerónimo Pereira Campos.

Além disso, foi a partir da actividade da Fábrica da Vista Alegre, com a «descoberta» do caulino em terras aveirenses, que se deu um outro importante passo em frente, com porcelanas do maior prestígio mundial.

Ainda de forte vector histórico (e isto para não recordar importantes fábricas já inexistentes, como a da Fonte Nova, entre outras no concelho de Aveiro) há

que referir também grande parte da produção da Fábrica Aleluia, que dispensa adjectivos.

Para abreviar (pedindo escusa de, neste texto, não salientarmos também grandes unidades fabris do sector laborando um pouco por todo o Distrito, com especial incidência em Águeda, mas sem esquecer Albergaria-a-Velha, Anadia, Ílhavo, Mealhada e Oliveira do Bairro), entendemos chamar especial atenção para o facto de a Universidade de Aveiro, instituição base do desenvolvimento de toda a nossa região (e não só), proporcionar licenciatura em Engenharia da Cerâmica e do Vidro.

E vem a propósito aqui deixar expressos alguns dos objectivos que presidem à razão de ser dessa licenciatura, no que respeita especificamente à Cerâmica.

De facto, o processo tecnológico actual exige continuamente o desenvolvimento de novos métodos de fabrico e de materiais (cerâmicos, metais, polímeros) com características dia a dia mais sofisticadas. A produção actual de materiais cerâmicos engloba não só os tradicionais produtos de elevada tonelagem de fabrico (tijolos, azulejos, sanitários, refractários, vidros, cimentos, etc.) como também muitos outros produtos essenciais ao desenvolvimento de tecnologias modernas.

O referido Curso tem ainda o objectivo de formar técnicos superiores com um grau de conhecimento que permite um melhor aproveitamento das capacidades do parque industrial de Cerâmica.

Acrescentamos que, embora a principal razão de ser da Licenciatura em análise tenha a ver, essencialmente, com vertentes tecnológicas e científicas, a verdade é que é fácil, e lógico, relacionar essas finalidades com o aspecto artístico, porque na Cerâmica Artística todos esses conhecimentos são diríamos que indispensáveis, na medida em que abrem perspectivas renovadas para a criatividade e inovação artística.

Além disso, e a acrescentar às razões desta Bienal em Aveiro, há que levar em consideração a cada vez mais necessária e urgente descentralização cultural, principalmente quando as respectivas acções se desenvolvem em locais especial e naturalmente vocacionados para determinadas demonstrações, salões ou mostras — como é, neste caso, Aveiro e a sua região».

2 — CREDIBILIDADE

«Conseguir, num primeiro Salão com as características desta Bienal, uma presença de tão rica representatividade nacional e internacional como a que se patenteia só pode atribuir-se à credibilidade que a sua própria estrutura naturalmente impõe, concitando as atenções e interesses de artistas da mais elevada categoria, a todos os níveis relacionados com a Mostra em referência.

Assim se explica ter ascendido a 425 o número de obras inscritas para esta I Bienal Internacional de Cerâmica Artística realizada em Aveiro, entre 11 de Novembro e 16 de Dezembro de 1989.

O júri composto pelo Prof. Mestre Júlio Resende, dr. Vasco Branco, dr. Joaquim Mattos Chaves e Prof.

Pintor Francisco Laranjo — recusou, numa primeira triagem, 151 obras; após uma segunda e definitiva triagem, foram admitidas 170, correspondentes a 116 inscrições.

Na acta do júri pode ler-se que este se «congratula com a iniciativa, e, por isso, felicita os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, além de «manifestar a sua satisfação pelo modo como os trabalhos decorreram».

Das obras admitidas, 84 são de Portugal, distribuindo-se as restantes pela República Federal da Alemanha, Bulgária, Austrália, Bélgica, Brasil, Espanha, Finlândia, Holanda, Jugoslávia, Polónia, República Democrática Alemã e Suíça.

Para a referida credibilidade deste Salão muito contribuiu a constituição do júri, exigente mas justo, com natural evidência para o respectivo Presidente, Prof. Mestre Júlio Resende.

Também não poderiam ser esquecidos não só todo o pessoal dos diversos Serviços Camarários (que, com o seu dinamismo e dedicação, conseguiram erguer toda uma estrutura de características inéditas no Pavilhão Octogonal) como também os artistas (aveirenses e não só) que prestaram o seu apoio contínuo e desinteressado ao desenvolvimento de todo o processo que culminou nesta realização que a todos nós prestigia e, de certo modo, positivamente nos orgulha.

A terminar, uma saudação, e uma sincera homenagem, às entidades e empresas nacionais e estrangeiras que não só acreditaram em nós como evidenciaram essa credibilidade com a sua presença efectiva, sem a qual a I Bienal Internacional de Cerâmica Artística em Aveiro poderia não passar de um sonho».

COMISSÃO DE HONRA

Secretária de Estado da Cultura
Secretário de Estado do Turismo
Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian
Governador Civil de Aveiro
Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr. José Girão Pereira
Prof. Celso dos Santos
Dr. Amaro Neves
Artur Fino
Coronel Cândido Teles
Dr. Emanuel Moreira da Cunha
Dr. Énio Semedo
Eng.ª Faria Frasco
Fernando José Morgado
Prof. Dr. Henrique Diz
Jeremias Bandarra
Mons. João Gonçalves Gaspar
Dr. Vasco Branco

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Celso dos Santos
Artur Fino
Jeremias Bandarra
Dr. Emanuel Moreira da Cunha
António José Bartolomeu

SECRETARIADO

Alexandrina Maximino
Isabel Neto
Maria Luísa Andias

JÚRI

Prof. Pintor Júlio Resende
Dr. Vasco Branco
Dr. Joaquim Mattos-Chaves
Prof. Pintor Francisco Laranjo

Estátua de Santa Joana

A Diocese de Aveiro, num calendário que contemplava a comemoração festiva dos 25 anos de D. Manuel de Almeida Trindade como Bispo de Aveiro (1987), dos 50 anos da restauração da Diocese (1988) e dos 500 anos da morte da Princesa Santa Joana (1990), previra a inauguração de uma estátua da Padroeira numa das praças da cidade, preferindo o lugar fronteiro ao secular Mosteiro de Jesus. A data escolhida foi o dia 10 de Dezembro, por coincidir com o aniversário da mesma Diocese.

Na presença de muitas centenas de pessoas, da Banda Amizade, de associações religiosas e de outras, e com a participação do Governador Civil de Aveiro, do Prof. Celso dos Santos representando a Câmara Municipal, de alguns vereadores e de outras entidades, o Bispo de Aveiro descerrou e benzeu a estátua, em bronze, então doada à Cidade e ao Município Aveirense. O custo do monumento foi coberto por uma campanha promovida pela Irmandade de Santa Joana, a que aderiram pessoas, colectividades, empresas e paróquias de toda a Diocese; a Câmara Municipal, por seu turno, tomou à sua conta o desenho e a construção do pedestal e o arranjo envolvente.

O Prof. Celso dos Santos proferiu, no acto da inauguração, as seguintes palavras:

— «Este acto a que estamos a assistir e em que estamos a participar tem, a meu ver, significativa importância para a nossa Cidade. A Diocese de Aveiro e a Irmandade de Santa Joana Princesa acabam de oferecer a Aveiro, através da sua Câmara Municipal, a estátua da Padroeira, nos termos constantes do protocolo assinado há pouco.

A Diocese tomou a iniciativa de mandar executar uma estátua de Santa Joana, que logo a mencionada Irmandade acarinhou, abrindo uma subscrição pública para custear a despesa. Como era de esperar, a ideia tomou corpo entre os Aveirenses.

O Sr. Bispo de Aveiro, em carta de 16 de Maio passado, comunicou oficialmente à Câmara Municipal este louvável propósito, e logo apontou a data da sua inauguração para este dia 10 de

Dezembro, por ser a véspera do quinquagésimo primeiro aniversário da restauração da Diocese; esse acontecimento constituiria simultaneamente o primeiro acto público das comemorações do quinto centenário da morte da Princesa.

Tendo presente a deliberação do Executivo Municipal de 25 de Maio de 1987, no sentido de colaborar activamente no programa das referidas celebrações, Sua Ex.ia Rev.ma sugeriu então que a Câmara Municipal não só tomasse à sua conta o desenho e a construção do respectivo pedestal e o arranjo envolvente, mas também, na escolha do local da sua implantação, fosse considerada esta praça por ter sido aqui, no secular Mosteiro de Jesus, onde a Princesa se recolheu, viveu e faleceu e onde repousam os seus restos mortais.



Estátua de Santa Joana, Princesa de Portugal e Padroeira de Aveiro.

Na reunião ordinária, que se realizou a 22 de Maio, o teor do mencionado ofício foi considerado pela Edilidade, que deliberou apoiar esta iniciativa concreta da Diocese, em ordem à escolha do local, à construção do pedestal, ao arranjo da iluminação e à execução de outros trabalhos. Agiu-se assim, por antecipadamente se saber que se ia ao encontro das aspirações da maior parte dos Aveirenses, que por um lado vêem na Augusta Filha do Rei Africano a celeste Patrona de Aveiro e da sua Região e, por outra parte, a consideram Alguém que, com a sua presença e com a sua memória, foi e é factor de progresso e incentivo para a luta pessoal pelos imperativos da consciência e pelos autênticos direitos e valores humanos perante os vícios e atractivos da hodierna sociedade de consumo, que tantas vezes escraviza em vez de libertar.

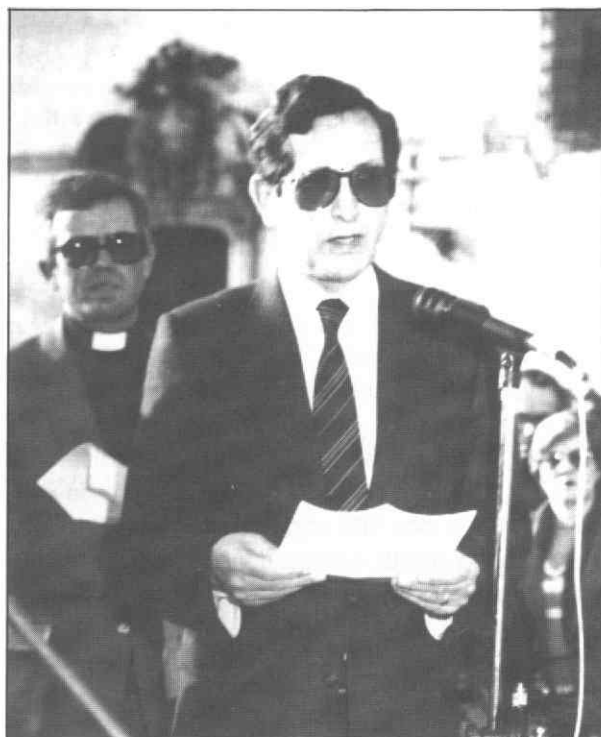
Não é a primeira vez que o Município Aveirense homenageia Santa Joana. Para só lembrar os últimos anos, além da sua colaboração positiva nas festas anuais, foram as celebrações do quinto centenário do seu nascimento em 1952, foram as solenidades do quinto centenário da sua vinda para Aveiro em 1972, foi a reposição do feriado municipal no seu dia próprio em 1978, foi a publicação do livro «A Princesa Santa Joana e a sua Época», com a primeira edição em 1981 e a segunda edição em 1988, foi a execução das estatuetas em «biscuit» e em barro vermelho em 1983. Decerto que não se ficará por aqui no preito devido a Santa Joana e a outras Figuras de Aveiro, porque é útil e torna-se necessário que recorde-mos os nossos antepassados e a nossa história, para não perdermos a nossa própria identidade e a nossa maneira de ser e de estar no mundo. Esquecê-los seria ingratidão e ficaria empobrecido o conhecimento da nossa Terra e das nossas Gentes.

A Câmara Municipal, representando a população de Aveiro e os seus sentimentos, agradece a oferta generosa da Diocese e da Irmandade de Santa Joana Princesa e, como é e será seu dever, procurará dar ainda maior dignidade a esta praça, para que ela seja um nó de enquadramento condigno aos monumentos que estão aqui implantados».

O Bispo de Aveiro, usando da palavra, disse:

— «A homenagem pública a pessoas que, em tempos passados, se celebrizaram pela sua vida e pela sua acção — estão sempre neste número os santos — não é tanto uma glorificação histórica das mesmas pessoas, mas mais um serviço que se presta à comunidade a que estiveram ligadas.

Estou certo de que, ao colocarmos na praça pública a imagem da Princesa Santa Joana, esta



O Prof. Celso dos Santos, pela Câmara Municipal, falando no acto da inauguração.

gloriosa figura da história aveirense fica, de imediato, mais próxima de todos — da cidade, da Diocese, enfim, dos que por aqui passarem para conhecerem ou reverem a beleza ímpar de Aveiro e da sua Ria.

A cultura contemporânea, sem menosprezar a importância da palavra, privilegia hoje muito mais a linguagem da imagem visível. Por esta estátua, exposta ao olhar de todos, sentiremos que a filha do nosso Rei Afonso V, uma jovem que concretizou a sua opção definitiva e incondicional por Deus, Seu verdadeiro Senhor, na sua opção por Aveiro, passou a fazer parte da nossa vida, desde o longínquo século XV, continuando assim hoje e amanhã, um amanhã sem termo. A actualização histórica daqueles cuja vida ultrapassou as leis da morte, torna-nos seus contemporâneos e faz-nos participar, generosamente, do seu rico património espiritual.

Todos nós estamos e estaremos sempre dependentes daqueles que nos precederam. É esta uma lei inegável da nossa vida e do nosso agir humano. Dos que nos precederam no tempo recebemos a vida, o modo de viver, de sentir e de agir, a fé e o testemunho que a torna eloquente e viva, o mundo de valores que nos norteiam, a cultura como património chamado a crescer. Uma pessoa ou um povo que esquece, menospreza ou nega o seu passado e aqueles que nele fizeram a história que nos afecta, será sempre uma pessoa ou um povo órfão e só, sem presente com razões, nem futuro com horizontes; será, no mínimo, uma

peessoa ou um povo, subsidiário inútil e inconsequente do imediato e do sem sentido.

De há anos que vimos sonhando alto esta iniciativa que nos é dado agora concretizar. Não é tanto uma dívida que se paga, mas mais uma necessidade a que se dá resposta. Não é um gasto supérfluo ou um acontecimento inútil. É mais uma oportunidade de humanização, um sinal de renovada reconciliação com o passado, um marco indicativo para um futuro que necessita de alma quando tanto sonhamos e nos empenhamos em caminhos de progresso.

É verdade que o túmulo da Santa Princesa, jóia artística e património espiritual de inestimável valor, é já um monumento que, permanentemente, nos fala dela. Não falta, nunca faltará em Aveiro, quem vá junto dele, movido pela fé ou impellido pelo coração de aveirense agradecido, para ouvir a voz eloquente do seu silêncio e, partir depois, com mais fé, mais coragem, mais determinação. Porém, a rua e praça pública, porque são o palco normal e necessário da vida dos homens, e também o foram dos santos, podem e devem, por isso mesmo, constituir o lugar normal do apelo aos valores e aos comportamentos que dignificam o homem na sua labuta diária e no seu relacionamento social. Deste modo, a rua, a praça e o jardim de todos, devem aparecer como espaço digno e respeitoso do acolhimento, da relação, da convivência de todos. Para isso, podem também ajudar no esforço, que a cada um é devido, os sinais públicos que convidam a olhar para o Alto, que são estímulo ao despertar das energias de bem que estão dentro de cada um de nós, que são, pelo que significam e pelo que dizem, verdadeiros correctores de atitudes, ocasião de confronto com certos modelos de vida, apelo a valores que não envelhecem, indicadores serenos de rumos novos e certos na vida.

Os muitos jovens que por aqui passam diariamente não podem passar desatentos, frente ao testemunho de uma jovem que soube escolher e que se soube comprometer com total liberdade na sua opção vital.

As mulheres de Aveiro, que vêem agora na nossa cidade a primeira manifestação pública a uma mulher, não podem deixar de estar atentas à sua valorização, à sua capacidade de coisas grandes, ao cultivo e à exigência de respeito pela sua dignidade.

Diocese e Município deram-se as mãos neste serviço e neste dom à comunidade aveirense. Abrimos deste modo significativo as Comemorações do V Centenário da Padroeira da Igreja Diocesana e da Cidade. Chegaremos, querendo Deus, ao ponto mais alto das comemorações, em 12 de Maio de 1990 e, pelo caminho, não faltarão iniciativas que levem a Princesa Santa Joana ao coração dos aveirenses, da cidade e da Diocese,

e que a tornam igualmente mais conhecida e apreciada como portuguesa e como cristã pela nação a que pertence e que, às vezes, não parece muito propensa para conhecer, amar e seguir os seus maiores.

Por termos podido concretizar com êxito, desde este momento, esta iniciativa feliz que a todos nos honra, quero agradecer à Câmara Municipal pelo que já fez e fará ainda; à Irmandade de Santa Joana, por ter liderado este esforço de sensibilização e de generosidade que permitirá custear a estátua; a todos quantos já contribuíram ou a isso se dispõem, fazendo que este monumento seja mais de todos e menos só de alguns; agradecer, por fim, a quantos quiseram estar aqui nesta hora, por terem entendido o alcance da iniciativa.

Que Santa Joana Princesa, com cujo patrocínio contamos e que nos deve como nossa Padroeira, possa agora dizer-nos aqui, em plena rua e de modo mais directo, que na vida dos homens, ontem como hoje, Deus é o maior, só Ele basta e, sem Ele, o homem nunca conseguirá desvendar e entender a sua verdadeira grandeza e dignidade.

Santa Joana Princesa optou ser para sempre de Deus, sem jamais deixar de ser de Aveiro. Que todos os aveirenses, seguindo na sua feliz peugada, encontremos no seu testemunho, um estímulo ao nosso compromisso de nos empenharmos, sempre mais unidos e solidários, no maior bem da comunidade humana e na verdadeira renovação da comunidade eclesial».



O Bispo de Aveiro no uso da palavra.

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1989

DOTAÇÕES FINANCEIRAS

EDUCAÇÃO	(Contos)
— Educação Pré-Escolar	18.500
— Ensino Básico	75.890
— Ensino Preparatório e Secundário	20.850
— Educação de Adultos	500
CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	
— Cultura	153.700
— Desporto e Tempos Livres	171.000
ACÇÃO SOCIAL	85.000
SAÚDE	8.000
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	
— Habitação	1.575.750
— Planeamento Urbanístico	9.850
— Iluminação Pública	67.500
— Urbanização	170.440
SANEAMENTO E SALUBRIDADE	
— Resíduos sólidos	6.500
— Higiene pública	25.200
— Cemitérios	4.150
PROTECÇÃO CIVIL	
— Bombeiros	22.100
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO	
— Turismo	1.750
— Mercado e Feiras	80.500
— Estabelecimentos Industriais ligados ao abastecimento	190.750
COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	
— Rede viária e sinalização	261.500
— Transportes	50.000
— Estacionamento	20.000
DEFESA DO MEIO AMBIENTE	53.450
GABINETE TÉCNICO LOCAL	25.820
TOTAL	3.098.700

INVENTÁRIO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO

A Câmara Municipal de Aveiro editou o «Inventário Desportivo do Município de Aveiro», que se refere ao ano de 1987-1988. O trabalho fica a dever-se a Rui Barros, Emanuel Cunha e Jorge Guimarães, que contaram com a imprescindível colaboração de todas as associações e clubes desportivos; a capa é da autoria de Jeremias Bandarra.

São as seguintes as palavras de apresentação do livro, útil e valioso, da autoria do Prof. Celso dos Santos, Vereador do Pelouro da Cultura, Desporto e Tempos Livros:

No Concelho de Aveiro pratica-se entusiasticamente o desporto.

As inúmeras associações e clubes, formados pelos melhores atletas, vão registando triunfos vários, criando momentos altos da vida das colectividades que, em nosso entender importa registar para a história desportiva do Concelho.

Justo é, assim, o reconhecimento pelo esforço feito por atletas, dirigentes e associados em prol do desporto.

Por outro lado esta nossa publicação pretende também constituir um elemento base de consulta para os interessados na realidade sócio-desportiva do Concelho de Aveiro, proporcionando dados e factos que poderão (deverão, assim o esperamos) facilitar o estudo da evolução do fenómeno desportivo.

O que acima dissemos alicerça-se no facto de o nosso Concelho estar representado, pelo menos no momento em que estas linhas são escritas, nas Primeiras Divisões Nacionais de Futebol e de Basquetebol, assim como, também a nível nacional, no Remo, esta modalidade também com atletas a competir internacionalmente. No que respeita a nível nacional noutras Divisões também o nosso Concelho tem actividades e «palavras a dizer» em diversificadas modalidades — o que, no conjunto, evidencia uma notável apetência, num Município com 70 mil habitantes, para um «espírito são em corpo são».

Esta edição fica a dever-se não apenas a uma comprovada disponibilidade autárquica no sentido de apoiar e desenvolver o Desporto como, e de modo não menos notável, ao interesse manifestado pelas Associações Desportivas Concelhias em facilitar ao máximo a recolha de dados capazes de demonstrar não só as suas capacidades como, implicitamente, os seus naturais anseios de melhoria de condições, para o que poderá contar com o apoio possível por parte dos responsáveis pela Autarquia em que se inserem.

Assim, a todos quantos contribuíram para a feitura e concretização deste trabalho, em especial às Associações Desportivas, aqui fica o agradecimento e a homenagem de

Celso dos Santos



Capa do «Inventário Desportivo do Município de Aveiro». (Design de Jeremias Bandarra).

A FEIRA DE MARÇO ATRAVÉS DOS TEMPOS

Uma outra publicação do Município, saída do prelo durante este ano, foi «A Feira de Março através dos Tempos», da autoria do jornalista Júlio de Sousa Martins, director do Gabinete de Imprensa da Câmara Municipal de Aveiro, que se tem dedicado também à investigação e ao estudo de temas aveirenses. Além da colaboração em jornais e revistas, saiu da sua pena um outro trabalho, sob a epígrafe «Levantamento Cultural – Exemplos e sugestões».

Podemos avaliar o interesse deste livro pela súmula dos assuntos nele tratados: — Origens e características das feiras; De Tomar a Aveiro; Quem animava as feiras; Da Agricultura à Indústria, passando pelo Artesanato; Males e calamidades com reflexo nas feiras; Auge e declínio de Aveiro; A grande confusão dos pesos e medidas; Do aranzel de tempo imemorial à Feira da Madeira; De carpinteiro e arrematante da feira a pioneiro industrial; Aveiro em fins de século XIX e novas posturas sobre a Feira; Dois testemunhos; Actualização do preço dos abarracamentos.

Na introdução, assinada pelo autor, lê-se:

Uma tradição que se mantém viva ao longo de séculos não pode deixar de ser levada na devida consideração, ao menos pela comunidade em que se insere.

É o caso da Feira de Março aveirense, que completa 555 anos de existência neste ano de 1989.

Assim se explica (e se impõe) que tal efeméride seja devidamente registada, evocando as circunstâncias em que surgiu esse factor de desenvolvimento da então vila de Aveiro, nessa época já a debater-se com as dificuldades de uma barra inconstante, de consequências dramáticas para as actividades sociais e económicas da região.

É pois uma evocação da Feira de Março que a seguir se faz, enquadrando-se em alguns outros aspectos da vida aveirense, não só a nível citadino como distrital.

E vamos começar pelo princípio, isto é: como surgiram as feiras e como evoluíram através dos tempos.

Por outro lado, entende o autor deste trabalho que, para melhor se entender a evolução da Feira de Março, não pode deixar-se de a enquadrar no contexto social em que essa tradicional manifestação aveirense naturalmente se integrou ao longo dos séculos, conseguindo adaptar-se às circunstâncias — e sobreviver galhardamente.

Júlio de Sousa Martins

A FEIRA DE MARÇO ATRAVÉS DOS TEMPOS

Edição da Câmara Municipal de Aveiro

Página de rosto do livro «A Feira de Março através dos Tempos».
(Capa – Design de Mário Occhialini)

SÃO GONÇALINHO EM REDONDILHAS

Amadeu de Sousa é bem conhecido em Aveiro, sobretudo no bairro da Beira-Mar; dedicado à sua Terra, é notória a devoção que nutre pelo Santo Protector dos pescadores, que tem entre nós um belo templo setecentista onde é invulgarmente venerado.

Mas não é apenas conhecido em Aveiro, onde tem activamente colaborado em colectividades locais; Amadeu de Sousa marcou presença em numerosos jornais, revistas e boletins, foi membro do Júri Nacional do IX Grande Prémio da Canção da RTP de 1972 em Lisboa, e viu-se premiado em concursos e jogos florais como autor de saudações, hinos, canções, fados, marchas populares, com intervenções em encontros e recitais.

O livro, publicado pela Câmara Municipal de Aveiro, contém 250 quadras – sendo 24 inéditas e as restantes já publicadas no semanário «Litoral» em anos sucessivos (1956-89); desenhou a capa Gaspar Albino, que nela enquadró a reprodução de uma escultura de José Augusto.

O Prof. Celso dos Santos escreveu como apresentação:

A Câmara Municipal de Aveiro deliberou, em reunião de 16 de Outubro de 1989, publicar o presente trabalho da autoria de Amadeu de Sousa, intitulado «S. Gonçalinho em Redondilhas».

Por um lado, a Edilidade pretende associar-se ao amor e à devoção que os Aveirenses em geral — e em particular os habitantes da «Beira-Mar» — devotam ao celeste protector de mareantes e pescadores, S. Gonçalo de Amarante, denominado entre nós com o epíteto familiar e carinhoso de S. Gonçalinho. A ermida construída em sua honra, que na frontaria ostenta o ano de 1714, é bem o centro cívico, senão mesmo o coração, daquela zona da cidade de Aveiro. Alhear-se a este movimento secular constante das gentes da «Beira-Mar» poderia significar pelo menos esquecimento indesculpável, ou até desprezo sem perdão.

Por outra parte, a Câmara Municipal deseja prestar justa homenagem a Amadeu de Sousa, o homem que tem deixado transpirar em diversas publicações periódicas locais uma entranhada dedicação à sua Terra e, sobretudo, a sua particular devoção a S. Gonçalinho, não só em prosa, mas também e principalmente em poesia.

O livro que o leitor tem nas mãos, para além de uma homenagem, significa outrossim o interesse da Câmara Municipal de Aveiro em prosseguir no incentivo em prol da Cultura.

bib RIA

REDONDILHAS

AMADEU
DE
SOUSA



SÃO GONÇALINHO EM REDONDILHAS

Capa do livro «São Gonçalinho em Redondilhas» (Escultura de José Augusto; Design de Gaspar Albino).

Edições da Câmara Municipal

1. — LIVROS E OPÚSCULOS

AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE, A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes — Ed. 1928.

AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo — Ed. 1945.

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima — Ed. 1957.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 — Ed. 1957.

EFEMERIDES AVEIRENSES. VOL. I — António Cristo — Ed. 1959.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. I — Rocha Madaíl — Ed. 1959.

JOSÉ ESTÊVÃO — ESTUDO E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão — Ed. 1962.

O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal — Ed. 1967.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. II — Rocha Madaíl — Ed. 1968.

LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves — Ed. 1971.

MOLICEIROS — Diamantino Dias — Ed. 1971.

AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma — Ed. 1979.

A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar — Ed. 1980.

A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA. 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar — 1.ª Ed. 1981; 2.ª Ed. 1988.

ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo — Ed. 1983.

JOSÉ ESTÊVÃO — DISCURSOS PARLAMENTARES. Ed. 1983 (reimpressão fac-similada da 1.ª edição).

AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar — Ed. 1983.

CACIA E O BAIXO VOUGA — APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) — Ed. 1984.

AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1985.

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Coordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues — Ed. 1985.

CALENDÁRIO HISTÓRICO DE AVEIRO — António Cristo e João Gonçalves Gaspar — Ed. 1986.

ORIGENS DA RIA DE AVEIRO — Orlando de Oliveira — Ed. 1988.

ACHEGAS PARA A HISTORIOGRAFIA AVEIRENSE — João Evangelista de Campos — Ed. 1988.

INVENTÁRIO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO — Coordenação de Rui Barros, Emanuel Cunha e Jorge Guimarães — Ed. 1989.

A FEIRA DE MARÇO ATRAVÉS DOS TEMPOS — Júlio de Sousa Martins — Ed. 1989.

SÃO GONÇALINHO EM REDONDILHAS — Amadeu de Sousa — Ed. 1989.

I BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA (Catálogo) — Serviços de Cultura da C.M.A. — Ed. 1989.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO — Publicação semestral desde 1983.

INFORMATIVO — Publicação mensal desde Fevereiro de 1987.

2. — CERÂMICA

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: 1000 ex. numerados (Série limitada); Ano 1983.

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.

BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e Oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.

3. NUMISMÁTICA:

MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 555.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Afonso Henrique; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1989.

Centro Cultural de Eixo

A Arquitectura deverá concretizar a essência de um lugar, num contexto histórico sempre novo.

Este *espírito do lugar* irá permitir uma permanência da memória colectiva através de um sistema vivencial, urbano e arquitectónico, que se oponha definitivamente à descaracterização dos lugares por uma aculturação que se situa entre falsos símbolos de progresso e uma necessidade de afirmação.

Assim, torna-se cada vez mais premente que a Arquitectura tenha uma função didáctica, levando as populações a reflectirem sobre os valores locais.

É nesta perspectiva que consideramos que a Arquitectura de acompanhamento, apesar de muitas vezes não ter grande valor histórico e arquitectónico, possa no seu conjunto ter características bem definidas com uma forte identificação com o sítio. Estes valores podem ser, por si só, suficientemente interessantes para se evitar uma atitude iconoclasta «à priori», sem ponderar as perdas daí decorrentes.

Para além da imagem arquitectónica, surge com peso determinante o factor económico, não sendo de menosprezar a economia de custos que advém de uma recuperação.

É dentro desta perspectiva que este trabalho, que conquistou o 1.º Prémio do Concurso por convite da Câmara Municipal de Aveiro, tentou preservar, na medida do possível, o conjunto edificado existente.

Embora os edifícios se encontrem em diversos estados de degradação, as únicas construções a serem removidas são o telheiro da entrada e o pequeno anexo habitado, uma vez que se

torna inviável a sua recuperação devido ao seu mau estado de conservação.

Em todo o restante conjunto edificado actuou-se de modo a preservar os edifícios, adaptando-os às necessidades futuras:

- restauro das paredes de adobo.
- restauro das coberturas e tectos.
- introdução de iluminação zenital em espaços menos iluminados, possibilitando a sua utilização.
- remoção de anexos e acrescentos à construção inicial.
- alteração dos pavimentos não recuperáveis, com correcção de cotas de piso.
- adaptação dos compartimentos existentes ao novo programa, com demolição de algumas paredes interiores.
- reforço da estrutura.
- adaptação a novos usos, com criação das infraestruturas necessárias.
- criação de sanitários.
- criação da rede de águas e esgotos. Previu-se a possibilidade de ligação futura dos esgotos à Rede de Saneamento, actualmente inexistente.
- instalação eléctrica.
- instalação de rede de telefones.
- instalação sonora.
- instalação mecânica.
- detecção de incêndios.
- redefinição de alguns vãos – exteriores e interiores.

Os edifícios propostos articulam-se com os existentes de modo a criarem espaços diversifica-



Projecto do Centro Cultural de Eixo – Alçado principal

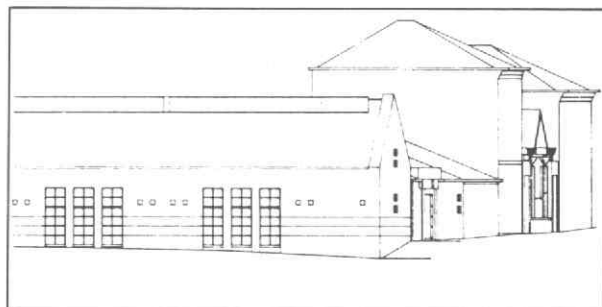
dos, sendo um pátio central descoberto, o pólo gerador de toda a organização do conjunto.

Constituído por vários núcleos — Grupo Folclórico, Grupo de Teatro, Banda de Música, Auditório/Salão de Festas, Biblioteca, Bar-Restaurante e Administração — o Centro Cultural poderá funcionar como um todo, permitindo simultaneamente alternativas de utilização em horários diversificados. Todos os sectores têm Instalações Sanitárias próprias e acesso directo pela rua, não pondo em causa o devassamento dos outros espaços.

A cota de implantação do Centro Cultural teve como base a cota de soleira de um dos edifícios existentes, de modo a criar-se um nivelamento do conjunto que elimine as barreiras arquitectónicas. Corrigiu-se igualmente o trainel da Rua adjacente, que se propõe transformar em percurso pedonal,

facilitando-se a articulação do centro com o adro da Igreja.

as) Arq. Rui Duarte Barreiros
Arq. Ana Paula Pinheiro



Projecto do Centro Cultural de Eixo — Perspectiva.



Centro Cultural de Eixo — Planta do primeiro piso: 1 — Entrada principal; 2 — Circulação coberta; 3 — Pátio; 4 — Casa do Porteiro/Bilheteira; 5 — Sanitárias públicas; 6 — Bar; 7 — Teatro; 8 — Grupo Folclórico; 9 — Música; 10 — Biblioteca; 11 — Auditório/Salão de Festas; 12 — Coreto; 13 — Plateia; 14 — Bancada.

Domus Ecclesiae Centro Paroquial da Glória

FICHA TÉCNICA

Promoção – Paróquia de Nossa Senhora da Glória

Projecto – C.M.A. – Gabinete de Arquitectura
Responsável do Projecto – Arq. José Quintão

Desenho – Justino Ribeiro

Topografia – António Matias

Os principais objectivos deste estudo foram a experimentação do programa em termos de áreas e funcionamento, as relações possíveis do programa com a envolvente (particularmente com a Sé), a adaptação urbana a esta zona da cidade e a tentativa de encontrar uma imagem de conjunto que se traduza numa linguagem actual, actuante e digna dos monumentos que envolve.

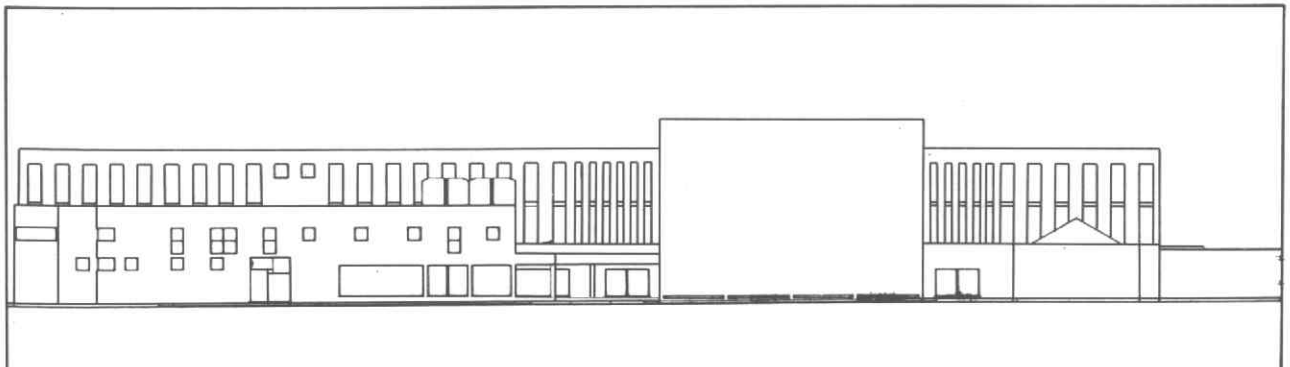
Na tentativa de cumprir estes objectivos vários foram os aspectos tomados em conta; passamos a descrever os que consideramos preponderantes:

Um programa desta natureza, quer pela sua dimensão e diversidade, quer por adquirir importância estratégica na cidade, quer ainda por intervir directamente em monumentos e peças de grande valor histórico, torna-se num estudo bastante complexo, com momentos de grande ponderação que consomem uma grande quantidade de tempo, o que é pouco compatível com a actividade desenvolvida na Câmara Municipal.

Por isso este estudo deve ser considerado «estudo prévio», uma vez que existem ainda muitos pontos a desenvolver (e que pomos desde já à discussão), antes de o podermos considerar ante-projecto.

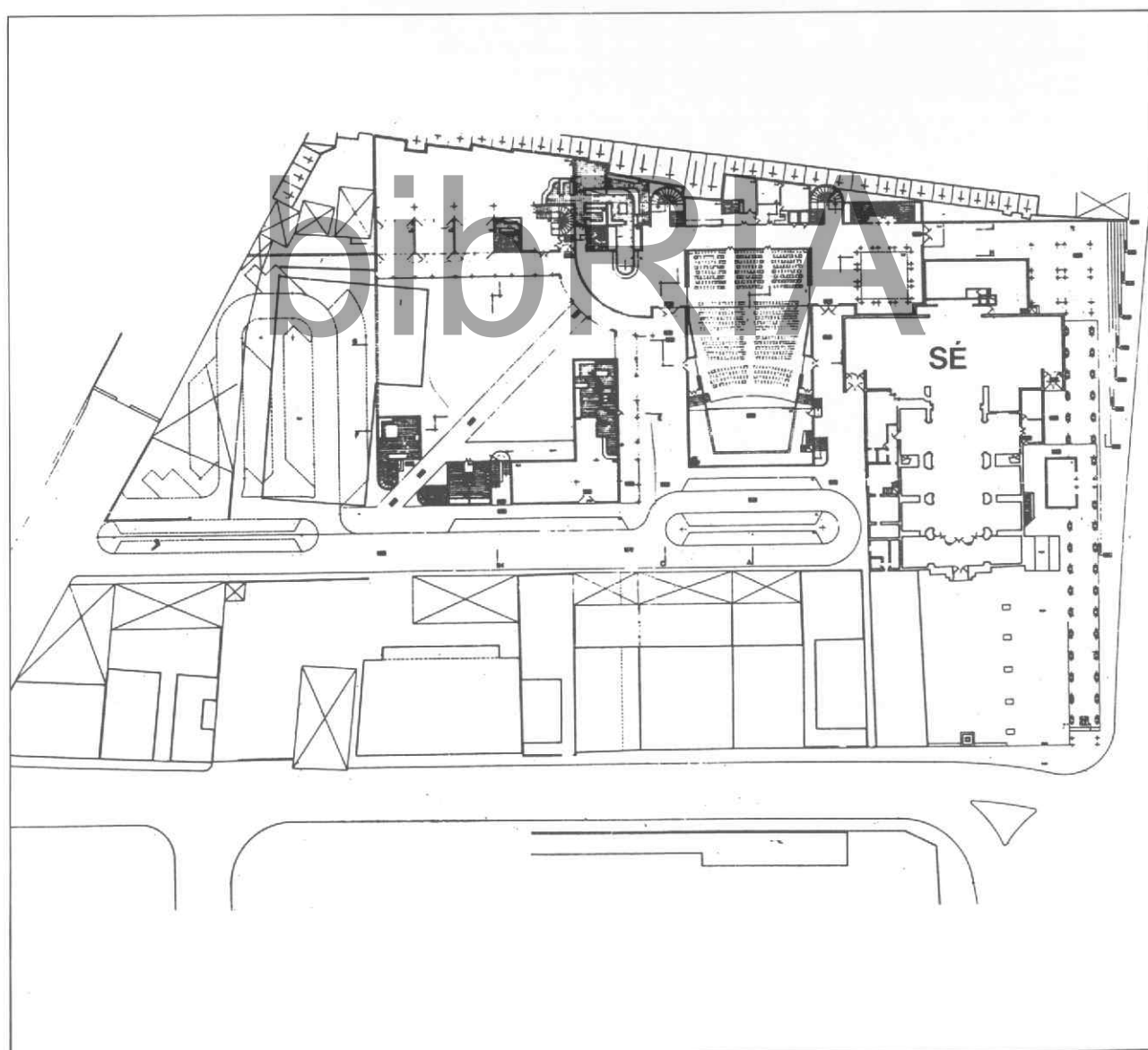
1 — MURALHA

Tendo como dado adquirido a demolição das casas que, encostadas à Sé, fazem frente para a Avenida de 5 de Outubro e ainda os estudos referentes à transformação desta na nova Avenida Central, foi sentida a necessidade de encontrar uma frente – referência à muralha outrora existente – que proteja o edifício da Sé e que enquadre o adro para que se mantenha a escala que lhe é devida; a tipologia de pérgula parece-nos a mais adequada, porque, permitindo transparências



DOMUS ECCLESIAE – Alçado principal (na Avenida de Cinco de Outubro).

6 - Bar	256 m2	18 - Residência para religiosas	<u>253 m2</u>
7 - Cozinha geral	62 m2	TOTAL	548 m2
8 - Lavandaria	50 m2		
9 - Florinhas do Vouga	1.000 m2	10 - Lugar de passantes	<u>128 m2</u>
15 - Museu da Sé	95 m2	TOTAL	128 m2
16 - Sala de Reuniões	246 m2		
17 - Biblioteca	95 m2	14 - Estacionamento - 1.ª fase	180 m2
19 - Catequese	<u>426 m2</u>	n.º de lugares - 17	
TOTAL	3.956 m2	- 2.ª fase	521 m2
		n.º de lugares - <u>52</u>	
11 - Sanitários públicos	15 m2	Total.....	69
12 - Banheiros	49 m2		
13 - Convívio 3.ª Idade	231 m2	TOTAL	701 m2



Planta do 2.º piso (rés-do-chão) da Domus Ecclesiae - Centro Paroquial da Glória.

Encerramento do Ano Cultural de 1989



O Presidente da Câmara Municipal encerrando o espectáculo.

28 de Dezembro de 1989 – Neste dia, realizou-se no Museu de Santa Joana um espectáculo de dança, moda, música e vídeo, cujo início estava previsto para as 21.30 horas. Foi o presente natalício oferecido pela Câmara Municipal de Aveiro às numerosíssimas pessoas que puderam estar presentes, o qual simultaneamente serviu para encerrar o Ano Cultural de 1989.

O serão foi aberto pela Fanfarra de São Bernardo, a que se seguiram os sons das guitarras e vozes do fado de Coimbra, a coreografia da Companhia de Dança de Aveiro, a actuação do Coral Vera-Cruz e a passagem de modelos de Inverno. «Um olhar sobre Aveiro» é um vídeo de promoção da cidade e da região que, depois de projectado e admirado, foi doado à Câmara Municipal.

O Presidente da Edilidade, Dr. José Girão

Pereira, encerrando o belo espectáculo da noite, proferiu a palavra final, agradecendo a todos os intervenientes e à Direcção do Museu pela colaboração prestada e dizendo, a dado passo, que «Aveiro só tem futuro se acreditar em si própria». Antes da dispersão, foram entregues medalhas aos participantes.

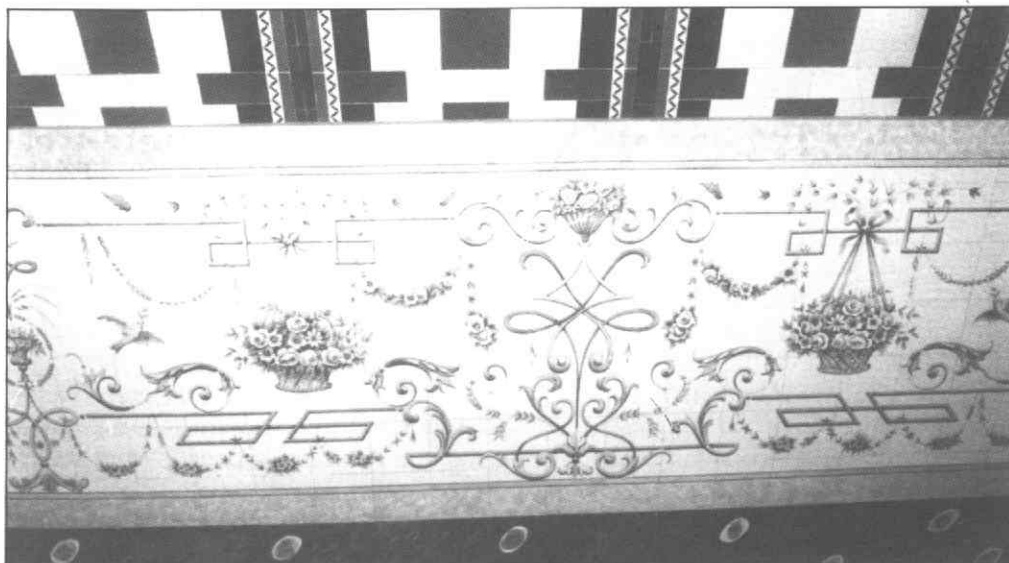
Corroborando afirmações do Vereador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso Santos, convenhamos que esta foi uma forma muito agradável de terminar o Ano Cultural de 1989, durante o qual se concretizaram numerosas e variadas acções, com realce para o apoio às colectividades culturais, para o arranque das obras da nova Biblioteca e para o auxílio especial às associações que se deslocaram ao estrangeiro, como embaixadoras da nossa Cidade e do nosso Concelho.

TÉCNICA DE LEVANTAMENTO DE AZULEJOS

Correspondendo a solicitação do Vereador da Cultura da Câmara Municipal, deslocou-se a Aveiro D. Deolinda Rodrigues, funcionário técnica do Museu Nacional do Azulejo, para observar diversas situações respeitantes a conjuntos azulejares, acerca dos quais o Município pedira um parecer técnico. Nesse trabalho, foi localmente acompanhada pelo dr. Emanuel Cunha, dos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, com quem teve oportunidade de trocar impressões sobre os diversos problemas de conservação e restauro que se levantam pontualmente.

Aquela técnica, em relatório enviado à Câmara Municipal de Aveiro, apresentou informações respeitantes a cada um dos três principais casos observados: levantamento de azulejos de suporte arquitectónico; preparação e acondicionamento de azulejos depositados num armazém camarário; recuperação de painéis danificados por recozedura.

Na introdução ao referido relatório, começa a autora por salientar que «o presente texto destina-se a servir de apoio à execução de levantamento e recolha de azulejos aplicados em suporte arquitectónico, para posterior integração em espólio museológico», acrescentando que, portanto, pretende delinear um método de trabalho que conduza à realização dos objectivos pré-estabelecidos: a preservação do conjunto de azulejos, tanto na sua integridade física, como nos diversos elementos que constituem a sua história. E prossegue: «É, contudo, previsível que, no decorrer dos trabalhos, surjam contratempos e dificuldades imprevistas (...). Para os ultrapassar, deve contar-se com a sensibilidade das pessoas envolvidas no trabalho e que, depois de uma observação atenta, decidirão entre uma solução segura e adequada ou o recurso a técnicos especializados, caso a solução se afigure difícil ou duvidosa no que respeite à segurança das peças a preservar».



Painel de azulejo que foi das antigas instalações da Fábrica Aleluia (Aveiro).

Seguidamente, a mencionada técnica do Museu Nacional do Azulejo refere a metodologia que deverá seguir-se nos casos em questão e que, em síntese, tem a ver com:

I — DOCUMENTAÇÃO: registo fotográfico dos diversos factores intervenientes, relacionados, nomeadamente, com a localização e identificação dos elementos constituintes do conjunto azulejar, assim como de pormenores (eflorescências salinas, fracturas, lacunas, fissuração, destacamento de vidrados e argamassas, manchas de infiltrações, etc.) e das várias operações no decorrer dos trabalhos; registo escrito e gráfico de todos os elementos que completem e sirvam de legenda à informação fotográfica (data e assinatura de fabrico, marcações para levantamento, pormenores de execução do trabalho, produtos utilizados, etc.).

II — PREPARAÇÃO PARA LEVANTAMENTO, que tem a ver com a limpeza, consolidação e fixação de vidrados, e marcação.

III — LEVANTAMENTO DOS AZULEJOS, que se relaciona com numerosos aspectos técnicos, nomeadamente os relacionados com protecção, abertura de roços, levantamento de azulejos e acondicionamento.

D. Deolinda Rodrigues apresenta, seguidamente, uma lista de produtos e materiais que aconselha como consolidante, faceamento e cola reversível. Depois, salienta a importância da preparação e acondicionamento de azulejos em reserva, mencionando os aspectos: limpeza, colagem, marcação, acondicionamento e armazenagem dos azulejos.

A terminar, a técnica do Museu Nacional do Azulejo, que se deslocou no exercício da sua delicada profissão à Cidade de Aveiro, refere, no seu relatório, a propósito de um caso específico de tentativa de recuperação de azulejos: «As variações de temperatura (positivas ou negativas) provocam rupturas internas nos azulejos, que podem ir das microfissuras às fracturas mais evidentes. Além disso, as temperaturas elevadas provocam alterações na estrutura e composições originais da cerâmica, que impedirão o seu posterior estudo e análise».

MUSEUS PROJECTADOS PARA AVEIRO

Do relatório de uma reunião entre o Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, Prof. Celso Baptista dos Santos, e o Director do Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural, resalta que:

«A Câmara Municipal de Aveiro pretende definir a orientação que deverá imprimir a alguns projectos de museus a implantar na cidade, procurando articular esses polos culturais entre si e com aqueles que já existiam no contexto urbano. Trata-se, portanto, de estudar a política museológica a implantar na cidade, projecto em que a Autarquia pretende empenhar-se, solicitando para tal o apoio do Instituto, dadas as suas atribuições no domínio patrimonial.

«Como elementos base a analisar, a Câmara Municipal apresenta os seguintes: Instalação de um Museu de Cerâmica no edifício da antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, cuja criação se justificaria dado o valor testemunhal do imóvel e a importância que esta actividade reveste em Aveiro, sob os pontos de vista sócio-económico e tecnológico. O projecto de aproveitamento destas instalações deveria incluir um Centro Cultural e um Centro de Formação Profissional, beneficiando por este último facto do apoio financeiro do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Aproveitamento dos prédios camarários situados na Rua João Mendonça e cujas fachadas teriam de ser preservadas, para instalação de um Museu Municipal sectorizado que permitisse salvaguardar e divulgar diversos espólios artísticos que a Autarquia possui. Num edifício contíguo virá a instalar-se a sede da Cooperativa de Artesanato «A Barrica» e, no mesmo quarteirão, virá ainda a situar-se a Biblioteca Municipal de Aveiro. Na análise deste projecto será ainda de ter em consideração que a Autarquia

possui já uma galeria para exposições temporárias na Praça do Município. Como concretização de um antigo projecto de criação de um Museu da Ria de Aveiro, reutilizar-se-iam as instalações da antiga loja, localizadas junto ao Cais das Pirâmides. Essa localização parece permitir manter na água alguns barcos, nomeadamente alguns moliceiros que a Câmara já adquiriu anteriormente e que, desse modo, poderiam ser usados em programas de animação. Tal como sucede com o projecto relativo ao Museu de Cerâmica, este imóvel apresenta aspectos cujo significado será importante salvaguardar. Acresce que, como temática museológica, a Ria é objecto de aspiração por parte de concelhos vizinhos, cuja compatibilização com esta proposta seria de procurar obter.

«Como já foi apontado, seria necessário analisar estas propostas camarárias, podendo ser reavaliada, em alguns casos, a sua orientação, de modo a poder habilitar-se a Autarquia a prosseguir com o projecto delineado. Para além das instalações, a Câmara Municipal propõe-se afectar à execução deste programa um montante financeiro anual, podendo a primeira quantia ser utilizada ainda no decurso deste ano económico.

«Para além de uma colaboração motivada pelos interesses de ordem geral referenciados, o Instituto intervém já no panorama museológico de Aveiro, pois o único Museu aí existente encontra-se-lhe subordinado. E a execução deste projecto poderia, naturalmente, influenciar no seu futuro programa».

No dia 21 de Fevereiro de 1989, deslocou-se à cidade de Aveiro uma missão pluridisciplinar da Secretaria de Estado da Cultura, que se articulou com a Direcção do Museu de Aveiro e com os Serviços de Cultura da Câmara, e que teve por fim elaborar um relatório apreciando as propostas apresentadas, no domínio museológico, pelo Município Aveirense.

A referida missão foi constituída por Henrique Coutinho Gouveia, Director do Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural; Directora do Museu de Aveiro; Eng.º Elias Casanova; um representante do Departamento do Património Arquitectónico; e Prof. Arq. Lixa Filgueiras.

BIBLIOTECA ITINERANTE

Na sua reunião de 13 de Março, o Executivo Concelhio aprovou os termos de um acordo entre a Fundação Calouste Gulbenkian e o Município Aveirense no que respeita a situar em Aveiro a sede de uma Biblioteca Itinerante.

Tal acordo estabelece-se com os seguintes compromissos da parte de cada uma daquelas instituições:

Da parte da Fundação Gulbenkian:

1. – Pôr à total disposição da Câmara Municipal de Aveiro uma viatura apetrechada para o Serviço da Biblioteca;
2. – Renovar ou substituir essa viatura logo que os serviços competentes da Fundação reconheçam que ela deixou de estar em condições de funcionamento;
3. – Fornecer e manter actualizado o fundo bibliográfico, de acordo com as necessidades e as solicitações dos utilizadores da Biblioteca;
4. – Dar à Biblioteca Itinerante todo o apoio cultural e de técnica bibliográfica do seu Serviço de Bibliotecas, prestando-lhe também assistência permanente através dos seus Inspectores e outros funcionários;
5. – Fornecer todo o material da Biblioteca e respectivo equipamento;
6. – Dotar o fundo bibliográfico de tal modo que o depósito desta Biblioteca Itinerante possa assegurar o funcionamento de uma Biblioteca Fixa localizada em Aveiro;
7. – Dar a esta Biblioteca Fixa todas as disponibilidades do Serviço de Bibliotecas, designadamente as do empréstimo de livros escolares a estudantes e as do acesso ao fundo bibliográfico geral do Serviço, aos livros especializados da B.C.E. (Biblioteca Central de Empréstimo) e àqueles que possam ser solicitados mediante «Requisições especiais»;
8. – Fazer participar a Biblioteca sediada em Aveiro em actividades complementares da leitura que o Serviço, ou a Fundação, eventualmente promova, tais como exposições, conferências ou espectáculos.

Da parte da Câmara Municipal de Aveiro:

1. – Tomar a seu cargo exclusivo todos os encargos financeiros e todas as responsabilidades com os profissionais – Encarregado da B.I., Ajudante-Motorista da B.I., Encarregado da B.F. – incumbidos dos respectivos serviços e cuja competência deve ser previamente reconhecida pela Fundação, através do seu Serviço de Bibliotecas; 2. – Fornecer as instalações próprias ou por si tomadas de arrendamento, previamente aprovadas pela Fundação, do depósito da B.I., da sede da B.F. e da garagem da viatura, tomando para si os respectivos encargos de manutenção, conservação e limpeza; 3. – Assegurar o serviço da B.I. nas localidades situadas nos itinerários determinados pelo Serviço de Bibliotecas da Fundação, os quais abrangerão não apenas o concelho de Aveiro no todo ou em parte, mas também os concelhos limítrofes; 4. – Assegurar, sem a introdução de quaisquer alterações, as formas de funcionamento da B.I. e da B.F., designadamente o expediente e o cumprimento dos horários, bem como as medidas de carácter técnico e cultural definidas pelo Serviço de Bibliotecas da Fundação; 5. – Apresentar à aprovação prévia do Serviço de Bibliotecas da Fundação quaisquer propostas de adaptação do funcionamento das Bibliotecas sediadas em Aveiro atendendo às carências, às características e ao progresso das populações locais; 6. – Colaborar nas actividades complementares da leitura que o Serviço de Bibliotecas realize e propor ou sugerir certas formas dessas actividades que repute mais adequadas aos interesses e às apetências regionais.

FEIRA DE MARÇO

A 555.^a edição da Feira de Março programou-se para o período de 25 de Março a 25 de Abril. Criada em 1434, ela continuou através dos séculos e consegue actualizar-se constantemente.

Cerca de duas centenas de expositores e feirantes constituíram o fulcro do tradicional certame, incluindo os divertimentos. Este alargamento do número de participantes só foi possível com o acréscimo de cerca de mil metros quadrados à superfície até agora disponível no Recinto Municipal de Feiras e Exposições. Mesmo assim, houve que proceder a um rateio que impossibilitou a presença de mais de uma centena de interessados.

A efeméride, que este ano ocorreu, foi comemorada com a cunhagem de uma medalha alusiva, da autoria do artista Afonso Henrique.

No respectivo catálogo, em palavras de abertura, escreveu o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira:

Como, uma vez mais, se pode verificar, a Feira de Março consegue não só renovar-se, todos os anos, em alguns dos seus aspectos, como manter aquele cunho tradicional e popular que sempre foi a sua principal característica ao longo dos séculos.

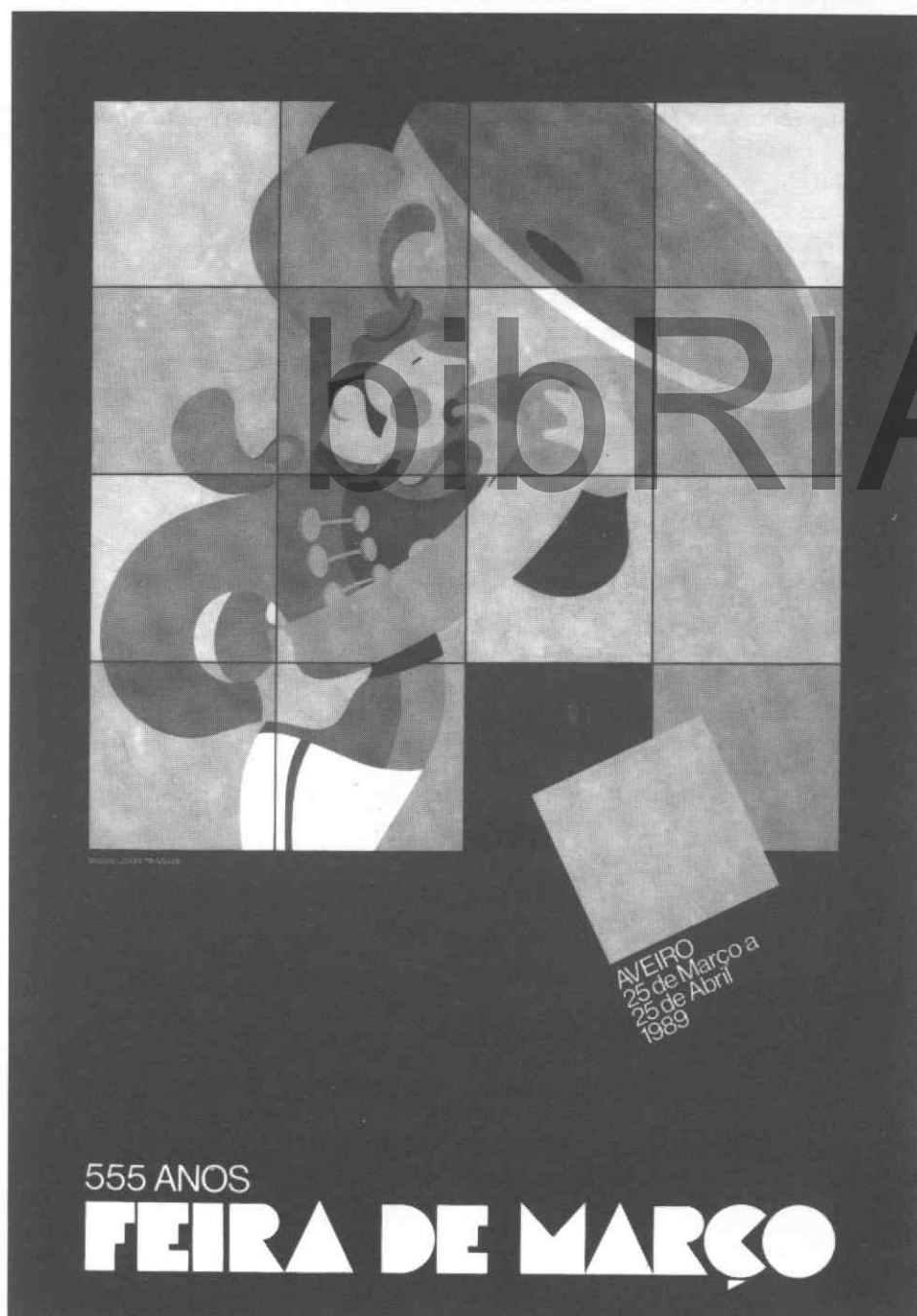
Para tal tem contribuído (sem falsa modéstia no que nos respeita) o especial carinho com que a Câmara Municipal acompanha a respectiva realização, sempre aberta a inovações que não destruam o seu cunho, sempre disposta a investir no que proporcione mais qualidade — e, até, mais espaço ao ar livre, como acontece este ano, além de mais espaço coberto, como sucederá no próximo ano.

A Feira de Março/89 festeja uma interessante efeméride: a dos 555 anos da sua criação pelo Rei D. Duarte, a pedido do seu irmão o Infante D. Pedro, como se evoca num dos textos que integram este catálogo. Entendeu-se, por isso, de algum modo vincar a passagem desta data, o que foi feito, singelamente, com a cunhagem de uma medalha alusiva e a edição de um livro sobre a evolução da Feira. Também assim se evidencia o real interesse que este popular certame continua a merecer por parte dos responsáveis pelo Município de Aveiro.

Curiosamente, poderá dizer-se que a Feira de Março é uma manifestação de vitória do espírito sobre a matéria. De facto, enquanto muralhas ruem ou são demolidas, o espírito aveirense conseguiu, ao longo de séculos, passar de geração em geração, mantendo bem viva, e sempre presente, uma ligação que diríamos de ternura relativamente a uma tradição que teima, garbosamente, em continuar viva e actuante.

Não poderíamos deixar de registar nestas linhas o nosso regozijo pelos feirantes e expositores que, em cada vez maior número (daí o facto de muitos deles terem de «ficar de fora»...), acorrem à Feira de Março – o que demonstra a eficácia do certame, eficácia que sabemos se prolonga, pela concretização de contactos, ao longo de praticamente todo o tempo entre a realização de duas Feiras consecutivas.

Estamos, pois, todos nós de parabéns. Resta — e disso temos a certeza comprovada e garantida — que os aveirenses e os visitantes se divirtam e



Cartaz da Feira de Março de 1989.
(Design de Jorge Trindade).

aproveitem o mundo de fantasia e realidade que a Feira de Março a todos oferece, pouco pedindo em troca.

... E já estamos a pensar na Feira de Março de 1990!

Por seu turno, o Vereador Prof. Celso dos Santos, em nome da Comissão Executiva, deixou no mesmo catálogo as seguintes palavras:

Mais uma vez se realiza uma nova edição da Feira de Março.

Vai longínquo o tempo em que à Feira de Março era simples entreposto de trocas comerciais, então de maioria produtos agrícolas e seus derivados.

Evoluindo ao longo dos anos, modernizando-se, sem que por isso tenha perdido o cunho popular, passou a exposição-feira comercial, industrial e serviços, representando de algum modo o que é realidade da região aveirense.

É ainda um inegável cartaz de atracção e promoção turística, veículo de propaganda das potencialidades de Aveiro, além de constituir um lugar de entretenimento e lazer.

Com os 555 anos, a Feira de Março de provecta idade não é velha. É cada vez mais nova e melhor. Ao manter uma tradição popular é polo aglutinador de multidões que nela procuram expor e transaccionar os mais diversos produtos, a animação e a distracção.

A sua tendência forte para o crescimento tem vindo a ser contrariada com a falta de espaço, nomeadamente o constituído pela área coberta. A Câmara Municipal tem consciência de tal facto, o que de facto lamenta, mas o carácter de provisoriedade do local, em que actualmente se realiza, aconselha a que não sejam feitas obras dispendiosas.

Deste modo, a Comissão Executiva não pode corresponder às muitas solicitações que lhe foram presentes, designadamente no sector das exposições, esperando de todos a melhor compreensão.

Ela está, contudo, cada vez maior, na área livre nomeadamente, cada vez mais rejuvenescida e esteticamente bonita, com mais expositores e um programa variado de animação.

Ocupando uma área total de 47 700 m², 5 900 m² de área coberta, nela participam 52 feirantes, 94 expositores, 12 associações e 31 divertimentos, além de restaurantes, bares e outros não especificados.

Uma palavra de saudação a todos os que participam na Feira/89, de modo particular aos feirantes e expositores. O meu reconhecimento a todos os que, com o seu trabalho, tornam possível a sua realização.

Por deliberação do Executivo Municipal, tomada em 24 de Abril, a Feira de Março prolongar-se-ia excepcionalmente até ao dia 1 de Maio.

Carta de D. Duarte estabelecendo, a pedido do infante D. Pedro, uma feira em Aveiro, em Maio de cada ano, com a duração de oito dias (27 de Fevereiro de 1434).

«D. Duarte, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, senhor de Ceuta, a quantos esta carta virem fazemos saber que nós, havendo por nosso serviço e bem da nossa terra, damos poder, licença e lugar ao infante D. Pedro, meu sobre todos muito prezado e amado irmão, que ele mande fazer, e se faça daqui em diante, em cada ano, na sua vila de Aveiro e no mês de Maio, uma feira franqueada, a qual se fará desta guisa começar-se no primeiro dia do dito mês e durará até ao dia de S. Miguel seguinte, que são oito dias. (...)

A qual carta lhe assim confirmamos com esta limitação, que a nós praz: que a dita feira se mude ao primeiro dia de Março, assim como era do primeiro dia de Maio. E com esta limitação mandamos que se cumpra e guarde inteiramente».

— MUSEU NACIONAL DE AVEIRO, Livro dos Registos da Câmara da Vila de Aveiro, fls. 19 e ss.

FESTAS DO MUNICÍPIO

De 6 a 21 de Maio efectuaram-se em Aveiro as Festas do Município, que animaram a cidade e o concelho durante quinze dias. Houve salvas de morteiros, torneios desportivos, uma serenata de Coimbra, um espectáculo de variedades, a tradicional corrida dos empregados de mesa de Aveiro, uma arruada com fanfarras e bandas de música, um festival rock, um sarau de ginástica, números de música coral, teatro, exposições, etc.

No dia 12, feriado municipal, realizou-se a festa religiosa da Padroeira de Aveiro, a Princesa Santa Joana, com missa na Sé e procissão pública; o dia 13 foi dedicado às cidades irmãs e amigas, que decorreu com interesse, estando presentes delegações de Viana do Castelo, Viseu, Ciudad Rodrigo e Arcachon; e, no dia 14, um desfile folclórico da Região do Vouga animou as ruas da cidade.

Em 20 e 21, no Porto Comercial, esteve ancorado o navio-escola «Creoula», que pôde ser livremente visitado.



Cartaz das Festas do Município de 1989.
(Bonecos de Zé Penicheiro e Design de Mário Occhialini)

NOVA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DA GLÓRIA

No dia 14 de Maio, foram inauguradas as novas instalações da Junta de Freguesia da Glória, num edifício recuperado e doado pela Câmara Municipal de Aveiro àquele órgão autárquico, sito na Rua de Mário Sacramento. O acto contou com a presença, entre outras individualidades, do Presidente da Assembleia Municipal, Francisco da Encarnação Dias, do Presidente da Edilidade, Dr. José Girão Pereira, do Presidente da Assembleia de Freguesia, José Carlos Miranda Calisto, Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Tavares Marques, Governador Civil do Distrito, Dr. Sebastião Dias Marques, e Vigário Geral da Diocese, Mons. João Gonçalves Gaspar.

A cerimónia teve início com a assinatura do instrumento de doação do referido edifício, deliberada em sessão camarária de 24 de Abril e aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 9 de Maio. O acto realizou-se na sala das sessões, completamente cheia de pessoas, e a respectiva escritura foi lida pelo Director dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal, Alfredo José Alves Rodrigues.

Na sua intervenção, que se seguiu, o Presidente da Junta de Freguesia disse:

— «Com a simplicidade e a alegria das coisas importantes, na vida das pessoas como na das comunidades, estamos hoje aqui a festejar a inauguração da nova casa dos cidadãos da Freguesia da Glória, do Município de Aveiro.

Este facto seria, só por si, motivo de júbilo, não fora também a reabilitação deste magnífico edifício que honra a cidade a que todos nos devotamos.

Para nós, autarcas desta Freguesia, este dia representa a concretização de um sonho, a que se segue agora o desafio de tornar este espaço apetecível ao cidadão e aberto a todas as suas iniciativas válidas.

Da nossa parte, o que podemos garantir é o nosso propósito de colaborar com todos quantos entendem útil a nossa intervenção e também a de começar a pensar na concretização de outros projectos que afectam a nossa Autarquia. É esta, de resto, a maneira de estar na vida da generalidade dos autarcas presentemente preocupados e insatisfeitos, sempre à espera de resolver cada dia os pequenos ou os grandes problemas da nossa sociedade.



Nova sede da Junta de Freguesia da Glória, na Rua de Mário Sacramento.

Vai longe o tempo em que as Juntas de Freguesia quase se limitavam a passar certidões e atestados. De meros figurantes integrantes do «parafuso mais ferrugento da engrenagem política da Nação», como alguém disse, as Freguesias e respectivas Juntas passaram a ser, quantas vezes, protagonistas de todo um progresso do nosso país, sendo minha opinião que o processo de regionalização que, quer se queira quer se não queira, será uma exigência que a muito curto prazo, vai determinar um crescente poder de intervenção das nossas autarquias.

A Junta, a que me honro presidir, está ciente das crescentes responsabilidades que sobre si como sobre outros impendem e assegura, enquanto tiver esse encargo, que tudo fará para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Não quereria terminar as minhas palavras sem deixar aqui o meu agradecimento pelo apoio e pelo empenho que o Sr. Presidente da Câmara pôs na consecução deste objectivo. O seu dinamismo e a sua imaginação foram o fermento. A sua visão do futuro fez o resto».

Por seu turno, o Presidente da Câmara congratulou-se pelo acto festivo, dizendo que a inauguração da sede da Junta de Freguesia lhe proporcionava «a ocasião para falar sobre o poder local, qual o futuro das freguesias, quais os meios financeiros, as suas atribuições e dificuldades». O Dr. Girão Pereira, na continuação sublinharia ainda a boa solução da não demolição do edifício porque — disse — «no plano de urbanização o mesmo estava previsto ser demolido»; e, prosseguindo, acentuou: — «Este espaço vai ser um local de debate e não apenas de serviço burocrático; será um espaço aberto à comunidade». Depois de exemplificar as suas palavras com a referência ao centro de dia para os idosos, o Presidente da Edilidade manifestou o voto de que as pessoas façam viver o edifício da Junta e se empenhem para que a população viva cada vez melhor.

Nas suas palavras, o Dr. Girão Pereira também fez várias considerações quanto ao poder local, lembrando que há necessidade de «reflectir o poder local, de melhorar a sua qualidade, pois nos últimos anos ele tem sido o poder da humildade; de momento, ele encontra-se numa fase de transição, sendo essencial que intervenha no campo social, cultural e de desenvolvimento económico».

A finalizar, o responsável da Câmara Municipal poria em relevo o papel da comunidade e dos cidadãos para a resolução dos problemas locais. «É preciso — afirmou — que os cidadãos conscientes, serenos, civicamente bem formados e politicamente bem preparados, sejam cada vez mais capazes de assumir os destinos das suas localidades; no entanto, é imprescindível também que as Juntas de Freguesia assumam cada vez mais competências e mais participação na gestão das pequenas comunidades».



14 de Maio de 1989 – Na sessão de inauguração da nova sede da Junta de Freguesia da Glória: assinatura do documento de doação do edifício.

O Governador Civil de Aveiro, encerrando a sessão, proferiu palavras de incentivo, recordando que o poder local deve desenvolver também uma actividade de dimensão social e que é salutar numa crítica ponderada dos cidadãos de forma a não estorvar mas a melhorar a acção dos órgãos locais na resolução dos problemas que afectam as populações. Integradas no meio em que estão inseridas – disse o Dr. Sebastião Marques – as autarquias representam naturalmente, por si e por força do mandato popular, os interesses e as aspirações das freguesias e dos concelhos.

UM LEGADO PARTICULAR À BIBLIOTECA MUNICIPAL

Um legado particular de cerca de dois mil e quinhentos livros veio recentemente enriquecer o acervo da Biblioteca Municipal de Aveiro. Calculado em dois milhões e setecentos mil escudos, o espólio pertencia a uma biblioteca da Dra. D. Alice Bravo Torres Maia Magalhães, tia de Vitorino Magalhães Godinho e de Arnaldo Bravo Torres Félix Alves, falecida em Janeiro do ano corrente.

O legado comporta diversas obras dos seguintes grupos: enciclopédias, dicionários, filosofia, religião, matemática, física, química, astronomia, ciências da natureza, geografia, antropologia, ciências aplicadas, medicina, tecnologia, história, ciências sociais, biografias, memórias, literatura portuguesa e estrangeira, belas artes, fotografia, cinema, guias e roteiros, catálogos, turismo, divertimentos, livros antigos, livros infantis e juvenis.

A doação feita a Aveiro veio ao encontro do desejo de D. Alice Maia Magalhães de que os seus livros ficassem a pertencer a uma cidade a que a sua família estivesse intimamente ligada há muito tempo.

Por outro lado, era ainda seu desejo que os livros, revistas e opúsculos de cultura geral fossem enriquecer uma biblioteca com elevada frequência de leitores de diferentes escalões culturais, incluindo o universitário, com vista a prestarem os melhores serviços aos utentes.

Nesta ordem de ideias, foi decidido entregar o espólio à Biblioteca Municipal de Aveiro – instituição que, segundo Vitorino Magalhães Godinho e Arnaldo Félix Alves, satisfazia os desejos da sua tia. Além disso, o legado feito a Aveiro é merecido e justifica-se pelo papel e desenvolvimento que a Universidade de Aveiro possui e pelo facto de a população aveirense sempre ter revelado grande interesse pela cultura e por outras questões relacionadas com ela.

O legado, sobre o qual o Executivo Aveirense manifestou o seu regozijo na reunião de 22 de Maio, prender-se-á com as acções e lutas que a Família Maia Magalhães e Barbosa Magalhães, com origens em Aveiro desde o Século XIX, promoveu em prol do desenvolvimento e prestígio da cidade.

Segundo uma nota da Edilidade, onde se realça a acção desenvolvida por Maia Magalhães, a cidade de Aveiro, «cujas convicções liberais e republicanas sempre se afirmaram, prestava assim homenagem a um seu filho que «republicanizava» as forças militares do norte e que pela sua acção em combate contra as incursões monárquicas contribuiu decisivamente para as derrotas e salvar a República».

Por seu turno, como salientam os seus primos em exposição à Câmara Municipal de Aveiro, toda a vida da Dra. D. Alice Maia Magalhães, seguindo o exemplo de seu pai, foi um combate quer como professora de liceu quer como assistente da Faculdade de Ciências em Lisboa (de onde foi demitida por motivos políticos, à semelhança do que acontecera no ensino secundário), quer ainda no ensino particular e em múltiplas outras actividades cívicas e culturais, naquilo que constituiu um combate pela dignidade, pela promoção do povo e pelos valores históricos das populações.

Assim, atendendo a tais factos, a Biblioteca Municipal viu-se enriquecida com um valioso espólio que pertenceu a uma figura que continua presente na memória de Aveiro.

FEIRA DO LIVRO

Dez livreiros de Aveiro, representando oitenta e três editoras, participaram na décima quarta edição da Feira do Livro de Aveiro que, inaugurada no dia 27 de Maio, se manteve aberta ao público até ao dia 11 de Junho, no pavilhão octogonal do Recinto Municipal de Feiras e Exposições.

Para além dos «stands» dos livreiros, aderiram à iniciativa a Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), a Biblioteca Itinerante da Câmara Municipal de Aveiro, a Rádio Independente de Aveiro, a Galeria «A Grade» e a instituição bancária Crédit Lyonnais Portugal.

A comissão organizadora, à semelhança de anos anteriores, elaborou um programa de animação, contribuindo, dessa forma, para um melhor acolhimento do público no pavilhão e uma visita mais demorada.

A organização da Feira do Livro de Aveiro/89 pertenceu à Associação dos Livreiros do Concelho de Aveiro (ALCA) e à Câmara Municipal de Aveiro.

Estiveram presentes na inauguração o Vereador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos, o Reitor da Universidade de Aveiro, Doutor Renato Araújo, o Sub-Director da Direcção Escolar, Prof. Gilberto Campos, o Vigário Geral da Diocese, Mons. João Gaspar, além de outras individualidades. Na ocasião, o Presidente da ALCA diria que «estamos satisfeitos pela maneira como a Feira tem vindo a crescer; desde o seu início, tem vindo a ter cada vez mais qualidade e não queremos de modo algum que desça de qualidade».



Cartaz da Feira do Livro de 1989.

(Design de Jorge Trindade).

VARANDA, JANELA E JARDIM FLORIDO

Promovido pela Câmara Municipal, realizou-se em Aveiro, durante o mês de Maio, o concurso intitulado «Varanda, Janela e Jardim Florido», que teve como objectivo sensibilizar a população para a necessidade de embelezamento da cidade.

O concurso incluiu três modalidades: varanda florida, janela florida e jardim florido; a cada uma das modalidades corresponderam os seguintes prémios:

1.º Prémio – 50 000\$00; 2.º Prémio – 30 000\$00; 3.º Prémio – 20 000\$00; 4.º Prémio – 10 000\$00; 5.º Prémio – 5 000\$00; menções honrosas 10 – 1 500\$00/cada.

Puderam concorrer todos os habitantes da cidade de Aveiro, pertencentes ao perímetro urbano, que se sujeitassem aos critérios superiormente definidos.

No dia 2 de Junho, as moradias correspondentes às inscrições foram visitadas pelo Júri, entretanto nomeado pela Edilidade e constituído pelo Vereador António Alves, pelos Arquitectos José Quintão e D. Maria Emília e pelo Encarregado Municipal dos Jardins.

Na sua reunião ordinária de 19 de Junho, o Executivo atribuiu os prémios aos concorrentes galardoados:

JARDINS

1.º lugar – Emília Maria Rocha de Oliveira – Rua Direita, 312/314 – S. Bernardo; 2.º lugar – Teresa de Jesus Correia Nogueira – Rua da Cabreira, 120 – S. Bernardo; 3.º lugar – Carlos Moisés Ferreira Reis – Rua General Costa Cascais, 24/26 – Esgueira; 4.º lugar – Maria Vieira Sarrico Ferreira da Silva – Estrada de S. Bernardo – Vilar; 5.º lugar – Vasco Cunha Homem de Melo – Rua Dr. Ernesto Paiva – Vilar.

Menções honrosas – Guilhermina da Silva Valente Rangel – Rua do Brejo, 77 – Aradas; Loide Marto – Rua do Mourinho, 14 – Verdemilho.

JANELAS

1.º lugar – Dora Maria de Oliveira Madail dos Santos – Rua Jaime Moniz, 9 – Aveiro; 2.º lugar – Carlos Moisés Ferreira Reis – Rua General Costa Cascais, 24/26 – Esgueira; 3.º lugar – Guilhermina da Silva Valente Rangel – Rua do Brejo, 77 – Aradas.

VARANDAS

1.º lugar – Dora Maria de Oliveira Madail dos Santos – Rua Jaime Moniz, 9; 2.º lugar – Maria de Lurdes Ramirez – Rua da Arrochela, 37-2.º; 3.º lugar – Maria Luísa de Resende Gonçalves Andias – Rua Aquilino Ribeiro, 1-1.º; 4.º lugar – Teresa de Jesus Tavares de Brito – Rua da Aviação Naval, 25-1.º Dto.; 5.º lugar – (ex-aequo) – Ilda de Melo Neves – Rua Cândido dos Reis, 68-1.º Dto.; Maria Anunciação Vinagre Moreira Fortes – Rua 31 de Janeiro, 31.

Menções honrosas – Maria Vieira Sarrico Vieira da Silva – Estrada de S. Bernardo – Vilar; Inês Morato Gonçalves – Bairro do Vouga – Rua B, 20-1.º; Conceição Ferreira Peres Brito de Almeida – Avenida 25 de Abril, 5-1.º Dto.; Albano Vinagre Migueis Picado – Rua Capitão Sousa Pizarro, 6; Maria Gabriela Pires da Rosa – Rua Jaime Moniz, 22; Florinda Ferreira de Bastos – Rua Manuel Luis Nogueira, 28; CTT de Aradas – Praceta do Correio – Aradas; Alberto Rodrigues Coutinho – Praceta Dr. Alberto Souto, 44-1.º Esq.; Teresa de Jesus Correia Nogueira – Rua da Cabreira, 120 – S. Bernardo; Adília Mendes – Travessa Sul, 4 – 4Z – Eucalipto.

JARDINS

1.º lugar – Emília Maria Rocha de Oliveira – S. Bernardo; 2.º lugar – Teresa de Jesus Correia Nogueira – S. Bernardo; 3.º lugar – Carlos Moisés Ferreira Reis – Esgueira; 4.º lugar – Maria Vieira Sarrico Ferreira da Silva – Vilar; 5.º lugar – Vasco Cunha H. de Melo – Vilar.

JANELAS

1.º lugar – Dora Maria de Oliveira Madail dos Santos – Aveiro; 2.º lugar – Carlos Moisés Ferreira da Silva – Vilar; 3.º lugar – Guilherme da Silva Valente Rangel, de Aradas.

VARANDAS:

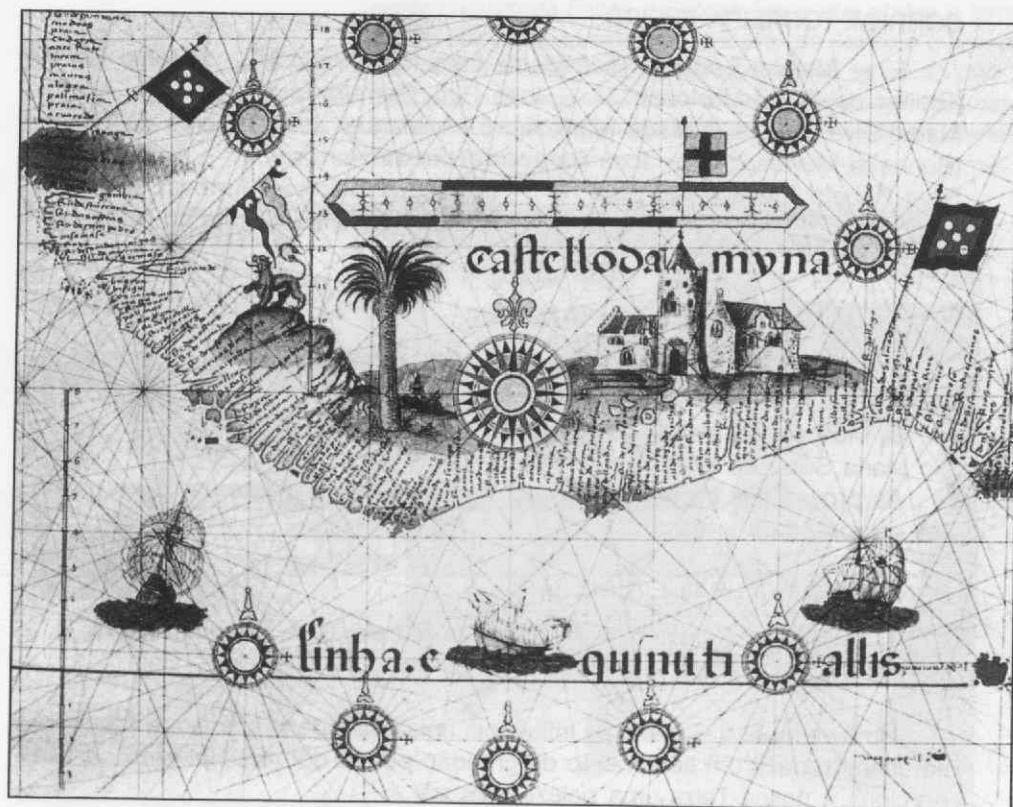
1.º lugar – Dora Maria de Oliveira Madail dos Santos – Aveiro; 2.º lugar – Maria de Lurdes Ramires – Aveiro; 3.º lugar – Maria Luisa Resende Andias – Aveiro; 4.º lugar – Maria Vieira Sarrico da Silva – Aveiro; 5.º lugar – Ilda de Melo Neves – Aveiro; 5.º lugar, ex-aequo – Maria Anunciação Vinagre Moreira Fontes – Aveiro.

EXPOSIÇÃO DE CARTOGRAFIA PORTUGUESA

Integrada nas Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, esteve patente em Aveiro, desde 10 a 25 de Junho, uma exposição sobre «A Cartografia Portuguesa e a Construção da Imagem do Mundo». A mostra, que teve lugar no Salão Cultural da Câmara Municipal, era composta por gravuras feitas a partir da colectânea publicada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda e denominada «Portugaliae Monumenta Cartographica».

Tendo sido os portugueses o primeiro povo a aventurar-se nas águas do Atlântico, foram igualmente um povo que contribuiu para o desenvolvimento da cartografia, quer melhorando os processos técnicos quer acrescentando «novos mundos ao mundo».

As nossas escolas de cartografia durante os séculos XV, XVI e XVII foram crescendo de uma forma ímpar, vindo a perder esse ascendente, com o interesse que os flamengos e holandeses começaram a mostrar por esse campo, deixando os manuscritos e passando a usar a gravura.



O Castelo da Mina (no actual Gana), numa iluminura de um mapa desenhado em 1546 por João Freire. O Castelo foi mandado erigir por D. João II, em 1482.

A preceder a abertura da exposição realizou-se uma breve sessão, a que presidiu o Governador Civil do Distrito, Dr. Sebastião Dias Marques. O Professor Doutor Telmo dos Santos Verdelho, da Universidade de Aveiro, dissertou sobre o retrato de Luís de Camões, pintado por Fernão Gomes aproximadamente em 1574; o orador falou do desaparecimento do original desse retrato, possuindo nós uma «cópia fidelíssima», feita entre 1819 e 1844.

O Governador Civil encerrou a sessão, cujo orador fora apresentado pelo Vereador Municipal do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos.

FESTAS DA RIA

Neste ano, as Festas da Ria decorreram em Aveiro desde 15 de Julho até 13 de Agosto, com um programa diversificado.

No Festival Regional de Folclore, no dia 15 de Julho, actuaram os Grupos Folclóricos de Pedralva, do Baixo-Vouga (Eixo), do Bunheiro (As Camponesas da Beira-Ria), de Ovar e de Cacia e o Grupo de Danças e Cantares de Vale Domingos (Águeda). No Festival Internacional de Folclore, no dia 11 de Agosto, exibiram-se o Grupo Folclórico de Eirol, o Grupo Folclórico Rozmaryn de Uhersky Brod (Checoslováquia), o Grupo de Dança Kang Sun Yang (Coreia do Sul) e o Grupo de Dança Folclórica de Pardes Hana-Karkur (Israel). Além disso, e sempre no Canal Central, houve a actuação de diversos grupos, como do Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas, do Ballet Jazz de Aveiro, da Tuna Musical Santa Cecília (São Bernardo), do Projecto de Dança de Aveiro, do Rancho Folclórico Luz de Tavira.

Entre as diversas provas, programaram-se as de canoagem, no Canal Central, e a regata de moliceiros desde a Torreira até Aveiro.

As Festas da Ria terminaram com corridas de moliceiros e bateiras, no Canal das Pirâmides; a corrida compreendeu várias modalidades, tendo havido corridas de moliceiros à vara, à sirga e à pá, para senhoras e homens. Após o concurso dos painéis de barcos, seguiu-se o desfile e a distribuição dos prémios.

As classificações foram as seguintes:

CORRIDA TORREIRA-AVEIRO:

1.º – Manuel Lamego (Torrão do Lameiro, Ovar); 2.º – António Garete (Quinta do Norte-Murtosa); 3.º – José Rito (Torreira-Murtosa); 4.º – António Maria Silva Soares (Bestida-Murtosa); 5.º – Manuel José Tavares de Oliveira (Bunheiro-Murtosa); 6.º – José Caravela (Torreira-Murtosa); 7.º – António Maria Silva Rebelo (Bestida-Murtosa); 8.º – Domingos Beiroto (Murtosa); 9.º – Reinaldo Belo (Bestida-Murtosa); e 10.º – Manuel Cacheço (Quinta do Norte-Murtosa).

CORRIDAS NO CANAL DAS PIRÂMIDES:

A. Moliceiros à vara: 1.º Manuel Tavares de Oliveira (Murtosa); 2.º António Maria Silva Soares (Murtosa).

B. Moliceiros à sirga: 1.º – José Caravela, da Torreira (Murtosa); 2.º – António Maria Silva, de Bestida (Murtosa).

As provas das bateiras à pá (homens e mulheres) foram também ganhas por equipas da Murtosa.

CONCURSO DOS PAINÉIS DE BARCOS:

1.º – Manuel Cacheço; 2.º – Joaquim Estrela; 3.º – Joaquim Ruivo; 4.º – Manuel Valente Santos; 5.º – Domingos Beiroto; 6.º – Reinaldo Belo.

Uma vez que a Ria exerce influência única na vida aveirense, estas Festas parecem traduzir um sentimento de gratidão por tal dom da Natureza que proporciona à nossa Terra uma beleza sem par.

FARAV/89

De 29 de Julho a 13 de Agosto, esteve patente no Recinto Municipal de Feiras e Exposições a FARAV/89 – II Mostra Nacional e Internacional de Artesanato e X Feira de Artesanato da Região de Aveiro, organizada pela Câmara Municipal. O certame, que contou com a presença de cento e quarenta e dois artesãos do país e do estrangeiro, a Cooperativa de Artesãos «A Barrica», o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto Português do Património Cultural e a Região do Turismo da Rota da Luz, foi inaugurado pelo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Dr. Bagão Félix, estando presentes, além de outras individualidades, o Governador Civil do Distrito, o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Aveiro.

Simultaneamente, durante o tempo de exposição, concretizou-se um programa elaborado para animar a Feira, que proporcionou aos visitantes o conhecimento do folclore e da dança de cada região. Foi editada uma medalha comemorativa, em barro, da autoria de Jeremias Bandarra.

Transcrevemos aqui as palavras subscritas tanto pelo Presidente da Edilidade Aveirense como pelo Vereador do Pelouro da Cultura, que abriam a pequena publicação sobre a FARAV/89:

DO PRESENTE PARA O FUTURO

Lotação esgotada – e impossibilidade de se conseguir mais espaço para «alargar» o Recinto Municipal de Feiras e Exposições. A afluência das inscrições aconteceu em tempo recorde, de modo a garantir aos interessados mais cedo possível um lugar disponível dentro ou fora dos Pavilhões. E por coincidência (ou talvez não) isto aconteceu quando a FARAV festeja o seu décimo aniversário.

A par (e completando-a) da FARAV/89, realiza-se este ano a 2.ª Mostra de Artesanato Nacional e Internacional, também em pleno, com já muito representativo número de presenças estrangeiras e de fora da Região de Aveiro.

Estas evidências conduzem-nos a reflexões que nos parecem oportunas e pertinentes.

A primeira tem a ver com a necessidade, cada vez mais premente, de criar um Centro de Exposições mais vasto e suficientemente estruturado para abrigar o crescente número de Feiras e Exposições a que obriga o também crescente desenvolvimento sócio-económico do Concelho de Aveiro e o reconhecimento generalizado de que Aveiro é realmente um dos principais focos do país no que respeita a positiva evolução nos mais diversos sectores. Como é já do conhecimento público, a cidade de Aveiro vai mesmo dispor, tão em breve quanto possível, de um novo Centro de Exposições.



O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, na visita da inauguração.

Mas há dois aspectos que nos parece oportuno abordar.

Um deles tem a ver com a já por demais adiada estruturação, e consequente publicação oficial, do Estatuto do Artesão, a partir de uma ideia que julgamos ter nascido nesta nossa cidade – e talvez esta 10.^a FARAV constitua a oportunidade ideal não só para realçar essa sugestão como, inclusivamente, proporcionar o embrião-base do Estatuto em referência.

O outro aspecto que cremos vir a propósito referir relaciona-se com o produto artesanal propriamente dito. De facto, tanto quanto nos tem sido dado observar em feiras e/ou exposições de Artesanato, acentua-se a tendência, por parte dos compradores, para a aquisição de objectos, passíveis de utilização (o que tem constituído uma das características específicas do produto artesanal) ou apenas de adorno – mas com um design (por vezes arrojado e inesperado) que se coaduna com o actual tipo de sociedade e do modo de vida moderno.

Admitimos que o artesanato tenha sido a primeira arte a que o homem se dedicou, devido à necessidade de criar objectos que lhe facilitassem o quotidiano. Isso, porém, não implica que ainda hoje seja preciso fazer pontas de lanças ou «facas» de sílex...

A evolução da humanidade conduziu, naturalmente, à criação de outros objectos, adaptados a essa mesma evolução e às diversificadas novas exigências, continuamente renovadas. E, apesar da industrialização crescente, a verdade é que se verifica actualmente um aumento de procura de objectos artesanais, principalmente nos meios urbanos.

Quer isto dizer que o artesanato mantém a sua função, nomeadamente cultural além de social e económica. E é sintomático que, num país com tão elevado grau de industrialização como é a Alemanha, trabalhem nada menos do que cerca de quatro milhões de artesãos – e dessa actividade tirem rendimento bastante para viverem com dignidade.

É garantia dessa dignidade com que deve poder contar também o artesão português. Para tal, porém, e independentemente da urgência do já referido Estatuto, haverá também que modificar algumas mentalidades no sentido de que é necessário abrir mais o espírito à imaginação e à criatividade — duas das características que podem, e devem, conduzir a um design moderno e sugestivo, capaz de contribuir para a humanização de um Mundo cada vez mais massificado.

JOSÉ GIRÃO PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro



Admirando um artesão oleiro em actividade.

CONTRA FACTOS NÃO HÁ ARGUMENTOS

A FARAV/89 reveste-se de especial significado, na medida em que esta é a 10.^a edição do certame, efeméride que aqui queremos salientar como merece.

Além disso, e simultaneamente, tem lugar a 2.^a Mostra Nacional e Internacional de Artesanato, que em 1989 ganhou um impulso inesperado, atendendo a que se trata apenas do segundo ano em que se efectua.

Aliás, é suficiente compararmos números e factos do corrente ano com idênticos elementos de 1988, começando por assinalar termos sido obrigados a não aceitar todas as inscrições de interessados na presença neste duplo certame, porquanto já não havia mais espaço disponível.

Em 1988, o número total de stands foi de 108 (assim distribuídos: 14 no Pavilhão Octogonal, 67 no Pavilhão Rectangular e 27 exteriores). Em 1989, o total é de 155 (51 no Octogonal, 74 no Rectangular e 30 no exterior).

Em 1988, o número de artesãos foi de 94 (46 da Região, 39 do resto do País e 9 do estrangeiro). Em 1989, o total de artesãos é de 132 (45 da Região, 80 do resto do País e 7 do estrangeiro).

Em 1988, foi de 46 o número de artesãos a trabalhar ao vivo (15 de Aveiro e 31 do resto do País). Em 1989, trabalham ao vivo 70 artesãos (15 de Aveiro e 55 do resto do País).

Acrescente-se que, em 1988, além de Portugal, estiveram representados oito Países. Em 1989, também, além de Portugal, estão representados mais doze países: Marrocos, Paquistão, Brasil, Perú, Quénia, Grécia, U.R.S.S., Bulgária, Colômbia, Índia, China e Espanha.

Deste modo, torna-se evidente o grande salto em frente que, de um ano para o outro, se registou no que aos certames respeita.

Também não pode deixar de se registar o facto de a FARAV continuar a contar com o já tradicional apoio da Cooperativa de Artesãos «A Barrica», assim como o da Região de Turismo da «Rota da Luz», o que desde logo garante a presença dos concelhos que a integram: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra. A esta lista acrescentam-se, este ano, as representações das Câmaras Municipais de Arganil, Almodôvar, Gondomar, Baião, Lousã, Abrantes, Valongo e Sardoal.

No conjunto, há representações de 18 Cooperativas, Centros e Associações de Artesanato.

Finalmente, não podemos esquecer (nem deixar de agradecer, pela confiança implicada na sua participação) o prestigiante apoio concedido a este duplo certame pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pelo IPPC, responsável pela realização de uma conferência, no dia 3 de Agosto, com base num tema naturalmente relacionado com a Problemática do Artesanato, sector em contínua evolução, partindo de artes tradicionais mas de sempre necessária actualização.

CELSO DOS SANTOS

Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro



Um artesão em actividade, na feira.

No Recinto Municipal de Feiras e Exposições decorreu, de 9 a 17 de Setembro, a AGROVOUGA/89 – Feira Nacional do Bovino Leiteiro e Mostra Agrícola, Industrial e de Artesanato. À inauguração presidiu o Ministro da Agricultura e Pescas, estando presentes o Governador Civil do Distrito, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, outros Autarcas e diversas autoridades locais.

Ao mesmo tempo, desenrolou-se um programa multifacetado, com colóquios, esclarecimentos, concursos e exibição de grupos folclóricos e musicais. Diariamente foi publicado um jornal da Agrovouga, que teve nove edições. Respigamos da primeira edição as «Reflexões» assinadas pelo Dr. José Girão Pereira:

Apesar do crescimento anual e implantação da Agrovouga, temos que reconhecer que esta não é a feira que desejávamos. E isto porque falharam as previsões no que respeita à erradicação de certos males, nomeadamente a peripneumonia, que continuam a afectar o gado bovino. De facto, tinha-nos chegado a ser oficialmente garantido que, este ano, poderíamos realizar a Agrovouga na sua plenitude, isto é incluindo o Concurso Nacional da Vaca Leiteira e o Concurso Pecuário Regional da Espécie Bovina, com animais ao vivo, o que não acontecerá. Isto leva-nos a ter alguma preocupação com o futuro da Agrovouga, certame em que esta Câmara sempre tanto «apostou», nunca lhe regateando apoios e melhoramentos – e isto porque já está praticamente provado que os males epidémicos e/ou endémicos que atacam os bovinos não terão (se chegarem a ter...) uma cura definitiva nos tempos mais próximos.

Esta quase certeza obriga-nos a repensar, e certamente a adiar, a «surpresa» que preparámos desde há cerca de um ano – e que consistia em «abrir as portas» da Agrovouga aos países da CEE e todos os outros que mostrassem interesse em se fazer representar. Mesmo assim, ainda estamos esperançados em que alguns deles nos «visitem» em 1990, assim dando maior brilho à 15.ª Agrovouga.

Por outro lado, a presença do cavalo e das actividades que o envolvem contribuem para, de certo modo, compensar as falhas do programa do sector bovino. E o cavalo já conquistou uma destacada posição em Aveiro, cujas características geográficas lhe são especialmente favoráveis.



O Ministro da Agricultura e Pescas presidindo à Conferência de Imprensa, no dia da inauguração da Agrovouga.

De qualquer modo, aí temos a XIV Agrovouga que, apesar de tudo, reúne muitos aspectos de interesse para os industriais, os comerciantes e o público em geral.

Também o Prof. Celso dos Santos escreveu no mesmo jornal:

A XIV AGROVOUGA – Feira Nacional do Bovino Leiteiro, que, a partir de hoje, durante nove dias animará a Recinto Municipal de Feiras e Exposições, não pode ainda este ano revestir-se de todas aquelas características que a projectaram a nível nacional e, até certo ponto, internacional — aspecto este que pretendemos implantar logo que as circunstâncias o permitam sem restrições.

São de facto, circunstâncias alheias ao nosso querer, de índole puramente sanitária e cuja solução naturalmente nos transcende, que não permitem que se realize, com animais ao vivo, o Concurso Nacional da Vaca Leiteira, que não deixará, contudo, de se realizar, recorrendo aos sofisticados meios tecnológicos actuais.

Numerosas cabeças de gado bovino estarão presentes no certame, que será amplamente animado pelo cavalo e que apresentará também ovinos e caprinos em razoável quantidade, assim diversificando uma feira-exposição que conquistou os seus «pergaminhos» ao longo dos anos.

Há que salientar ainda a parte técnica, com colóquios e debates que sempre contribuem para mais passos em frente no que respeita à evolução dos diversificados aspectos que envolvem variados sectores integrantes de um certame deste género.

Finalmente, não pode deixar de ser referido o leilão de gado bovino com o qual, como é já tradição, se animará o último dia da XIV Agrovouga — que não será a feira óptima mas sim a possível e, afinal, suficientemente expressiva quanto a valores regionais (e não só).

O Eng.º Técnico Agrário Carlos dos Santos teceu entretanto as seguintes considerações:

Aí está mais uma AGROVOUGA, a XIV, e que é, simultaneamente, a Feira Nacional do Bovino Leiteiro, e já importante Mostra Agrícola, Industrial e de Artesanato – enfim, um certame de prestígio regional e local, cujo actual êxito se deve a já catorze anos, mais longos do que esse número aparenta, pelo esforço, dedicação, alegrias e até desgostos a que se obrigaram um grupo de homens teimosos, exigentes e confiantes, dos quais já poucos se mantêm na luta pela continuidade e melhoria deste empreendimento, luta em que o autor destas linhas participou desde a primeira hora.

Este ano, quando tudo parecia apontar para a normalização das actividades da AGROVOUGA, nomeadamente em dois dos seus sectores mais importantes (o Concurso Pecuário Regional e o Concurso Nacional da Vaca Leiteira), foi prejudicada por condições de carácter sanitário, o que nos colocou perante situações cujas resoluções nos transcendem totalmente.

Contudo, a dinâmica que o certame já conquistou, levou a que instituições oficiais, entidades privadas e grandes empresas (nacionais e algumas estrangeiras) estejam presentes na XIV AGROVOUGA, ocupando todo o espaço disponível, tanto nos pavilhões como no espaço exterior. O que para nós representa um incentivo e nos incute confiança para prosseguir na realização do certame.

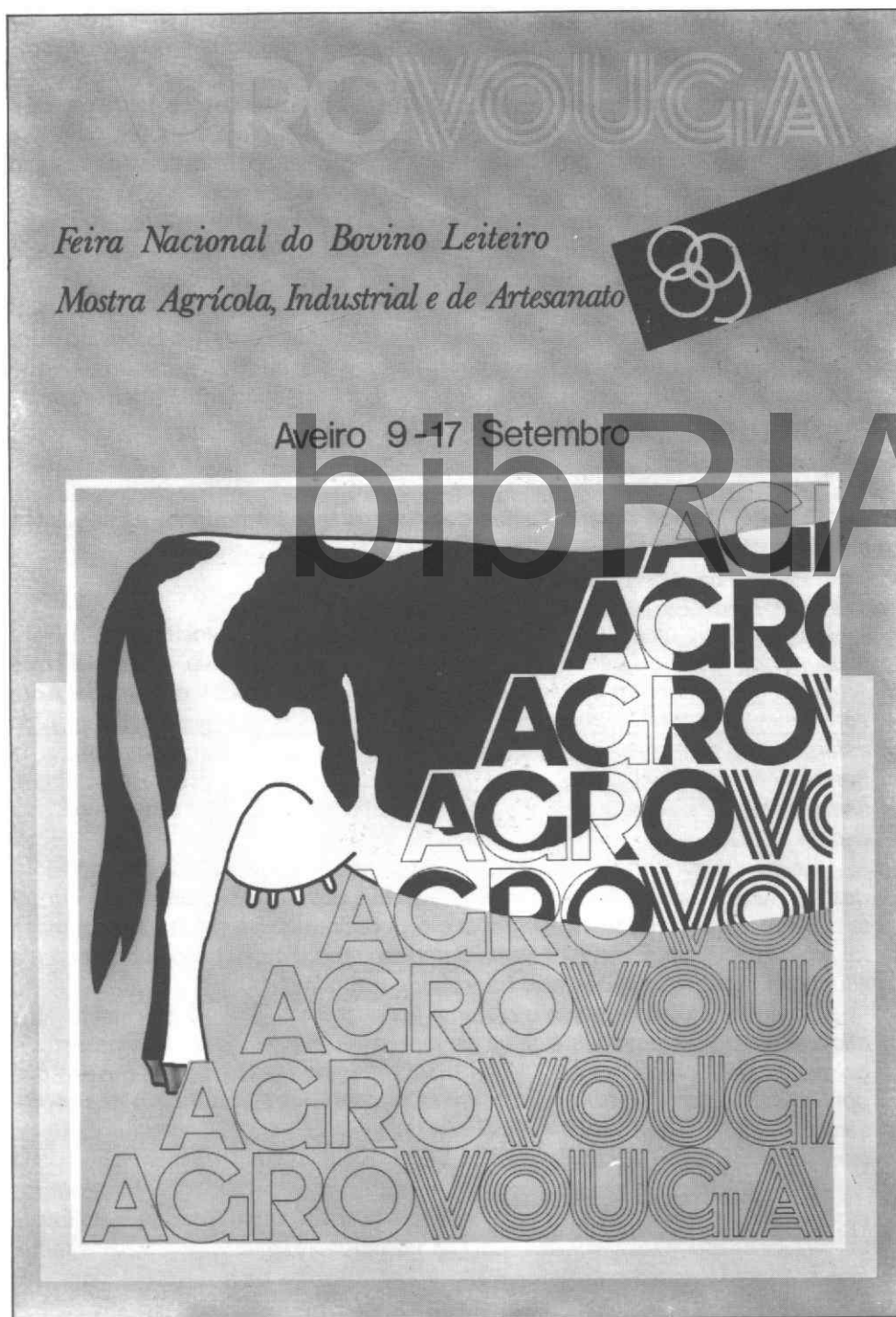
Mais ainda: apesar das condições adversas com que fomos flagelados este ano, queremos crer que a XV AGROVOUGA – Feira Nacional do Bovino Leiteiro conseguirá atingir todas as suas finalidades e, mais ainda, vamos tentar que o certame seja ainda mais animado, com a presença de representações

oficiais estrangeiras, cujos contactos já iniciados, deverão prosseguir e ser concretizados.

No próprio dia da inauguração da AGROVOUGA/89, divulgaram-se os resultados do X Concurso Nacional da Vaca Leiteira. Para o efeito, um júri percorreu o país, classificando os animais nos seus próprios locais e estábulos. Registamos seguidamente a respectiva classificação que foi definida após análise cuidada e segundo critérios bem concretos:

1.ª classe – 1.ª secção:

1.ª – vaca n.º 5304669, de Afonso S. Paisana, Caneças; 2.ª – n.º 5304702,



Cartaz da Agrovouga de 1989.
(Design de António José Bartolomeu)

de J.M. Arriaga Cunha, Sintra; 3.º – n.º 6895714, de Paulus Heemskerk, Ferreira do Alentejo.

1.ª classe – 2.ª secção:

1.º – n.º 1231436, de Joaquim Freitas Pereira, Penafiel; 2.º – n.º 6453246, de Carolina A. Fernandes, Beja; 3.º – n.º 1735146, de Joaquim Freitas Pereira, Penafiel.

1.ª classe – 3.ª secção:

1.º – n.º 5393891 – de J.M. Arriaga Cunha, Sintra; 2.º – n.º 5319772 – de J.M. Arriaga Cunha, Sintra; 3.º – n.º 3284831 – de Joaquim F. Afonso, Pombal.

2.ª classe – 1.ª secção:

1.º – n.º 5304664 – de Afonso S. Paisana, Caneças; 2.º – n.º A174466, de Joaquim F. Pereira, Penafiel; 3.º – A174459, de Joaquim F. Pereira, Penafiel.

2.ª classe – 2.ª secção:

1.º – n.º 1231436, de Joaquim F. Pereira, Penafiel; 2.º – n.º 3344267, de António M.B. Sousa, Figueira da Foz; 3.º – n.º 1735146, de Joaquim F. Pereira, Penafiel.

2.ª classe – 3.ª secção:

1.º – n.º 5303891, de J.M. Arriaga Cunha, Sintra; 2.º – n.º 3284831, de Joaquim F. Afonso, Pombal; 3.º – n.º 5319772, de J.M. Arriaga, Sintra.

3.ª classe:

– Direcção Regional de Agricultura (DRA de Entre Douro e Minho):

1.º – n.º 1231436, de Joaquim F. Pereira, Penafiel; 2.º – n.º 1735146, de Joaquim F. Ferreira, Penafiel.

– DRA de Trás-os-Montes:

1.º – n.º 2214604, de Guedes Carmo Silva, Mirandela; 2.º – n.º 2214601, de Guedes Carmo Silva, Mirandela.

– DRA Beira Litoral:

1.º – n.º 3344267, de António M.B. Sousa, Figueira da Foz; 2.º – n.º 2214601, de Joaquim F. Afonso, Pombal.

– DRA Beira Interior:

1.º – n.º 4184339, da Escola Superior de Agricultura, Castelo Branco; 2.º – n.º 4150597, de Firmino Matos Nogueira, S. Vicente da Beira.

– DRA Ribatejo e Oeste:

1.º – n.º 5303891, de J.M. Arriaga Cunha, Sintra; 2.º – n.º 5319772, J.M. Arriaga Cunha, Sintra.

– DRA Alentejo:

1.º – n.º 6453246, de Carolina A. Fernandes, Beja; 2.º – n.º 6734225, de Hendrik Roelofsen, Montemor-o-Novo.

– DRA Algarve:

1.º – n.º 7012934, de Manuel Gil F. Lapa, Vila Real de Sto. António; 2.º – n.º 7069418, da Sociedade Agrícola Vilamoura, Quarteira.

– DRA Beira Litoral (prémio destinado à vaca com melhor produção convertida a 3,5% de gordura):

– vaca n.º 3344267, de António B. Sousa, Figueira da Foz.

– Direcção Geral de Pecuária (prémio de alta produtividade a uma vaca de cada região agrária):

– DRA Entre Douro e Minho – n.º 1385576, da Sociedade Agrícola da Quinta do Mosteiro, Grijó; – DRA Beira Litoral – n.º 3102256, de Albano T. Almeida, Oliveira de Azeméis; – DRA Ribatejo e Oeste – n.º 5255251, de J.M. Arriaga Cunha, Sintra; – DRA Alentejo – n.º 6094625, de Carolina B. Fernandes, Beja.

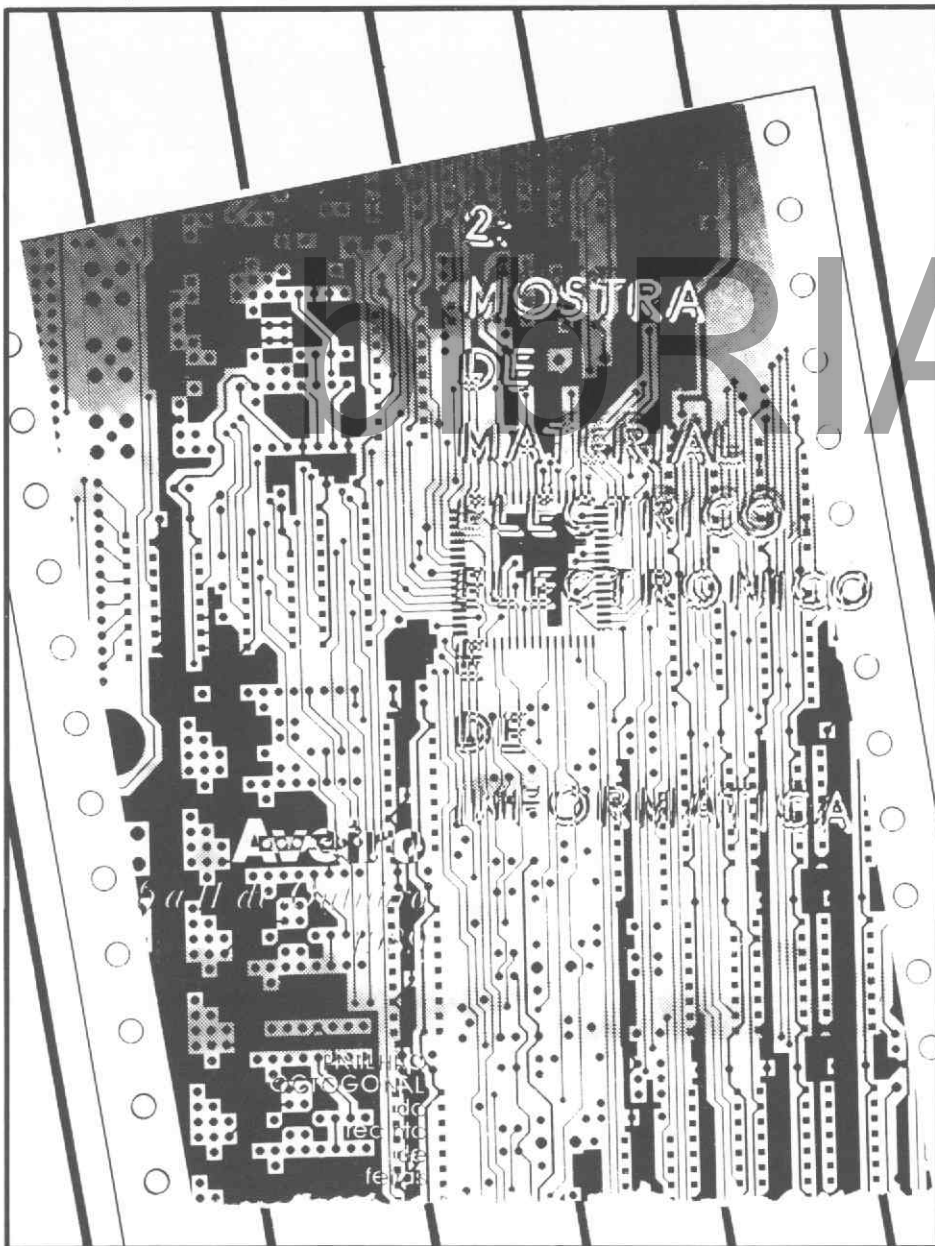
II MOSTRA DE MATERIAL ELÉCTRICO, ELECTRÓNICO E DE INFORMÁTICA

Consciente da importância que as novas tecnologias têm no desenvolvimento regional e de todas as colectividades, a Câmara Municipal de Aveiro decidiu, à semelhança do ano anterior, realizar nesta cidade uma exposição de material eléctrico, electrónico e de informática, que teve lugar no pavilhão octogonal do Recinto Municipal de Feiras e Exposições, de 6 a 11 de Outubro do ano corrente.

Sendo o Distrito de Aveiro um dos mais industrializados do País, esta «Mostra» pretendeu alcançar dois objectivos: 1.º – possibilitar aos industriais e comerciantes do sector um espaço onde pudessem apresentar os seus produtos mais recentes; 2.º – permitir-lhes não só a eles, como a toda a população em geral, um melhor contacto com a área das novas tecnologias.

No desdobrável, em que constava a lista dos vinte e cinco expositores, o Vereador Prof. Celso dos Santos teve oportunidade de escrever o seguinte texto, sob o título «Quando o futuro já começou...»:

Esta é a II Mostra de Material Eléctrico, de Electrónica e de Informática, cuja organização é da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro, por



Cartaz da II Mostra de Material Eléctrico, Electrónico e de Informática (1989).

meio do Secretariado de Feiras e Exposições, no Recinto Municipal dedicado a essas finalidades.

Como os visitantes têm oportunidade de verificar, o pavilhão octogonal evidencia uma ocupação, por parte dos interessados nos temas da Mostra, superior à primeira manifestação do género anteriormente efectuada no mesmo local.

Esse facto comprova a oportunidade da Mostra, o que é natural se atendermos a que é de admitir que, num futuro que já começou, a maioria dos empregados administrativos e técnicos (independentemente da sua formação académica) terão de utilizar equipamentos informáticos cada vez mais sofisticados, quer em utilização directa, quer por actuação junto de terminais visores e/ou impressores.

Aquí, uma referência muito especial à Universidade de Aveiro, cujos cursos de Electrónica e Telecomunicações granjearam, a nível nacional e internacional, um elevado prestígio, com resultados ao serviço de cada vez maior número de utilizadores. E neste aspecto ressalta a importância da utilização de meios informáticos nas empresas dos mais variados sectores, não só a nível nacional como local, isto é: na região aveirense, cujo peso no sector industrial é do mais representativo no País.

E assim, há que reparar com atenção, não só na presença das empresas utilizadoras dos meios em referência, como também (e talvez principalmente) no das fornecedoras, cujo âmbito de oferta só poderá ser prejudicado pelo «embaraço» da escolha. Ainda nesta observação se enquadra o já anunciado aparecimento de novas áreas de aplicação, em virtude das evidentes e pronunciadas inovações tecnológicas, que não deixarão de provocar a eclosão de novas profissões.

É no enquadramento acima salientado que se projecta a presença, simultaneamente paralela e integrada, do Instituto da Juventude, com a sua «Semana da Ciência e Tecnologia», da qual um dos principais objectivos é exactamente o de sensibilizar e preparar os jovens para o futuro que as novas tecnologias lhes poderão proporcionar, para o que conta com o Programa Inforjovem, que visa divulgar de forma extensiva e sistemática as novas tecnologias de Informação, junto dos jovens portugueses.

Enfim, uma Mostra que, dentro da sua especialidade, oferece um vasto leque de atractivos a uma camada de interessados, cujo número tende eventualmente a aumentar.

I SALÃO DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DE AVEIRO

Foi de 21 a 29 de Outubro que, no Recinto Municipal de Feiras e Exposições, se realizou o I Salão de Construção e Obras Públicas de Aveiro, por iniciativa do Município local e com a colaboração de diversas Associações, Entidades e Empresas.

Mostra de realizações, de materiais e de tecnologia ao encontro de profissionais, o certame foi enriquecido com uma série de colóquios, com demonstrações de maquinaria e com espectáculos de variedades, de fado, de etnografia e de rock.

Transcrevem-se aqui os textos do Dr. José Girão Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, e do Prof. Celso dos Santos, Vereador e primeiro responsável da Comissão Executiva, publicados no respectivo Catálogo:

1. Construir o futuro

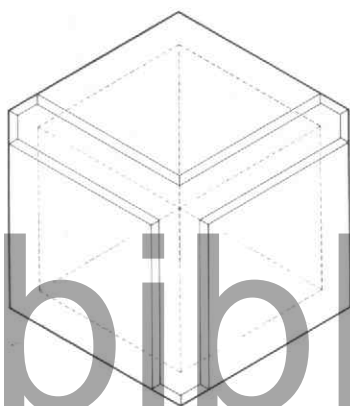
O futuro das comunidades, de que o Homem é fulcro, constrói-se não apenas nos gabinetes de planeamento e nas reuniões de responsáveis, mas também com máquinas, técnicas e materiais com que se eguem cidades e se abrem estradas.

Por outro lado, não há dúvida de que é o concelho de Aveiro pólo dinamizador de uma das mais ricas regiões do País (e por isso das mais procuradas, pelo seu ritmo de trabalho e estabilidade social).

E os sectores de Construção Civil e Obras Públicas são precisamente um índice, francamente positivo no que a Aveiro respeita, de crescimento, tão harmonioso quanto possível.

Estavam, assim, naturalmente criadas as condições para a organização e realização de um Salão de Construção e Obras Públicas, que hoje se patenteia no Recinto Municipal de Feiras e Exposições.

A todos quantos tornaram possível este Salão, aqui fica uma palavra amiga de saudação e de reconhecimento, palavra essa que se reveste de especial significado quando se torna extensiva às presenças efectivas de entidades e empresas – assim se podendo reafirmar que, em colaboração, é mais fácil construir o futuro.



SALÃO DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DE AVEIRO

MOSTRA DE REALIZAÇÕES
DE MATERIAIS E TECNOLOGIA
ENCONTRO DE PROFISSIONAIS

RECINTO DAS FEIRAS

21 A 29 OUTUBRO 89

Cartaz do I Salão de
Construção e Obras
Públicas de Aveiro –
1989. (design de
Jeremias Bandarra)

2. Homenagem a quem vai construindo Aveiro

Realiza-se este I Salão de Construção e Obras Públicas no único período de tempo disponível entre outras Feiras, Exposições e Mostras que praticamente ocuparam (e ocuparão ainda) todo o ano o Recinto Municipal a tais manifestações dedicado, e que tinham já datas anteriormente marcadas. Assim se explica a coincidência desta iniciativa com a realização de outra importante Feira, a decorrer no Norte do País, sobre idêntico sector.

No entanto, decidiu a Câmara Municipal de Aveiro, através do Secretariado de Feiras e Exposições, levar por diante a organização e concretização deste Salão, o primeiro do género em Aveiro, com uma primeira intenção: a de homenagear todos quantos, empreiteiros e empresas, têm contribuído para o acelerado desenvolvimento do Concelho de Aveiro no que respeita ao tema deste Salão.

De facto, Construção Civil e Obras Públicas são sectores altamente privilegiados em Aveiro, distrito e cidade/concelho. Apenas no que se refere ao Concelho de Aveiro, cremos poder afirmar que nenhum outro, a nível do País, tem evidenciado, nos últimos anos, maior número de Construção e Obras, realizadas, em curso e em projecto, para concretização a curto e a médio prazo. Esta realidade será, aliás, ilustrada e comprovada em artigos que publicaremos nas cinco edições do jornal que ofereceremos aos interessados, ao longo da duração deste Salão.

Independentemente dos aspectos acima referidos, este Certame proporcionará ocasião para apresentação e debate de temas técnicos e divulgação de problemas que, nesta época de transição para a CEE, se relacionam com os sectores que integram a razão de ser desta iniciativa. Daí resultarão, sem dúvida, resultados que serão motivo de melhor conhecimento do que com a Construção Civil e Obras Públicas se relaciona, a nível nacional e, até, internacional.

Como acima referimos, será publicado, nos dias 21, 23, 25, 27 e 29 «O Jornal do COP – I Salão de Construção e Obras Públicas em Aveiro», com colaboração de especialistas nesses sectores e o apoio de conceituadas empresas do ramo.

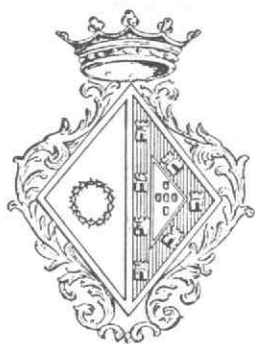


Aveiro – O complexo habitacional de Santiago, em construção.

Notícias breves

- Janeiro, 2** A Câmara Municipal deliberou nomear a Comissão da Feira de Março de 1989, que ficou assim constituída: **Presidente** – Prof. Celso dos Santos; **Secretariado** – Vasco Alves Lopes, Alexandrina Maximino e Isabel Neto; **Comissão Técnica** – Arq. José Quintão, António José Bartolomeu, Mário Neto, Dr. Emanuel da Cunha, Elmano Ramos, Justino Ribeiro, José Evaristo Rodrigues de Almeida e Júlio de Sousa Martins; **Colaboradores** – Associação Comercial de Aveiro, Associação Industrial do Distrito de Aveiro e Delegado do INATEL. **Feira de Março**
- Janeiro, 9** O Executivo deliberou encarregar os Serviços Técnicos Municipais de efectuarem um estudo e estimativa de custos para adaptação de duas lojas de Santiago a instalações destinadas a Associações Culturais. **Associações Culturais**
- Também deliberou que a Comissão Organizadora da FARAV/89 ficasse assim constituída: – Vereador Prof. Celso dos Santos, um representante da Rota da Luz, um representante da Cooperativa de Artesãos «A Barrica», Arq. José Quintão, Dr. Emanuel da Cunha, António José Bartolomeu, Elmano Ramos, Justino Ribeiro, Mário Neto, Alexandrina Maximino, Isabel Neto e Júlio de Sousa Martins. **FARAV/89**
- Mais deliberou que a Comissão Organizadora das Festas da Ria fosse assim constituída: Vereador Prof. Celso dos Santos, um representante da Rota da Luz, um representante da Federação do Folclore Português, um representante da E.D.P., um representante da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, Capitão do Porto, Manuel Regala, Dr. Emanuel da Cunha, António José Bartolomeu, Elmano Ramos, Alexandrina Maximino, Isabel Neto, Mário Neto, Arq. José Quintão e Júlio de Sousa Martins. **Festas da Ria**
- Janeiro, 16** A Edilidade tomou conhecimento do projecto elaborado pelo GAT de Aveiro para adaptação do edifício municipal sito na Rua do Calão, em Esqueira, para Centro de Acolhimento de crianças e jovens desprovidos de meio familiar normal; analisado o referido projecto e após troca de impressões, foi deliberado considerar o mesmo aprovado. **Centro de Acolhimento**
- Março, 13** O Vereador Prof. Celso dos Santos deu conhecimento do protocolo celebrado entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara Municipal de Aveiro, com vista à instalação nesta cidade da sede de uma Biblioteca Itinerante; a Vereação aprovou o mencionado protocolo. **Biblioteca Itinerante**
- Abril, 3** A Câmara Municipal tomou conhecimento de um ofício da Direcção de Finanças do Distrito de Aveiro, através do qual se comunicava que foi classificada de interesse público uma árvore situada no Parque do Infante D. Pedro, pelo que se deliberou recomendar ao encarregado dos Jardins o tratamento especial daquele exemplar e ainda colocar uma placa com a identificação da espécie. **Árvore de Interesse Público**
- Abril, 10** A Edilidade tomou conhecimento de um ofício da Delegação Regional da Sociedade Histórica da Independência de Portugal a solicitar a indicação do nome de uma figura aveirense que mereça ser lembrada a nível nacional, para efeitos de integração na Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Foi deliberado indicar o nome de Antónia Rodrigues, por se ter coberto de glória na Praça de Mazagão, no norte de África. Em 8 de Maio, seria deliberado sugerir também o nome de João Afonso de Aveiro, embora já perpetuado nesta cidade com uma estátua de bronze. **Comemorações dos Descobrimentos**
- Abril, 17** A Câmara Municipal, por um ofício da Capitania do Porto de Aveiro, tomou conhecimento da comemoração do «Dia da Marinha» em 8 de Julho; foi deliberado prestar a colaboração solicitada, além da cedência de uma sala para se realizar uma mostra de «Arte de Marinheiro». **«Dia da Marinha»**
- Maió, 22** O Executivo Municipal deliberou manifestar o seu apreço e regozijo pela permanência do Sport Clube Beira-Mar na I Divisão Nacional de Futebol, realçando-se o esforço dos atletas, o apoio da massa associativa e a acção dos respectivos dirigentes. **Sport Clube Beira-Mar**

	A Câmara deliberou diligenciar junto das entidades competentes, no sentido de, à semelhança do que acontece noutras capitais de Distrito, Aveiro poder dispor de um representante da Radiotevisão Portuguesa.	Radiotevisão Portuguesa
	A Câmara Municipal deliberou proporcionar à Diocese de Aveiro o apoio necessário à implantação da estátua da Princesa Santa Joana e tomar à sua conta a execução do pedestal e o arranjo envolvente.	Estátua de Sta. Joana
	A Câmara tomou conhecimento de um ofício da Diocese de Aveiro, através do qual, no seguimento de negociações e contactos anteriores, se comunicava a intenção de doar ao Município um terreno situado na Presa, junto à capela de S. Geraldo, para a implantação de um bairro económico; foi deliberado aceitar a doação proposta, embora com reserva de usufruto em favor de D. Maria Gracinda Marques Cravo.	Doação à Câmara
Maio, 29	A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação prestada pelo Gabinete Técnico Local, relativamente à execução da empreitada de remodelação destinado às novas instalações da Biblioteca Municipal, na Rua de José Estêvão; foi deliberado adjudicar a obra à Empresa ZEUS.	Biblioteca Municipal
Junho, 5	O Vereador Prof. Domingos informou a Câmara que a Administração Regional de Saúde aprovara o anteprojecto do edifício para o Posto Médico de Eixo, da autoria da Firma Albino Marta e Cardielos, Lda. – Arquitectos.	Posto Médico de Eixo
Junho, 19	No encerramento da Escola do Magistério Primário, o Executivo deliberou, por unanimidade, exarar um voto de reconhecimento e louvor àquela Escola e a todos os que nela trabalharam, ao longo de dezenas de anos.	Escola do Magistério Primário
Junho, 26	O Presidente informou a Câmara Municipal que a delegação, constituída por ele e pelos Vereadores Eng. ^{os} Vitor Silva e Carlos Santos, partiria proximamente para S. Tomé e Príncipe, dentro do âmbito das relações de amizade entre as cidades de Aveiro e de Santo António do Príncipe; simultaneamente seriam enviados artigos de vária espécie, como oferta da Edilidade e de Empresas aveirenses.	Aveiro e Santo António do Príncipe
Julho, 31	O Executivo, por proposta do Presidente, deliberou conceder ao jornal «Ecos de Cacia» a Medalha de Mérito Municipal, pela passagem dos seus 75 anos, considerando ser o órgão regionalista mais antigo do concelho aveirense, a quem se devem bons serviços prestados à comunidade.	«Ecos de Cacia»
Agosto, 7	A Câmara Municipal deliberou doar à Paróquia da Glória uma parcela de terreno com a área de 450 metros quadrados, na zona de Santiago, para aí ser construída uma igreja.	Igreja de Santiago
Agosto, 21	O Executivo aprovou o projecto do edifício do Centro Cultural de Eixo, da autoria do Arq. Rui Barreiros Duarte; em reunião de 27 de Novembro, a Vereação deliberaria adjudicar a obra de construção (Fase 1 – 1.ª Sub-Fase).	Centro Cultural de Eixo
Outubro, 2	O Presidente apresentou à Edilidade o projecto a celebrar entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Câmara Municipal, relativo à construção do Centro de Formação Profissional de Aveiro; o documento foi aprovado.	Centro de Formação Profissional
	A Câmara Municipal deliberou apoiar as festividades em honra de Santa Joana, na comemoração, em Maio, dos 500 anos da sua morte, incluindo-as nas Festas do Município.	Festa de Santa Joana
Novembro, 6	O Executivo deliberou participar na construção de um polidesportivo na zona do Parque de Merendas, em Eixo, cuja obra é da responsabilidade directa da Junta de Freguesia.	Polidesportivo de Eixo
Dezembro, 29	O Vereador Prof. Celso dos Santos informou a Câmara que o videograma sobre Aveiro fora apresentado na véspera, no Museu de Santa Joana; trocaram-se impressões sobre a ideia de o filme vir a ser reproduzido em cassetes que possam, eventualmente, vir a ser oferecidas pela Câmara Municipal ou vendidas ao público interessado.	«Um olhar sobre Aveiro»



MAIO DE 1990

AVEIRO — LOCAL DE ENCONTRO



NAS FESTIVAS E SOLENES COMEMORAÇÕES
DO V CENTENÁRIO DE SANTA JOANA,
PRINCESA DE PORTUGAL E PADROEIRA DE AVEIRO
— 1490 - 1990 —

bibRIA

